



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**Fábbio Cerezoli**

**A RESPOSTA DO NOMINALISMO DE AVESTRUZ AO  
PROBLEMA DOS UNIVERSAIS**

**MARINGÁ**

**2022**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**Fábbio Cerezoli**

**A RESPOSTA DO NOMINALISMO DE AVESTRUZ AO  
PROBLEMA DOS UNIVERSAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como condição para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Ricardo Fernandes Ferreira

**MARINGÁ**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C414

Cerezoli, Fábio

A resposta do nominalismo de avestruz ao problema dos universais / Fábio Cerezoli. -  
- Maringá, PR, 2022.  
151 f.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Ricardo Fernandes Ferreira.

Coorientador: Prof. Dr. Evandro Luís Gomes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia, 2022.

1. Nominalismo de Avestruz. 2. Problema dos universais. 3. Compromisso ontológico -  
Filosofia. 4. Regresso ao infinito - Filosofia. I. Ferreira, Mateus Ricardo Fernandes, orient.  
II. Gomes, Evandro Luís, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de  
Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Filosofia. Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia. IV. Título.

CDD 23.ed. 110



## FÁBBIO CEREZOLI DE OLIVEIRA

### “A RESPOSTA DO NOMINALISMO DE AVESTRUZ AO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como condição parcial para a obtenção do grau de *Mestre em Filosofia* sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Ricardo Fernandes Ferreira. Este exemplar corresponde à versão definitiva da dissertação defendida perante a Banca Examinadora.

Aprovado em 15 de setembro de 2023.



Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mateus Ricardo Fernandes Ferreira  
**Presidente**

Prof. Dr. Valdetonio Pereira de Alencar  
**Membro Externo - UFCA**

Prof. Dr. Evandro Luís Gomes  
**Membro Interno - UEM**

## AGRADECIMENTOS

- Sou grato aos meus familiares pelo apoio moral e financeiro durante todo o meu percurso de estudos.
- Ao professor orientador Mateus Ricardo Fernandes Ferreira. Agradeço pela paciência, incentivo, pelos ensinamentos e conversas desde o início da minha formação em Filosofia, por mostrar a importância de conhecer os clássicos, e por ter me ensinado que a Metafísica não está morta, pela orientação desde a minha iniciação científica.
- Agradeço ao professor Evandro Luís Gomes pelas sugestões, por ter nos incentivado desde o primeiro semestre da graduação ao estudo do tema dos universais. Também sou grato por ele ter nos despertado para a importância do estudo da Lógica e por ter conseguido me ensinar esta disciplina.
- Também deixo aqui meus agradecimentos ao professor Valdetonio de Alencar por aceitar ser membro da minha banca, por suas sugestões e esclarecimentos e por sempre responder meus e-mails.
- Sou grato a todos os meus professores que participaram e participam da minha formação intelectual.
- Agradeço aos amigos de longa data Calil Machado, Larissa Zuim, Larissa Ruas, Patrício Apolinário e Talles Rangel pela amizade e por terem me mostrado a importância da vida de estudos.
- Agradeço aos professores e amigos de longa data Elisabeth Kimie Kitamura, Lilian Reichert Coelho, Ivanor Luis Guarnieri, pelo incentivo ao estudo da Filosofia. Agradeço este último também por ter lido os rascunhos deste trabalho.
- Também agradeço especificamente à Inara Cerezoli, Anderson Lucas e Ricardo Ramos pela leitura, sugestões e correções que fizeram a este trabalho.
- Aos amigos de longa data do curso de Filosofia Felipe Camargo, Marcos Nobuhara Matheus Santos e Rodolfo Isaías pela amizade, por seus comentários e sugestões ao longo da confecção desta dissertação, assim como pelas frutíferas conversas que sempre tivemos.

- Aos colegas de mestrado Juliana Morgado, Maria Gabriela Brandino e Alexandre Dias pelas trocas de informações e pelos incentivos constantes.
- Aos colegas e amigos do grupo de estudos de Filosofia Analítica Isaias Bispo e Micaías.
- Também agradeço aos colegas e amigos do grupo de lógica e Metafísica da UEM por assistirem a minhas apresentações relacionadas a este trabalho.
- À Deisiany Gomes Ferreira por ter me acompanhado durante esta etapa.
- Agradeço ainda à UEM, em especial o Programa de Pós-Graduação em Filosofia, e à CAPES pelos investimentos na minha formação.

Humpty Dumpty sat on a wall,

Humpty Dumpty had a great fall.

All the king's horses and all the king's men

Couldn't put Humpty in his place again

(Alice, Personagem de Lewis Carroll)

## RESUMO

O presente trabalho investiga a discussão contemporânea sobre a natureza das propriedades, apresentando e defendendo a versão do nominalismo que ficou conhecida como Nominalismo de Avestruz. Busca-se mostrar como essa teoria, inicialmente considerada insatisfatória para responder o problema do *Um em Muitos* e depois desafiada pelos problemas do *Muitos em Um* e do *Similares mas Diferentes*, é capaz de solucionar de forma razoável esses problemas. Sendo a única solução não relacional para o assim chamado ‘Problema dos Universais’, essa teoria evita objeções baseadas em reduções ao infinito indesejadas. Também se apresentam antigas e novas ferramentas utilizadas na resposta a esses problemas, explorando, por exemplo, noções como a de compromisso ontológico e de fundamentação metafísica.

**Palavras-chave:** Propriedades. Nominalismo de Avestruz. *Um sobre Muitos*. Regresso ao infinito. Compromisso ontológico.

## **ABSTRACT**

The present thesis investigates the contemporary discussion about the nature of properties, introducing and arguing for the version of nominalism that became known as Ostrich Nominalism. It is shown how that theory, although initially deemed unsatisfactory in answering the One over Many problem and later challenged by the Many over One problem and the Similar but Different problem, is capable of reasonably solving them. Being the only non-relational solution to the so-called 'Problem of Universals', the Ostrich Nominalism avoids objections based on unwanted reductions to infinity. Furthermore, old and new tools which were used to answer those problems are presented, specially the ontological commitment and the metaphysical grounding.

**Keywords:** Properties. Ostrich Nominalism. One over Many. Infinite regress. Ontological commitment.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
DIFERENTES ABORDAGENS DO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS	11
O debate inicial sobre o Nominalismo de Avestruz	21
Proposta e estrutura do trabalho	24
CAPÍTULO 1: TEORIAS QUE CONSIDERAM A RELEVÂNCIA DO UM EM MUITOS	27
1.1 O PROBLEMA DO UM EM MUITOS	27
1.1.1 A RESPOSTA DO NOMINALISMO	30
Diferentes vertentes do Nominalismo	31
1.1.2. A RESPOSTA DO REALISMO	37
Diferentes vertentes de Realismo segundo David Armstrong	39
1.2 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS ÀS TEORIAS QUE CONSIDERAM A FORÇA DO UM EM MUITOS	46
(I) Argumento da causalidade	47
(II) Experimento de Pensamento	49
(III) Dupla Visão Metafísica	50
(IV) Classes e Propriedades Coextensivas	50
(V) Objeção à Condição de Identidade de Classes	52
(VI) Objeção da redução de propriedades a Classes Naturais	52
(VII) A Propriedade não está determinada pelo Agregado	53
(VIII) Sobredeterminação dos Paradigmas	54
(IX) Simetria da semelhança	54
(XI) Particulares Abstraídos de Seus Tropos são indistinguíveis entre si.	55
(XII) Argumento Contra a Indiscernibilidade dos Idênticos	56
1.3. ARGUMENTOS DE REGRESSOS AO INFINITO CONTRÁRIOS ÀS TEORIAS QUE CONSIDERAM A FORÇA DO UM EM MUITOS	57
1.3.1 Regressos contra as teorias nominalistas subjetivistas	61
(a) Regresso ao Infinito Objetal	61
(b) Regresso ao Infinito Relacional	62
1.3.2. Regressos contra as teorias nominalistas objetivistas	63
1.3.3. Regressos contra as teorias realistas	65
a) Realismo Transcendente de Platão	65
b) Realismos Imanentistas	68
1.4. CONCLUSÃO	71
CAPÍTULO 2: NOMINALISMO DE AVESTRUZ: A TEORIA QUE DESCONSIDERA A	

FORÇA DO UM EM MUITOS	73
2.1. QUINE E O CRITÉRIO DE COMPROMISSO ONTOLÓGICO	73
2.2. ARMSTRONG (1978) E A REJEIÇÃO DO NOMINALISMO QUINEANO	76
2.3. DEVITT (1980): TRÊS TESES A FAVOR DO NOMINALISMO DE QUINE E CONTRÁRIAS AO REALISMO DE ARMSTRONG	78
2.4. ARMSTRONG RESPOSTAS EM AGAINST OSTRICH NOMINALISM (1980)	83
2.5. AS CRÍTICAS DE ARMSTRONG AO COMPROMISSO ONTOLÓGICO DE QUINE	87
CAPÍTULO 3: REFORMULAÇÕES DO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS E SUAS RESPECTIVAS RESPOSTAS	96
3.1 ATUALIZAÇÃO DA DISCUSSÃO: A DIALÉTICA AMIGO VERSUS INIMIGO	96
3.2 AS SEIS FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA RESOLVER O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS	103
3.3 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS POR ARMSTRONG, RODRIGUEZ-PEREYRA E PEACOCK	128
3.3.1 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO ARMSTRONG	131
3.3.2 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO O NOMINALISMO DE AVESTRUZ QUINEANO	133
3.3.3 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO O NOMINALISMO DE AVESTRUZ FUNDAMENTADO	135
4. CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	142

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Esquemas dos diferentes tipos de Nominalismo	37
<b>Quadro 2:</b> Esquema dos diferentes tipos de Realismo	44
<b>Quadro 3:</b> Esquema dos diferentes tipos de Nominalismo, Realismo e Tropismo	46
<b>Quadro 4:</b> Esquema das teorias relacionais e não relacionais	59



# INTRODUÇÃO

## DIFERENTES ABORDAGENS DO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

Quando falamos do problema dos universais, podemos referir-nos a diferentes problemas, que envolvem diferentes disciplinas. Assim, precisamos determinar de qual dessas disciplinas estamos tratando quando falamos do problema dos universais. Há pelo menos quatro modos de ver o problema: 1) *problema cosmológico*, 2) *problema psicológico-epistemológico*, 3) *problema lógico*, 4) *problema ontológico* (BEUCHOT, 1981, p.17-18). 1) *Problema cosmológico*. Este problema pergunta pelo modo como se forma a unidade dos diferentes grupos de objetos físicos e pelo elemento de universalidade, o fator da unidade do conjunto. 2) *Problema psicológico-epistemológico*. Este problema se divide ainda em dois problemas. 2.1) Ele pergunta como é possível ao intelecto, partindo da experiência dos particulares e sensíveis, chegar ao conhecimento dos universais (problema da abstração) e 2.2) como é possível conhecer de forma direta sem a necessidade da experiência sensível (problema da intuição). 3) *Problema lógico*. Este pergunta sobre o uso do universal enquanto sujeito ou predicado no esquema operativo do discurso lógico. 4) *Problema ontológico*. O problema posto dessa forma questiona qual o estatuto entitativo do universal. Como se dá a sua existência.

O quarto modo de tratar o problema é próprio da abordagem contemporânea dos universais (BEUCHOT, 1981, p.19-20). Precisamos esclarecer que, neste trabalho, lidamos com o tema em questão a partir do problema ontológico. Quando falamos do chamado ‘problema dos universais’, perguntamos pelo seu estatuto ontológico, ele questiona quais são as estruturas fundamentais da realidade (ALENCAR, 2018, p. 436; IMAGUIRE, 2018, p.28; MELO, 2013, p. 85-88; OLIVER, 1996, p. 11-12) Esse problema se caracteriza, no nosso modo ver, por buscar a resposta a duas questões:

- (i) Propriedades e relações existem de fato?
- (ii) Se existem, qual a sua natureza (como e onde existem)?

Tais perguntas costumam ser respondidas de formas distintas. Tradicionalmente, há duas respostas para o problema em questão. Realistas afirmam a existência dos universais, já os nominalistas rejeitam sua existência, afirmando apenas o ser dos particulares.

O referido problema, apesar de não ter na Antiguidade o nome ‘problema dos universais’, costuma ser apresentado como tendo início na Grécia Antiga, mas é provável que ele seja ainda mais antigo (ARMSTRONG, 1989, p.1). Podemos falar que há antes de Platão uma proto-história do tema em pensadores como Tales de Mileto, Pitágoras, Heráclito e Parmênides (cf. BEUCHOT, 1981, p.26). Vemos nos diálogos platônicos, bem como nos textos que nos restaram de Aristóteles, discussões que se relacionam com o problema. Temos também evidências para afirmar que a discussão já estava posta na afirmação antirrealista de Antístenes a Platão, em que ele responde o fundador da Academia dizendo: ‘posso ver o cavalo, mas não a *cavalidade*’ (ARMSTRONG, 1989, p.6).

Platão, no entanto, discordou de posturas como a de Antístenes e afirmou que a *cavalidade* em si mesma é uma Ideia ou Forma [ἰδέα, εἶδος] (ROSS, 1951, p.11). Aristóteles, por sua vez, respondeu objeções como a de Antístenes de outro modo. O Estagirita, tal como seu mestre, é partidário do Realismo de Universais, pois afirma ser das propriedades, mas diverge de seu mestre sobre a natureza das propriedades: para ele a *cavalidade* seria inerente ao cavalo individual e não estaria alocada no mundo platônico das Ideias.

A discussão acerca da existência de propriedades, como a *cavalidade*, passa a ser tratada nominalmente como ‘o problema (querela) dos universais’ na Idade Média. Os filósofos deste período buscaram responder o problema formulado ainda na Antiguidade Tardia por Porfírio em sua *Isagoge*. Porfírio tem como mérito ser o primeiro a formular de modo explícito o problema (BEUCHOT, 1981, p.26). Na *Isagoge*, destinada a ser uma introdução às *Categorias* de Aristóteles, o problema se dá do seguinte modo: o que são *gêneros e espécies*? São realidades em si mesmas ou apenas concepções do intelecto? E, caso sejam realidades substanciais, são inerentes às coisas ou separadas delas (PORFÍRIO, 1994, p.50-51)? Esta é a passagem da *Isagoge* a qual parafraseamos acima:

Antes de mais nada, no que se refere aos gêneros e às espécies, a questão de saber se elas são realidades em si mesmas ou apenas simples concepções do intelecto, e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas, e se, enfim, são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes, é assunto de que evitarei falar: é um problema muito complexo, que requer uma indagação em tudo diferente e mais extensa.

Temos uma série de respostas para o problema formulado por Porfírio, para o qual ele mesmo se recusa a dar uma solução. Houve aqueles que responderam o problema dizendo que gêneros e espécies existem, que são reais. Eles ficaram conhecidos desde o período medieval como realistas. Estes se dividiram ainda entre os realistas que afirmavam, tal como fez

Aristóteles, que os universais estão nas coisas, nos objetos instanciados, são imanentes (*in rebus*) e aqueles que defenderam que os universais são Ideias platônicas, entidades que estão fora das coisas, que são transcendententes (*ante rem*). Um representante medieval do Realismo Aristotélico é Duns Scotus. Já Santo Agostinho seria um representante do Realismo em sua versão Platônica.

Por outro lado, divergindo da postura realista, temos aqueles que adotaram uma postura antirrealista em relação aos universais. Eles afirmaram que apenas os particulares existem. Essa será a postura comum a todos os representantes do Nominalismo. O Nominalismo de Predicados irá afirmar que o particular *a* é *F* em virtude do predicado '*F*' ser aplicado ao particular *a*, ou ainda, o particular *a* cair sob o predicado '*F*'. Neste, bem como nos outros casos, houve apenas o comprometimento com particulares: o particular sensível *a* e outro particular, ou o predicado '*F*', ou o conceito *F*, ou a classe dos *Fs* ou a relação de semelhança *F*<sup>1</sup>. Para este segundo grupo gêneros e espécies são apenas nomes que utilizamos para classificar objetos particulares como animais, plantas, etc. Roscelino pode ser apontado como um representante desta postura. Para ele, universais eram meros sopros de voz [*flatus vocis*] (SPADE, 1995, p.17).

Houve ainda um grupo que defendeu uma terceira via. Esse grupo discorda do Nominalismo, pois afirma que gêneros e espécies têm certa realidade e que universais existem de certa maneira. Mas, diferentemente do Realismo em suas versões *ante rem* e *in rebus*, o terceiro grupo sustentou que universais existem enquanto entidades mentais, ou ainda, conceitos (*post rem*). Os representantes deste terceiro grupo ficaram conhecidos como conceitualistas.

O Nominalismo e as posturas realistas *in rebus* e *ante rem* (apesar de não receberem estes nomes pelos antigos) já eram defendidas na antiguidade. No entanto, o Conceitualismo surge na Idade Média. Sua paternidade costuma ser atribuída ao filósofo francês Pedro Abelardo e defendida posteriormente por filósofos modernos como Locke, Kant e Leibniz (AUNE, 1985, p.54-56). Como procuraremos mostrar no Capítulo 1, Armstrong classificou a postura conceitualista como sendo uma forma subjetivista de Nominalismo, o Nominalismo de Conceito<sup>2</sup>.

A querela dos universais, apesar de ter sido mais acirrada na Idade Média, não ficou restrita a este período. Foram várias as tentativas, ao longo de séculos de história da Filosofia,

---

<sup>1</sup> Sobre as explicações dadas pelos seis tipos mais comuns de Nominalismo, conferir o Quadro 1 desta dissertação.

<sup>2</sup> Conferir: ARMSTRONG, 1978a, Cap 2 e Cap 3. Ver também o Quadro 1 desta dissertação.

que tiveram o intuito de solucionar o problema. A nossa pesquisa procurará dar mais enfoque à discussão contemporânea deste problema.

Alguns filósofos, sobretudo aqueles com tendência antimetafísica, pensaram este problema como pseudoproblema (ARMSTRONG, 1989, p.1). Certos filósofos do círculo de Viena se enquadram neste grupo (GUIGON & RODRIGUEZ-PEREYRA, 2015, p.9). Filósofos que seguem essa linha costumam abordar o problema dos universais como algo que pode ser resolvido semanticamente.

No entanto, há aqueles filósofos que o tomaram como um problema real, não redutível à linguagem, e que merece ser respondido enquanto um problema genuinamente metafísico. Quine (1963a, p.14) afirmou que o problema metafísico dos universais ressurgiu na filosofia contemporânea no âmbito da filosofia da matemática com a questão da natureza dos números. Segundo ele, Frege deu início ao problema da natureza de um tipo específico de entidades abstratas, a saber, os números. Frege, por sua defesa do Platonismo matemático em *Fundamentos da Aritmética*, costuma ser apontado como o filósofo que retomou a discussão dos universais na filosofia contemporânea. Posteriormente Russell, Quine e Armstrong fizeram contribuições importantes para a discussão dos universais (BIGELOW, 2006). Trataremos do papel deste último na discussão mais recente do tema dos universais.

David Armstrong, em *Nominalismo e Realismo: Universais e o Realismo Científico* [*Nominalism and Realism: Universals and Scientific Realism*] (1978a), é responsável por formular as bases da discussão mais recente do problema dos universais. Nesta obra vemos, tal como fez Porfírio na *Isagoge*, a formulação do problema, bem como a compilação e exposição das principais respostas. Mas, diferentemente de Porfírio que se preocupou somente em formular a questão e listar as respostas vigentes, o filósofo contemporâneo buscou também fornecer uma solução original para o problema.

A lista de respostas, que no período medieval (e também no moderno) se restringia a três principais — Nominalismo, Realismo (Platônico e Aristotélico) e Conceitualismo — passou a ser mais extensa na obra de Armstrong. Seis tipos de Nominalismo foram elencados: Nominalismo de Predicados, Nominalismo de Conceito, Nominalismo Mereológico, Nominalismo de Classes, Nominalismo de Semelhanças e Nominalismo de Avestruz.

No entanto, devemos ressaltar que há distinções entre as definições contemporâneas e a definição tradicional de Nominalismo. A versão mais tradicional é aquela que remonta à Idade Média. Ela busca responder o problema segundo a formulação feita por Porfírio. O Nominalismo nesta versão medieval afirma o ser apenas de particulares e rejeita universais (tanto *ante rem* quanto *in re*).

Já na filosofia contemporânea de língua inglesa o Nominalismo costuma ser formulado de duas maneiras (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2019, p.2). Uma delas segue a versão tradicional e afirma que Nominalismo é a postura que rejeita entidades que não sejam particulares. Tal maneira foi defendida por Armstrong. A outra costuma apresentar o Nominalismo como a teoria que rejeita entidades abstratas (GUIGON & RODRIGUEZ-PEREYRA, 2015, p.1).

A definição de Nominalismo enquanto a teoria que rejeita entidades abstratas foi inicialmente defendida por Goodman e Quine, em 1947, na obra *Passos para um Nominalismo Construtivo* [*Steps Toward a Constructive Nominalism*]. Tal postura ficou conhecida como ‘Nominalismo de Harvard’ (IMAGUIRE, 2018, p.4). Os formuladores desta segunda versão de Nominalismo consideraram que entidades abstratas e universais são o mesmo tipo de entidade (QUINE, 1963a, p. 14; GOODMAN & QUINE, 1947, p. 105). Eles consideraram que os termos ‘entidades abstratas’ e ‘universais’ são intercambiáveis (ROSEN *et al*, 2021, p.7). Devemos salientar que a definição de Nominalismo segundo o Nominalismo de Harvard é passível de críticas.

Um problema para esta definição reside no fato de que universais podem ser entidades concretas, alocadas no espaço-tempo e repetíveis. O Nominalismo de Harvard afirma apenas o ser de entidades concretas. Tal postura se dá pelo fato de que entidades macroscópicas no espaço-tempo são irrepetíveis e entidades abstratas como universais, de acordo com realistas, são repetíveis.

O Nominalismo de Harvard rejeita universais, uma vez que uma mesma entidade macroscópica não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Mas, segundo a postura do Realismo Aristotélico, universais são entidades espacotemporalmente alocadas e repetíveis. Em outros termos, o universal imanente pode estar instanciado em dois lugares ao mesmo tempo. Seguindo esta distinção entre universal e particular, universal é aquilo que pode ser instanciado por um particular ou outro universal. O particular apenas instancia universais. Se a brancura é um universal, qualquer objeto branco será sua instância. Mas um objeto branco, como é o caso de Sócrates, não pode ter instância. Não há instância de Sócrates. Sócrates é irrepetível, no entanto, a brancura é repetível. Ela pode estar em Sócrates e também na neve (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2019, p.3).

Além dos problemas dos universais serem entidades concretas (alocadas no espaço-tempo) e repetíveis, podemos apontar as críticas de Armstrong à definição de Goodman e Quine. Armstrong atacou a noção de que o debate entre Realismo e Nominalismo se dá em termos da existência de entidades abstratas (IMAGUIRE, 2018, p.4). Segundo ele, o

entendimento de Quine e Goodman (1947) acerca do que significa ‘Nominalismo’ é idiossincrático (ARMSTRONG, 1974, p.192). Armstrong (1978a, p. 13) entende que Nominalismo é a postura que aceita em sua ontologia apenas particulares. Mas, particulares podem ser tanto objetos espaçotemporais como entidades abstratas. Entidades abstratas (classes, *possibilia*, proposições, conceitos), caso sejam particulares, também podem ser aceitas por Nominalistas em sua ontologia.

Tendo considerado que nominalistas e realistas podem aceitar em sua ontologia tanto entidades concretas quanto abstratas, parece problemática a definição dada por Quine e Goodman. O Nominalismo de Classes, por exemplo, aceita em sua ontologia tanto particulares concretos quanto classes (particulares abstratos). Sendo assim, a sua ontologia não seria muito diferente daquela aceita pelo realista platônico. O defensor do Realismo Transcendente aceita particulares concretos e Formas (entidades abstratas) em sua ontologia. Nominalistas aceitam em sua ontologia apenas particulares, mas isso não implica que eles sejam apenas objetos concretos. Há nominalistas que aceitam, além de classes, outras entidades abstratas como: significados, proposições, conceitos.

Outra crítica é que a própria distinção entre entidades concretas e abstratas gera problemas, uma vez que sua definição não é consensual. A discussão acerca de como formular de maneira adequada tal distinção é objeto de disputa na filosofia contemporânea (ROSEN *et al.*, 2021, p.2). Lewis, em *Sobre a pluralidade dos mundos* [*On the plurality of worlds*] (1986), expõe quatro modos de fazer esta distinção e os problemas de cada uma destas estratégias. Os quatro modos são: *modo da exemplificação*, *modo da fusão*, *modo da negação*, *modo da abstração*. Adiante exporemos cada um destes casos e seus respectivos problemas.

*Modo da exemplificação*. Esta estratégia consiste em produzir uma lista dos casos paradigmáticos das entidades concretas de um lado e entidades abstratas de outro (LEWIS, 1986, p.82; ROSEN *et al.*, 2021, p.6). Exemplos claros de entidades concretas paradigmáticas seriam: computador, carro, planeta Vênus, também entidades microscópicas como o elétron ou bactérias. O exemplo paradigmático de entidade abstrata seria o caso dos números naturais. No entanto, a própria definição da natureza do que é número é controversa. Números podem ser definidos como classes puras, universais estruturais, ou mesmo marcas no papel. Se tomarmos a última alternativa como verdadeira, números não seriam entidades abstratas paradigmáticas. Os números tomados apenas como marcas no papel, uma vez que estão no espaço-tempo, seriam entidades concretas. (ALENCAR, 2015, p. 23). Outro problema é saber como conhecemos entidades abstratas. Caso consideremos que uma teoria causal seja a

correta, não é claro como conhecemos, por exemplo, as classes. Tal caso traz problemas em Epistemologia, filosofia da matemática e filosofia da linguagem (ROSEN *et al.*, 2021, p.6).

O problema central da estratégia da exemplificação é que ela só parece funcionar se considerarmos a distinção enquanto primitiva e não analisável. Podemos notar que tomar a distinção como primitiva é problemática, pois não sabemos qual a natureza desta distinção. É mais frutífero considerarmos que uma entidade é abstrata em virtude de certas características e não em decorrência de uma distinção primitiva. (ALENCAR, 2015, p. 24).

*Modo da fusão.* Este outro modo de distinguir entidades abstratas de concretas foi proposto por Quine. Ele está assentado naquela distinção metafísica que separa classes de indivíduos, ou ainda, universais de particulares. Devemos recordar aqui que Quine (1963a, p. 14) é responsável por tomar de forma intercambiável universais, Formas platônicas e entidades abstratas. Esta última distinção entre os particulares e os universais, assim como, os particulares e as classes de indivíduos é mais conhecida do que aquela entre as entidades abstratas e as concretas (ROSEN *et al.*, 2021, p.6). Porém, a distinção feita por Quine é, segundo Rosen *et al.* (2021, p.7), pouco usual. Ela também é passível de críticas.

Uma das críticas que podemos apontar repete o que já falamos acima contra a noção de que Nominalismo se define como a postura que rejeita entidades abstratas e só aceita particulares. Problemas podem ser levantados, uma vez que particulares podem ser entidades abstratas. Classes são entidades particulares (irrepetíveis) e são abstratas. Há ainda o caso de entidades abstratas (como predicados e conceitos) que, apesar de abstratas, são particulares. No Realismo Imanentista os universais podem ser entidades repetíveis e ainda assim concretas, pois são instanciadas em particulares que estão no espaço e no tempo. Há ainda o fato do Realismo Modal de Lewis considerar que certas entidades possíveis e certos mundos possíveis são entidades concretas.

*Modo da negação.* Lewis (1986, p.83) afirma que uma entidade abstrata pode ser definida de modo negativo em relação a um objeto concreto. Uma entidade é concreta, caso esteja no espaço e no tempo e tenha interação causal. Entidades abstratas são definidas pela ausência de localização espacotemporal e também por não ter interação causal. Uma classe pura<sup>3</sup>, seria exemplo de uma entidade abstrata por excelência. Críticas podem ser feitas à estratégia da negação. Classes impuras, por exemplo, costumam ser tomadas como entidades abstratas. Porém, seus membros podem ser entidades localizadas no espaço e no tempo

---

<sup>3</sup> Classes puras (classes de classes ou classes de números) se formam sem a necessidade de entidades externas (ENDERTON, 1977, p.9; BAGARIA, 2023, p.1). Os elementos deste tipo de conjunto não estão alocados no espaço-tempo (ALENCAR, 2015, p.23).

(LEWIS, 1986, p. 83). A classe das três montanhas mais altas do mundo {Everest, K1, Kangchenjunga} possui entidades no espaço-tempo. Esta crítica não parece ser contundente, uma vez que podemos aceitar que as entidades de uma classe não pura podem estar localizadas no espaço e no tempo, mas a sua classe ser abstrata. E, no caso de uma classe pura, como o conjunto vazio, também não haveria problema, já que nem a classe, nem seus membros seria localizada no espaço tempo, nem teriam poder causal.

Uma crítica que parece ser mais contundente contra a estratégia da negação seria o caso de certos objetos tidos como abstratos possuírem poder causal e estarem alocados no espaço-tempo. Jogos e a linguagem estão alocados no espaço e podem mudar suas regras conforme o tempo (HALE, 1998, p.38). O xadrez, por exemplo, é um jogo que surgiu na Índia do século VI, foi trazido para a Pérsia no século VII, posteriormente chegou no ocidente no século XV e suas regras passaram por mudanças ao longo do tempo.

*Modo da abstração.* A estratégia em questão afirma que objetos abstratos derivam de objetos concretos. A derivação se dá mediante o processo de extrair uma certa característica de um objeto concreto. Descrever de maneira incompleta um objeto concreto pode ser a descrição completa de uma abstração. No entanto, a descrição completa de um objeto abstrato não descreve um objeto concreto na sua completude. Tal definição está de acordo com o sentido etimológico e histórico do termo (LEWIS, 1986, p.85). Boécio (SPADE, 1994, p.23-24), posteriormente Pedro Abelardo (SPADE, 1994, p.42-48) e Guilherme de Ockham (GUERIZOLI, 2011 p.146) são exemplos de pensadores que lançaram mão deste princípio. Eles defenderam que conhecemos universais por meio da abstração de entidades particulares, mas as ideias não são nenhum objeto em particular. A realidade, segundo eles, seria composta apenas de particulares. No entanto, um filósofo realista aristotélico poderia usar uma estratégia parecida em favor do Realismo. Ele pode afirmar que o princípio de abstração tem a função de mostrar que conhecemos os universais mesmo sem o contato epistemológico direto com eles (ALENCAR, 2015, p.25).

Um problema ocorre com esta estratégia quando tratamos de certos tipos de classes. Quanto às classes impuras não parece haver grandes problemas. Os elementos de uma classe impura estão alocados no espaço e no tempo. No entanto, esta estratégia não consegue caracterizar classes puras. Classes puras, como é o caso de classes vazias, podem se formar sem a necessidade de referência a objetos espaçotemporais (ALENCAR, 2015, p.25-26).

Imaguire (2018, p.5) coloca o debate de forma distinta destas que apresentamos até aqui. Segundo ele, o debate se dá em termos do status das entidades *type* e *token*. Esta distinção entre *types* (*tipos*) e *tokens* (*instâncias, exemplo, ocorrências*) foi criada pelo

filósofo Pragmatista Charles Sanders Peirce (1931, Vol. 4, 537). Um exemplo desta distinção é o fato de que o planeta Terra e Vênus seriam *tokens* do *type* planeta. A partir daqui tomaremos o termo em inglês ‘*type*’ e o termo em português ‘*tipo*’ (quando este último aparecer em itálico) como termos com igualdade de significado. Do mesmo modo, tomaremos o termo em inglês ‘*token*’ e os termos em português ‘*espécime*’, ‘*instância*’, ‘*instanciação*’, ‘*exemplar*’, ‘*exemplificação*’ (quando aparecerem grafados em itálico) como termos que possuem igualdade de significado. Considerando que *tokens* são entidades irrepetíveis e *types* são repetíveis, o nominalista procurará sempre excluir de sua ontologia entidades repetíveis.

Tendo apresentado as diferentes definições do que é a postura nominalista, nos resta abordar as respostas dos realistas listadas por Armstrong. Segundo a clássica listagem armstronguiana, são quatro tipos de Realismos: Platônico, Aristotélico, de Feixes e o Realismo Imanentista não Substancialista. O último Realismo da lista é defendido por Armstrong como a solução mais adequada para o problema.

Além das respostas realistas e nominalistas, há uma terceira via, a saber a Teoria de Tropos. A Teoria de Tropos, em sua formulação clássica, afirma, tal como o nominalista o ser apenas de particulares. Tal como o realista, o tropista afirma que propriedades existem. No entanto, esta terceira via irá rejeitar que propriedades tenham relação de identidade, propriedades são semelhantes, mas não idênticas.

O problema dos universais costuma ter várias formulações, a saber *Um em Muitos*, *Muitos em Um*, *Similares mas Diferentes* (GUILLON, 2021; IMAGUIRE, 2018, p.27; OLIVER, 1996). Trataremos destas diferentes formulações no Capítulo 3. A formulação mais conhecida do problema (não necessariamente reconhecida de forma unânime como a melhor) é o problema do *Um em Muitos* ou *Um sobre Muitos*. Armstrong (1978a; 1978b; 1980) considerou que este é o problema central na discussão sobre os universais. Este terá, no Capítulo 1 de nosso trabalho, um lugar central na discussão acerca do problema dos universais. O *Um em Muitos* foi inicialmente formulado por Platão e foi reconhecido como principal problema na discussão dos universais ao longo da história da Filosofia<sup>4</sup>. Diversos trechos dos diálogos platônicos indicam o uso desta abordagem:

Creio que tu crês que cada forma é *uma* pelo seguinte: quando algumas coisas, múltiplas, te parecem ser grandes, talvez te pareça, a ti que olhas todas, haver uma certa ideia *uma* e a mesma em todas; donde acreditas o grande ser *um* (PARMÊNIDES, 132a1-4).

---

<sup>4</sup> Apesar da centralidade do problema do *Um em Muitos*, há filósofos, como é o caso de RODRIGUEZ-PEREYRA (2000), que buscaram reformular a discussão acerca dos universais a partir de outros problemas que não o clássico *Um em Muitos* ou *Um sobre Muitos*.

Examine, então - disse -, as consequências disso, vamos ver se você pensa da mesma forma que eu. Parece-me, então, que se há algo belo além da própria beleza, não será bela por nenhuma outra razão, mas porque participa dessa beleza. E o mesmo afirmo a propósito de tudo mais (FÉDON, 100c-d).

Mas o que vemos de *mesmo*, quando denominamos com um só nome tantas coisas diferentes (FILEBO, 34e3-4)?

Efetivamente, estamos habituados a admitir uma certa ideia (sempre uma só) em relação a cada grupo de coisas particulares, a que pomos o mesmo nome (REPÚBLICA, 596a).

Apesar de Platão ter iniciado a abordagem dos universais segundo o problema do *Um em Muitos*, o filósofo em questão não é responsável por nomeá-lo como tal (MELO, 2013, p.15). O nome '*Um em Muitos*' aparentemente surgiu dos estudos de Aristóteles sobre a teoria das Ideias de Platão (MELO, 2013, p.15; PEACOCK, 2009, p.190). Na *Metafísica*, Aristóteles diz que Platão lança mão do problema do *Um que abarca Muitos* para conduzir seu interlocutor à aceitação da existência das Formas (*Metafísica* 1.9, 990b13). Também podemos encontrar críticas dirigidas à formulação feita por Platão quanto ao argumento do *Um em Muitos* em favor das Ideias no fragmento *Peri ideon* [*Das Ideias*], atribuído a Aristóteles<sup>5</sup>.

Devemos salientar que o problema do *Um em Muitos* é diferente do argumento do *Um em Muitos*. O problema, em linhas gerais, levanta a questão: em virtude de que *a* e *b* são *F*? Já o argumento parte do pressuposto de que há algo comum entre, por exemplo, duas maçãs. E, é em virtude deste algo que elas têm em comum que ambas são ditas vermelhas. Segue-se daí que este algo em comum é a propriedade *vermelhidão*<sup>6</sup>. Estamos tratando, neste momento, do problema do *Um em Muitos*.

O problema do *Um em Muitos* ou *Um sobre Muitos* será considerado nesta dissertação da seguinte maneira: como é possível que particulares *a*, *b* e *c* (*Muitos*) sejam *F* (*Um*)? Os comentadores costumam apontar duas interpretações do problema: (1) Metafísica; (2) Semântica (cf. ARMSTRONG, 1978a, p. XIII–XIV, 65; FINE, 1980; GONZÁLEZ-VARELA, 2020, p.2). A interpretação semântica afirma que um mesmo predicado se aplica a vários particulares. Segundo esta interpretação do problema, os universais são significados de termos gerais. Já a versão metafísica afirma que uma mesma propriedade *F* é comum a vários objetos (ARMSTRONG, 1978a, p. XIII–XIV). Utilizaremos neste trabalho o termo 'propriedade'

<sup>5</sup> Sobre o criticismo de Aristóteles em relação ao argumento do *Um em Muitos* platônico conferir os textos de G. FINE, (1980; 2004).

<sup>6</sup> Sobre a formulação do argumento do *Um em Muitos* ver ARMSTRONG (1978a, p.xiii). Sobre o problema do *Um em Muitos* conferir: Carrol & Markosian (2010, p.227-228); Rodriguez-Pereyra (2000, p. 256-258). Sobre a distinção entre o argumento e o problema do *Um em Muitos* ver Imagure (2018, p.84).

como sendo um vocabulário neutro entre a postura realista e seus adversários. Seu uso não indicará o comprometimento com um universal. Desse modo, quando dissermos que um objeto  $a$  possui a propriedade  $F$  ou que  $a$  e  $b$  são  $F$ , queremos dizer que isto é um caso de *Um em Muitos*. Caberá à teoria em disputa explicar: em virtude de que  $a$  é  $F$ ? E, em virtude de que  $a$  e  $b$  são  $F$ ?

### O debate inicial sobre o Nominalismo de Avestruz

O *Um sobre Muitos* inaugurado por Platão é criticado por Quine (1963a) em seu artigo *Sobre o que há* [*On what there is*]. Neste seminal artigo o filósofo estadunidense defende que o problema dos universais pode ser resolvido ignorando o problema posto inicialmente por Platão. Em outros termos, Quine diz que é melhor ignorarmos os fatos envolvendo *Um em Muitos* e os tomarmos como primitivos, básicos e fundamentais os fatos que prescindem de uma explicação que recorra a algo além do próprio particular (MELO, 2013, p.17).

A teoria quineana toma fatos do tipo  $a$  é  $F$  como fatos brutos, primários, ou seja, fatos fundamentais<sup>7</sup>. Ela não é uma explicação relacional. Todas as outras abordagens listadas por Armstrong são relacionais. No que concerne ao realismo, elas são: o platonismo, que irá recorrer à Forma da  $F$ -idade; o Realismo de Aristóteles, que irá explicar  $a$  é  $F$  em virtude do particular instanciar a  $F$ -idade; o Realismo de Armstrong, que dirá que  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  é  $F$  ser um *state of affair*. No que concerne às explicações nominalistas,  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  pertencer a um *agregado*  $F$  (Nominalismo Mereológico); por pertencer à classe de  $F$  (Nominalismo de Classe); estar numa relação de semelhança com outros objetos (Nominalismo de Semelhança); pelo fato de  $a$  receber o mesmo predicado ' $F$ ' (Nominalismo de Predicado);  $a$  receber o conceito  $F$ . Todas estas soluções, devido ao fato de serem relacionais, são, de algum modo, suscetíveis a regressos ao infinito (cf. IMAGUIRE, 2018, p.51-81)<sup>8</sup>.

Segundo a teoria quineana fatos do tipo  $a$  é  $F$  não requerem explicações relacionais:  $a$  é  $F$  é explicado em virtude de  $a$ <sup>9</sup>. Quine não recorre a entidades além dos particulares para

---

<sup>7</sup> O nominalista de Avestruz, como ficou conhecido o Nominalismo de Quine, irá afirmar que fatos do tipo  $a$  é  $F$  é um *fato mooreano* (sobre *fatos mooreanos* conferir o item 1.1 deste trabalho), um fato fundamental e pré-teórico e que não requer explicação. Isto se assemelha a como o Nominalismo de Semelhança entende que a relação de semelhança. Este último afirma que tal relação é primitiva e pré-teórica, portanto não requer explicação (ALENCAR, 2015, p.94; MELO, 2013, p.44).

<sup>8</sup> Apresentaremos, de modo detido, as versões de Nominalismo e Realismo no primeiro Capítulo desta dissertação. Também listamos as soluções relacionais e não relacionais (conferir figura 4. desta dissertação).

<sup>9</sup> A explicação quineana acerca do fato  $a$  é  $F$  foi interpretada de formas diferentes. Pelo menos três interpretações são encontradas em seus comentadores. Armstrong (1978a, p.16) irá afirmar que a explicação quineana afirma que  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  ser  $F$ . Imaguire (2018; 2021a; 2021b) irá afirmar que  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$ . Devitt (1980, p.435) afirma que a solução dada por Quine é  $a$  é  $F$  se e somente se existe um  $x$  tal que ' $a$ ' designa  $x$  e ' $F$ ' aplica-se a  $x$  (ALENCAR, 2015, p.95)

explicar tal fato. Ele afirma que não há necessidade de recorrermos (como recorrem outras teorias) a qualquer entidade que não o próprio *a* para explicarmos a facticidade de *a* ser *F*, por isso sua explicação é não relacional (ARMSTRONG, 1974 p.191-193; ARMSTRONG, 1978a, p.16; IMAGUIRE, 2018, Cap. 4). [Abordaremos de modo mais detido as soluções relacionais e não relacionais no Capítulo 1] E, os seus defensores dirão que a teoria quineana, por ser deflacionária, tem a vantagem de não cair em um regresso ao infinito (IMAGUIRE, 2018, Cap 4, p.53). Neste ponto a teoria em questão se diferencia da maior parte das teorias alternativas.

Outra solução para o problema dos universais adotada por Quine é a de traduzir declarações que supostamente fazem menção a universais em termos que apenas se referem a particulares. Tal recurso faz com que haja compromisso ontológico apenas com particulares.

Apesar da crítica quineana, o problema do *Um em Muitos* foi posteriormente utilizado por David Armstrong (1978a) como central na discussão acerca dos universais. Este último filósofo foi responsável por reafirmar o lugar de destaque desse problema.

Armstrong advogou a centralidade do *Um em Muitos* (ARMSTRONG, 1978a, p. XIII)<sup>10</sup>. Qualquer teoria, nominalista ou realista, terá que explicar a facticidade do *Um em Muitos*. Uma exposição detalhada de cada versão do Nominalismo e Realismo será dada no Capítulo 1 desta dissertação.

No entanto, dirá Armstrong, há uma teoria nominalista que rejeita responder o problema, e esta é exatamente a teoria quineana. Ele chamou essa teoria de 'Nominalismo de Avestruz'. Esse nome pejorativo foi dado ao nominalismo de Quine porque, ao invés de resolver um problema que, no entender de Armstrong, claramente existe (*Um em Muitos*), ele prefere, tal como o avestruz, que segundo o mito enterra a cabeça para fugir de um problema<sup>11</sup>, rejeitá-lo.

Em seu artigo '*Ostrich Nominalism*' or '*Mirage Realism*'? (1980), o filósofo australiano Michael Devitt, um seguidor de Quine, rejeitou que o nome pejorativo 'Nominalismo de Avestruz' seja aplicável à abordagem quineana do problema dos universais. Devitt procurou defender que a postura de Quine é plausível, uma vez que o problema que o acusam de se negar a ver sequer existe. Devitt disse no seu artigo que Armstrong está triplamente equivocado. Primeiramente porque o seu colega realista vê um problema que

---

<sup>10</sup> Apesar de Armstrong (1978a, p.11-12 e 41) advogar a centralidade do problema do *Um em Muitos* na discussão sobre universais, ele irá mudar sua postura e procurará abordar o problema em outros termos. Em *Universals: An Opinionated Introduction* (1989, p.2-3) e posteriormente em *A World Of State Of Affairs* (1997, p.14), ele irá abordar o problema em termos de *identidade qualitativa*. Essa mudança de postura é comentada por Peacock (2009); trataremos dessa mudança por parte de Armstrong no Capítulo 3.

<sup>11</sup> Sobre o mito do avestruz enterrar a cabeça na areia ver o texto de Mcvean (2017).

sequer existe. Em segundo lugar, porque ele (Armstrong), buscando solucionar um problema inexistente, postula universais. E, por fim, porque ele formula um Realismo Imanentista não Relacional, e essa versão do realismo, apesar de engenhosa, é falsa. Devitt dirá que chamar Quine e seus seguidores de ‘nominalista de avestruz’, pelas razões dadas acima, não se aplica, mas que o termo ‘realista de miragem’<sup>12</sup> é aplicável a Armstrong (DEVITT, 1980, p.433).

Armstrong, por sua vez, responde o artigo de Devitt em *Against Ostrich Nominalism* (1980). No referido artigo é retomada a força do argumento do *Um em Muitos* nos termos da distinção *type-token*. Armstrong (1980) critica a ausência de tratamento por parte de Devitt dessa distinção, também as dificuldades que este tem de traduzir, em termos de particulares, proposições que fazem menção a universais. Uma abordagem mais detalhada da discussão inicial acerca do Nominalismo de Avestruz será feita no segundo Capítulo desta dissertação.

As respostas dadas por Armstrong contra o Nominalismo de Avestruz e a favor do *Um em Muitos* não foram aceitas como definitivas (MELO, 2013, p.19). Surgiram, após a referida discussão nos artigos publicados tanto por Armstrong (1980) quanto por Devitt (1980), reformulações que buscaram abordar o problema dos universais prescindindo do *Um em Muitos* (PEACOCK, 2009; TUGBY, 2016). O problema, que no entender de Armstrong (1978a) deveria ser central na discussão dos universais, deixou de ter o lugar privilegiado que teve desde os tempos de Platão (MELO, 2013, p.19).

Uma questão que é alternativa ao problema inaugurado por Platão e retomado por Armstrong é o problema do *Muitos em Um*, posto pelo filósofo argentino Gonzalo Rodriguez-Pereyra em *What is the problem of universals* (2000) e *Resemblance nominalism: a solution to the problem of universals* (2002a). Segundo este último, o grande problema dos universais é oferecer fazedores de verdade como resposta à questão: em virtude de que o particular *a* é *F* e é *G*? Um exemplo de casos envolvendo *Muitos em Um* seria o fato de uma bola de bilhar ser ao mesmo tempo esférica e vermelha. Ainda que este problema seja uma reformulação alternativa em relação ao *Um em Muitos* defendido por Armstrong, podemos dizer que ele foi criado para ser um impasse ao Nominalismo de Avestruz. Tal dificuldade ocorre devido ao fato do Nominalismo de Avestruz afirmar, de modo geral, que *a* é *F* e, ao mesmo tempo, *G* em virtude do particular *a*. Rodriguez-Pereyra considerou que apenas o

---

<sup>12</sup> Consideramos aqui que Devitt, quando chama Armstrong de ‘realista de miragem’, tem em vista o que escreveu Quine em seu *Sobre o que há*. No referido artigo, Quine (1963a, p.4) escreveu que tem apreço por paisagens desertas [*desert landscapes*]. Isso demonstra que sua postura nominalista visa uma ontologia que tenha, tal como o ambiente de um deserto, poucas entidades. Se considerarmos como verdadeira a ontologia quineana, então a postura realista acerca dos universais, sobretudo aquela que parte do argumento do *Um em Muitos* (tal como faz Armstrong), é aquela que vê mais coisas do que deveria na paisagem de poucas entidades do deserto. Devitt considera que Armstrong vê miragens no deserto.

particular  $a$  não é capaz de fornecer fazedores de verdade para o problema do *Muitos em Um* (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.17, p.46).

Há também o problema posto por Howard Peacock em *What's wrong with ostrich nominalism?* (2009). Segundo Peacock, o grande problema dos universais é explicar em virtude de que  $a$  é  $F$  e  $b$  é  $F$ , mas  $a$  não é  $G$  e  $b$  é  $G$ . Este problema recebeu o nome de *similares, mas diferentes* (PEACOCK, 2009, p.200). Um exemplo de objetos *similares, mas diferentes*: duas bolas de bilhar que têm em comum o fato de serem esféricas e de mesmo tamanho, mas uma é vermelha e a outra é preta. Peacock buscou mostrar que apenas o particular  $a$  não é capaz de fornecer fazedores de verdade para  $a$  ser  $F$  e  $a$  não ser  $G$ . De mesmo modo, apenas o particular  $b$  não pode ser fazedor de verdade para o fato de  $b$  ser tanto  $F$  quanto  $G$ .

Além das reformulações do problema dos universais, houve, após a discussão entre Devitt (1980) e Armstrong (1980), a publicação de trabalhos que, contrariando os argumentos de Armstrong, buscaram defender a força do Nominalismo de Avestruz. O Nominalismo que parecia ser uma solução insatisfatória passou a ser defendido pelos seguidores de Quine como uma solução plausível para o problema. Trabalhos como o de James Van Cleve, *Predications without universals? A fling with Ostrich Nominalism* (1994); de Joseph Melia, *On what there is not* (1995) e *Truthmaking without truthmakers* (2005); e, mais recentemente, de Guido Imaguire, *Priority Nominalism: Grounding Ostrich Nominalism as a Solution to the Problem of Universals* (2018) e de Devitt, *Ostrich Nominalism* (2022) são exemplos de textos posteriores ao embate intelectual entre Armstrong e Devitt que buscaram mostrar a força do Nominalismo de inspiração quineana, o Nominalismo que foi pejorativamente nomeado de 'Nominalismo de Avestruz'. Chamamos aqui estes Nominalismos de 'Nominalismo de inspiração quineana', pois casos como o de Imaguire são exemplos de Nominalistas que retomam em partes a versão original quineana, mas que dela divergem em certos pontos. Imaguire defende que a solução para o problema dos universais está no *compromisso ontológico fundamentado*.

### **Proposta e estrutura do trabalho**

Apresentamos até aqui de forma breve o percurso do problema do *Um em Muitos* e seu início com Platão, a defesa feita por Armstrong da centralidade do problema e sua rejeição feita por Quine. Procuramos mostrar que o Nominalismo de Avestruz, apesar de ser acusado de não responder o problema do *Um em Muitos*, foi defendido por seus seguidores como

solução razoável para o problema dos universais. O objetivo principal de nossa dissertação será apontar o percurso da discussão dos universais envolvendo o Nominalismo de inspiração quineana. Para cumprir com este propósito, cumprimos os seguintes passos:

- Apontar as respostas que este Nominalismo traz (ou não) ao clássico problema posto por Platão;
- As suas respostas aos novos problemas desenvolvidos na filosofia contemporânea: *Muitos em Um e Similares mas Diferentes*.

O problema será demonstrar como é possível que uma teoria tida inicialmente como insatisfatória para responder o *Um em Muitos* e depois desafiada pelos problemas *Muitos em Um e Similares mas Diferentes* seja capaz de solucionar de forma razoável os problemas em questão. O percurso que até aqui apresentamos de forma breve será mostrado de maneira mais detida nos três capítulos desta dissertação.

No Capítulo 1 apresentaremos com mais detalhes o problema do *Um em Muitos* em sua versão armstronguiana e as teorias que, diferentemente do Nominalismo de Avestruz, visam responder o problema. Também apresentaremos neste capítulo que as diferentes tentativas de solução, apesar de responderem o *Um em Muitos*, se mostram insatisfatórias, pois não são capazes de superar os impasses colocados por Armstrong, como o argumento do regresso ao infinito. Daremos uma ênfase maior a este tipo de argumento no Capítulo 1. Procuraremos mostrar neste capítulo que a abordagem do Nominalismo de Avestruz, justamente por não responder (no entender de Armstrong) de modo satisfatório o problema inaugurado por Platão, é capaz de superar as regressões ao infinito, uma vez que este Nominalismo não é uma solução relacional.

No Capítulo 2 abordaremos o Nominalismo de Avestruz em sua versão original apresentada por Quine, no ano de 1948, em *On what there is* (1963a). Neste capítulo também trataremos do seu *critério de compromisso ontológico*. Além disso, procuraremos mostrar as críticas que esta versão do Nominalismo recebe por parte de Armstrong, bem como a discussão entre Armstrong (1980) e Devitt (1980) acerca da força do *Um em Muitos* e da validade da solução Quineana para o problema dos universais.

No Capítulo 3 de nossa dissertação serão apresentadas a atualização da discussão entre os partidários e adversários do Nominalismo de Avestruz e as reformulações do problema dos universais (*Muitos em Um e o Similares mas Diferentes*). Além disso, procuraremos

demonstrar que estes problemas, apesar de terem sido colocados como grandes impasses para o Nominalismo de inspiração quineana, podem ser superados pelo Nominalismo em questão. Esta será a hipótese que procuraremos defender. Também será nosso propósito apresentar as ferramentas utilizadas nas diversas abordagens do problema e as respectivas críticas que elas recebem. Tais ferramentas são: (1) *Análise conceitual*, (2) *Compromisso ontológico*, (3) *Fazedores de verdade* [*truth-makers*], (4) *Princípio da simplicidade*, (5) *Teoria da Fundamentação* [*Grounding*], (6) *Critério de compromisso ontológico fundamentado* [*grounded ontological commitment*]. Buscaremos também apresentar as aplicações destas ferramentas na resolução das questões *Um em Muitos*, *Muitos em Um* e o *Similares mas Diferentes*.

# CAPÍTULO 1: TEORIAS QUE CONSIDERAM A RELEVÂNCIA DO *UM EM MUITOS*

## 1.1 O PROBLEMA DO *UM EM MUITOS*

Na introdução desta dissertação apresentamos brevemente o percurso da discussão contemporânea acerca do problema do *Um em Muitos*. Nosso propósito agora é mostrar, de modo mais detalhado, a abordagem do filósofo australiano David Armstrong a esse problema nos seus dois volumes de 1978, uma vez que ele é responsável por reintroduzir o problema na discussão contemporânea. Também procuraremos mostrar as versões do Realismo e Nominalismo que, segundo o filósofo em questão, consideram o problema genuíno. Em outros termos, essas abordagens consideram o *Um em Muitos* um problema que deve ser resolvido. Apesar de tratarem com seriedade o problema do *Um sobre Muitos*, essas abordagens oferecem soluções que são consideradas pelo autor como insatisfatórias. Antes de elencarmos as soluções e suas respectivas refutações, é preciso mostrar de modo detido como Armstrong coloca o problema.

O problema do *Um em Muitos* tem, tal como apresentamos na introdução desta dissertação, duas interpretações possíveis: 1) a interpretação semântica; e 2) a interpretação metafísica. Armstrong rejeita a interpretação semântica do problema e afirma a interpretação metafísica deste (ARMSTRONG, 1978a, p.XIII-XIV). Segundo o filósofo em questão, a interpretação semântica possui dois problemas:

1) É obscuro o fato que faz com que dois objetos particulares tenham a mesma propriedade. Se a explicação pretendida, como é o caso de Armstrong, for a do Realismo *a posteriori*, então esta explicação semântica não é uma boa opção, pois ela parece ser melhor aplicável ao Realismo em sua versão apriorista. O Realismo *a posteriori* de Armstrong tem por característica se comprometer apenas com entidades que tenham poder causal. Ele, como um filósofo naturalista, afirma que se compromete apenas com propriedades instanciadas no espaço-tempo. Estas, diferentemente dos termos linguísticos, têm poder causal.

2) A interpretação semântica nos conduz a uma confusão entre universais e o significado de termos gerais, e não é esta abordagem que o autor pretende. Ele irá sempre afirmar que o argumento do *Um em Muitos* é um problema de ordem metafísica e não semântica. Para ele, o problema dos universais não pode ser reduzido a um mero problema de linguagem.

Tendo considerado os problemas da interpretação semântica, David Armstrong procurou abordar o problema do *Um em Muitos* como um problema genuinamente metafísico. Ele procurou tratar o problema do seguinte modo: toda e qualquer teoria que busque resolver o problema dos universais terá que explicar de forma redutiva em virtude de que dois *particulares* [tokens] são do mesmo *tipo* [type]. No vocabulário de Armstrong:

O problema dos universais é o problema de sabermos o que faz com que dois objetos espaçotemporalmente diferentes sejam idênticos em natureza, de mesmo “tipo”<sup>13</sup>?

Aparentemente, pode haver algo de idêntico em coisas que não são idênticas. As coisas podem ser *um*, ao mesmo tempo que elas são *muitas*. Como isso é possível<sup>14</sup>?

Um exemplo que envolve *particulares* sensíveis<sup>15</sup> de mesmo *tipo* seria o fato de uma maçã vermelha estar ao lado de outra maçã, também vermelha. Qualquer teoria que busque explicar tal fato terá que, de acordo com o filósofo australiano, explicar por que *a* (maçã 1) é *F* (vermelha) e por que *a* (maçã 1) e *b* (maçã 2) são *F* (vermelhas). Para ele, ocorrências deste tipo, envolvendo objetos semelhantes e relações, são fatos básicos, *fatos brutos* [gross facts], ou ainda *fatos mooreanos*<sup>16</sup>. Segundo Armstrong, não há dúvidas quanto a fatos deste tipo existirem, pois não é posta em dúvida a existência dos fatos primários; as dúvidas aparecem quando buscamos explicá-los.

De acordo com David Armstrong, este tipo de fato envolvendo semelhança entre certos objetos não é posto em questão nem mesmo por filósofos. Eles não entrarão em disputa quanto à facticidade deste tipo de evento. Nominalistas e realistas concordarão, do ponto de vista de um *fato bruto*, que há, por exemplo, uma maçã (*a*) em uma fruteira e que ela é vermelha *F*<sup>17</sup>. Também não existirá disputa quanto ao fato de haver (comprovadamente) uma

---

<sup>13</sup> No original: “The problem of universals is the problem of how numerically different particulars can nevertheless be identical in nature, all be of the same “type” (ARMSTRONG, 1978a, p.41, itálico nosso).

<sup>14</sup>No original: “Apparently, there can be something identical in things which are not identical. Things are one at the same time as they are many. How this is possible?” (ARMSTRONG, 1978a, p.11, itálico nosso).

<sup>15</sup>Também é tema de grande controvérsia na Ontologia a discussão sobre a existência de Deus, entidades abstratas (números e classes) e sua natureza, assim como a dos entes ficcionais como Pégaso, Ulisses, Saci Pererê. Nossa discussão se limitará ao tema da ontologia das propriedades.

<sup>16</sup> Estes *fatos brutos* [gross facts] (ARMSTRONG, 1978a, p.11) também nomeados por Armstrong (1980) como ‘fatos mooreanos’ são fatos primários que não devem ser postos em questão. O que será objeto de disputa são as explicações acerca destes fatos. Armstrong se refere aqui à polêmica defesa feita por G.E Moore em *Proof of an External World* em favor do realismo ingênuo em que este afirma que a existência de suas mãos é um fato primário e que não deve ser posto em questão. Armstrong, por sua vez, pretende que a existência de *tipos*(types) seja um fato deste tipo, um *fato mooreano*. Sobre este tema dos fatos brutos conferir o texto de Moore *Proof of an External World* (1939).

<sup>17</sup> Armstrong, bem como seus adversários, levantam na discussão dos universais um tema que é anterior ao das questões epistemológicas ou semânticas; a preocupação é com tema de filosofia primeira [*first philosophy*] (ARMSTRONG, 1978b, p.12).

segunda maçã *b* (também vermelha) ao lado da primeira. Tanto um nominalista quanto um realista aceitarão (do ponto de vista do senso comum) que há uma maçã que se relaciona com a outra – *uma está ao lado da outra* – e que ambas sejam vermelhas (*a é F e b é F*).

A disputa terá início quando nominalistas e realistas procurarem explicar as relações e a possível *identidade de propriedade*<sup>18</sup> (*identidade de natureza, identidade de gênero*) entre objetos *numericamente*<sup>19</sup> diferentes, mas que recebem o mesmo predicado<sup>20</sup>. A pergunta aqui é: em virtude de que estes objetos são semelhantes? Em virtude de que as maçãs são vermelhas?

Para Armstrong, as perguntas anteriores devem receber uma explicação redutiva: toda teoria que aborde o problema dos universais deve explicar em virtude de que há *Um em Muitos*. Este é um problema explícito e que merece solução. No entanto, devemos explicar que, quando perguntamos ‘em virtude de que *a é F?*’, não estamos procurando a causa de tal fato; nós estamos questionando quais são as entidades fundamentais utilizadas para explicar a relação entre o particular *a* e sua propriedade *F*. Conseguimos explicar tal fato recorrendo apenas a particulares ou precisaremos postular, além de particulares, os universais (ALENCAR, 2018, p.437)?

O problema do *Um em Muitos* tem início, então, quando desviamos nosso foco dos particulares e passamos a tratar da possível existência dos chamados ‘universais’. Pode haver a experiência de particulares: uma maçã vermelha, uma bola de bilhar vermelha, uma flor vermelha, o vermelho do pôr-do-sol num dia e num local específico e até mesmo certa casa de cor vermelha. Não haveria grandes objeções quanto à existência destes objetos espaçotemporalmente distintos, mas semelhantes quanto à cor. O problema tem início quando perguntamos: o vermelho que está nestes diferentes objetos é o mesmo? É em virtude disso que o chamado ‘problema dos universais’ tem como um de seus problemas o chamado ‘*Um em Muitos*’.

Tal dificuldade pode ser resumida do seguinte modo:

---

<sup>18</sup> A *identidade de propriedade* ou *identidade de natureza* (ARMSTRONG, 1978a, p.12) é aquela que o realista pretende afirmar. Uma mesma propriedade pode estar instanciada em dois lugares ao mesmo tempo. Por exemplo: a humanidade que está em João é idêntica àquela que está em Maria.

<sup>19</sup> A identidade numérica é aquela que afirma que um objeto é idêntico a si mesmo. Em termos lógicos:  $\forall x(x=x)$  [para todo *x*, *x* é idêntico a si mesmo].

<sup>20</sup> O termo ‘propriedade’ terá neste trabalho a função de vocábulo neutro entre realistas, nominalistas e tropistas. O realista dirá que certas propriedades (como ‘carga elétrica negativa’, ‘vermelho’) introduzem um universal. O nominalista dirá que, qualquer que seja a propriedade de um objeto, esta não introduz um universal, apenas objetos. E o tropista dirá que certas propriedades não introduzem objetos, mas introduzem propriedades particularizadas; o tropo *vermelhidão* de um objeto particular *a* é semelhante, mas não idêntico, a *vermelhidão* que ocorre em *b*.

(1) É possível que uma mesma coisa, um universal, esteja instanciada em objetos numericamente (espaçotemporalmente) diferentes?

(2) Caso a resposta seja afirmativa, ou seja, caso exista uma mesma propriedade que é instanciada em locais diferentes, poderíamos perguntar: o que é essa propriedade (qual a sua natureza)? (FARIA, 2013, p.206).

### 1.1.1 A RESPOSTA DO NOMINALISMO

O Nominalismo, de modo geral, por seguir o princípio da simplicidade, parcimônia, economia ou *navalha de Ockham*<sup>21</sup>, busca sempre uma ontologia<sup>22</sup> mais econômica, afirmando o ser apenas do que é particular<sup>23</sup>. O seu partidário afirma que há apenas a maçã vermelha particular, a bola de bilhar vermelha particular, a flor vermelha particular, a casa particular e o pôr-do-sol particular, e rejeita afirmar o ser das propriedades, como é o caso da *vermelhidão*. Segundo essa teoria, de modo geral, a existência da *vermelhidão* é um problema que aparece por causa da linguagem natural e sua aparente referência às propriedades. “A tese fundamental do Nominalismo é que todas as coisas que existem são apenas os particulares”<sup>24</sup> e que toda possível existência de *propriedade (Um em Muitos)*, e mesmo a *identidade de propriedade*, podem ser explicadas de forma redutiva sem recorrer a universais (ARMSTRONG, 1978, p.19; MUMFORD, 2007, p.21). A única identidade que ele pode aceitar é a numérica. A questão sobre a natureza das propriedades parece não recair sobre o nominalista, mas a explicação redutiva, em virtude de que *a é F*, deve ser dada.

Assim, a abordagem nominalista do problema do *Um sobre Muitos* pode ser posta, de forma esquemática, da seguinte maneira:

(I) Existem apenas objetos particulares (desse modo, apenas a identidade numérica pode ser asseverada);

(II) Os universais não existem (como consequência, a identidade de natureza está excluída);

---

<sup>21</sup> Falaremos sobre este princípio de modo detido na Seção 3.2.

<sup>22</sup> Em nossa dissertação iremos diferenciar a Ontologia de uma ontologia. Consideramos que a Ontologia é um ramo da Metafísica que considera questões sobre existência (THOMASSON, 2015, p.1) e estabelece uma teoria das categorias fundamentais da realidade (MURCHO, 2012, p.46). Uma ontologia, por sua vez, é um discurso acerca do que existe (THOMASSON, 2015, p.1).

<sup>23</sup> O próprio Armstrong (ARMSTRONG, 1978a, p.14) diz que o Nominalismo seria melhor descrito se usássemos o vocabulário ‘Particularismo’, mas que, devido ao uso consolidado de ‘Nominalismo’, ele permanecerá usando este último. Utilizaremos nesta dissertação os termos ‘Particularismo’ e ‘Nominalismo’ como tendo o mesmo significado.

<sup>24</sup> No original: “The fundamental contention of Nominalism is that *all things that exist are only particulars* (ARMSTRONG, 1978a, p.12, *itálico do autor*).

- (III) Qualquer menção aos universais é aparente;
- (IV) A menção aos universais descumpra o princípio da simplicidade<sup>25</sup>;
- (V) Qualquer menção a propriedades pode ser explicada de forma redutiva sem recorrer a universais.

Falamos que o Nominalismo busca uma explicação redutiva do *Um em Muitos* e se compromete apenas com entidades particulares. Mas há subdivisões relativas a esta explicação, pois cada versão do Nominalismo irá responder a seu modo o problema. Sendo assim, devemos considerar que há Nominalismos e não o Nominalismo apenas. Armstrong oferece uma lista de seis tipos de Nominalismos (ARMSTRONG, 1978a, p.12-16), sendo que apenas um, o Nominalismo de Avestruz, rejeita responder o fato de que dois ou mais *tokens* são de mesmo *type* (ARMSTRONG, 1978a, p.16).

### Diferentes vertentes do Nominalismo

Para os nominalistas, a possível existência de propriedades que aparece no argumento do *Um em Muitos* pode ser reduzida a predicados (Nominalismo de Predicados), a conceitos (Nominalismo de Conceitos), a classes (Nominalismo de Classes), a agregados (Nominalismo Mereológico) ou ainda a relações de semelhança (Nominalismo de Semelhança). Esta lista não esgota todos os casos, mas elenca os principais tipos.

O Nominalismo de Predicado busca responder o problema do *Um em Muitos* da seguinte forma: o particular *a* é *F* se e somente se<sup>26</sup> *a* cai sob o predicado '*F*'<sup>27,28</sup>. Segundo o nominalista de predicados, os predicados têm a capacidade de explicar de forma redutiva as propriedades. Ele afirma que universais não existem e que o discurso equivocado que supõe sua existência pode ser explicado de forma redutiva recorrendo a entidades linguísticas (predicados).

O Nominalismo de Predicado é, segundo Armstrong, aquele que mais se aproxima do termo 'Nominalismo' (ARMSTRONG, 1978a, p.14; ARMSTRONG, 1989, p.10), uma vez que o predicado (enquanto uma entidade linguística) está mais alinhado com a ideia de que os universais são apenas nomes, palavras ou *sopros de voz* [*flatus vocis*]. O filósofo entende que tal versão, assim como o Nominalismo de Conceito, apesar de ser uma versão bastante

<sup>25</sup> Apresentaremos de modo detido este princípio na no item 3.2.

<sup>26</sup> A partir daqui utilizaremos '*sse*' como tendo o mesmo sentido que 'se e somente se'.

<sup>27</sup> Armstrong (1978, p.13) diz que 'cair sob' é a conversão de 'aplica-se a'. Desse modo, podemos afirmar que a proposição '*a* possui a propriedade *F sse a* cai sob o predicado '*F*' possui o mesmo sentido que '*a* possui a propriedade *F sse* o predicado '*F*' aplica-se a *a*'.

<sup>28</sup> A propriedade será grafada com *F* sem aspas e o predicado com aspas simples '*F*'.

tradicional, é pouco apurada se comparada com o Nominalismo de Classes e de Semelhança. Isto se dá, sobretudo, pela desvantagem dos dois primeiros casos em relação aos demais. A desvantagem reside no fato dos dois primeiros casos serem versões subjetivistas, enquanto que os dois últimos são versões objetivistas, pois entidades como classes independem da classificação humana (a classe dos elétrons sempre existiu) ao passo que predicados (entidades linguísticas) e conceitos (entidades mentais) são dependentes da classificação humana (ARMSTRONG, 1978a, p.28; ARMSTRONG, 1989, p.11).

O Nominalismo de Conceito defende que  $a$  é  $F$  *sse*  $a$  cai sob o conceito  $F$ <sup>29</sup>. Em outros termos, esse tipo de Nominalismo defende que os universais não existem de fato e que o discurso realista, que supõe a existência de tais entidades, reduz-se a conceitos.

Há uma discussão acalorada acerca da natureza dos conceitos, uma vez que esta parece misteriosa. Os Behavioristas radicais afirmam que os conceitos não existem. Já os mais moderados consideram que os conceitos se identificam com a capacidade e ou disposição mental de lidar com predicados. Há, ainda, outros filósofos que afirmam que conceitos são imagens mentais. Essa dificuldade em estabelecer a natureza dos conceitos se mostra como um embaraço para o Nominalismo de Conceito. Armstrong, seguindo a última perspectiva, considerará que os conceitos são entidades mentais. Essa versão do Nominalismo, por reduzir propriedades às entidades mentais (conceitos), assemelha-se ao Nominalismo de Predicado (que reduz propriedades a entes linguísticos). Armstrong considera que o Nominalismo de Conceitos é, tal como o Nominalismo de Predicados, uma solução subjetivista.

O Nominalismo de Classes afirma que  $a$  é  $F$  *sse*  $a$  pertence à classe dos  $F$ s. Propriedades são tratadas por tal vertente do Nominalismo do seguinte modo: as propriedades não existem e podem ser explicadas de forma redutiva por meio das classes. Como exemplo deste tratamento, podemos dizer que a propriedade *ser humano* é explicada de forma redutiva pelo fato de todos os humanos pertencerem à mesma classe (classe dos humanos). Quanto às relações, elas serão explicadas por meio de pares ordenados. Um exemplo de explicação de uma relação seria o seguinte: os casais monogâmicos do mundo formam pares ordenados e esses pares formam uma classe de pares; esta classe explicaria por que se diz que tais casais são casais monogâmicos (ARMSTRONG, 1978a, p.29).

O Nominalismo de Classes possui três formulações: 1) Nominalismo de Classes Ingênuo; 2) Nominalismo de Classes Moderado; 3) Nominalismo de Classes de David

---

<sup>29</sup> Armstrong considera que aquilo que ele chama de Nominalismo de Conceito está correlacionado com o Conceitualismo dos Empiristas britânicos modernos: Locke, Berkeley e Hume (cf. ARMSTRONG, 1978a, p.26).

Lewis<sup>30</sup>. O primeiro reduz propriedades às classes, mas sofre com o problema de que classes podem se formar arbitrariamente, ou seja, podemos ter classes formadas por entidades aleatórias cuja única relação é pertencer à mesma classe. A segunda versão é aquela proposta por Quinton, nela as classes arbitrárias estão excluídas e propriedades estão reduzidas a classes naturais (classes cujos membros possuem uma propriedade natural em comum; pertencer a certa classe não é uma propriedade natural). A terceira versão faz uso do Realismo Modal, que afirma a atualidade de mundos possíveis, para resolver certas objeções impostas ao Nominalismo de Classes, como a dificuldade em diferenciar classes coextensivas, tais como a classe dos animais que têm coração e a classe dos animais que têm rins.

O Nominalismo de Classes está, no entender de Armstrong, mais bem desenvolvido que a teoria das propriedades enquanto universais. A condição de identidade das classes parece ser mais clara que a das propriedades, pois a identidade das classes se dá por meio de suas extensões, ou seja, se elas possuem os mesmos membros. Desse modo, à primeira vista, parece ser mais produtivo pensarmos a questão das propriedades em termos de pertencimento a classes (ARMSTRONG, 1978a, p. 29).

Apesar dessa aparente vantagem, o Nominalismo de Classe possui problemas. Predicados e conceitos enquanto entidades mentais existem, e são entidades *particulares*. Mesmo havendo a falha da redução das propriedades a tal tipo de entidades, não é seriamente posto em dúvida a sua existência. As classes, por sua vez, existem? A questão é, qual a natureza das classes? As classes, como dissemos, não são entidades de natureza mental, tal como são os conceitos, nem entidades linguísticas, tal como os predicados. Tampouco classes podem ser confundidas com agregados<sup>31,32</sup>. Podemos falar que agregados possuem massa, localização espacotemporal e que suas partes físicas podem ser decompostas, ao passo que as classes, por serem de natureza abstrata, não possuem tais características. Agregados têm, diferentemente das classes, poder causal.

O seguinte caso é um exemplo do problema gerado pela confusão entre agregado e classe. Suponhamos que cada coisa do grupo [*sort*] dos *Fs* seja composta de *Gs*, que qualquer que seja *G* não poderá ser encontrado sem que seja parte de um *F*, mas que nenhum dos *Fs* é *G*. Um exemplo do caso acima seria o seguinte. Os exércitos são formados em sua totalidade por soldados, os soldados só podem ser encontrados como constituintes (partes) de exércitos, mas exércitos não são soldados. Suponhamos que *a* seja um exército que pertence ao conjunto

---

<sup>30</sup> A distinção entre Nominalismo de Classes Ingênuo, Moderado e o de Lewis é feita por Alencar (2016).

<sup>31</sup> Utilizamos aqui a compreensão de agregados de Frege no *Fundamentos da Aritmética* (cf. FREGE 1983, §§ 23, 25 e 28).

<sup>32</sup> A redução de propriedades a agregados é feita pelo Nominalismo Mereológico.

dos exércitos. E que  $b$  é um soldado pertencente ao conjunto dos soldados ( $c$ ). Se o conjunto é igual ao agregado, então, por substituição, podemos dizer que  $a$  (um exército) é membro da classe dos soldados e, portanto, é um soldado. E poderíamos afirmar que  $b$  (um soldado) é um exército. Dessa maneira, diante deste absurdo é melhor que o partidário do Nominalismo de Classe faça distinção de três coisas: 1) a classe dos exércitos; 2) a classe dos soldados e 3) o agregado dos exércitos (ARMSTRONG, 1978a, p.29-30).

Com base nessa distinção, pode-se dizer que há também o Nominalismo Mereológico, o qual afirma que a aparente existência de propriedades pode ser explicada de forma reduitiva por meio de agregados. A abordagem do nominalista mereológico diz que  $a$  é  $F$  *sse*  $a$  é parte do agregado dos  $F$ s. Esta abordagem tem por característica, tal como o Nominalismo de Classes, ser uma versão objetivista de Particularismo. No entanto, o Nominalismo Mereológico tem certa vantagem em relação ao Nominalismo de Classes, pois, em vez de apelar ao uso de classes (entidades abstratas), apela ao uso de agregados. Enquanto classes não têm poder causal, inclusive aquelas que envolvem particulares sensíveis (classes impuras), os agregados possuem. Podemos afirmar que o Nominalismo Mereológico é uma melhoria em relação ao Nominalismo de Classes.

Outra abordagem é a do Nominalismo de Semelhança. Armstrong considera que ela é a versão mais acurada do Nominalismo. Este Nominalismo possui duas versões: A Igualitária e a Aristocrática (ALENCAR, 2017, p.326; ALENCAR, 2018, p.436). A versão Igualitária foi defendida por Rodriguez-Pereyra. A Aristocrática foi defendida por Price (1998). A primeira afirma que  $a$  é  $F$  *sse*  $a$  se assemelha a outros particulares  $F$ . A segunda afirma que  $a$  é  $F$  *sse*  $a$  assemelha-se a um ou mais casos paradigmáticos de  $F$ . Segundo tal perspectiva, uma vez que certos objetos se assemelham, então há uma relação de semelhança entre eles. Esta relação de semelhança explica de forma reduitiva por que vários *tokens* são do mesmo *type*. A semelhança, segundo o nominalista de semelhanças, deve ser tratada como primitiva (*fato mooreano*); e ela se aplica mesmo que não seja percebida ou expressa, por isso é um princípio objetivo (ARMSTRONG, 1978a, p.44).

Podemos lançar mão de exemplos com a finalidade de ilustrar a abordagem feita pelo nominalista de semelhanças. Pensemos o caso de haver diferentes objetos esféricos, como uma bola de bilhar vermelha, uma bola de boliche preta, o planeta Vênus e uma maçã vermelha. Uma classe (natural) de semelhantes  $F$  poderia ser formada com estes objetos. O realista explicaria tal caso dizendo que estes objetos compartilham da propriedade da esfericidade. O nominalista dirá que tem em mãos uma abordagem mais econômica que a do realista. Segundo ele, a esfericidade se reduz à relação de semelhança entre os objetos de  $F$ .

Mas o apelo à noção de semelhança parece trazer problemas para o Nominalismo em questão, pois há objetos que se assemelham mais que outros em certos aspectos. Poderíamos formar classes distintas de semelhantes das quais o mesmo objeto seria membro. A bola de bilhar vermelha é membro de múltiplas classes de semelhantes. Ela é tanto esférica quanto vermelha.

Segundo o Nominalismo de Semelhança, a bola de bilhar é vermelha por se assemelhar a objetos vermelhos e é esférica por se assemelhar a outros objetos esféricos. Desse modo, a classe da relação de semelhança dos objetos esféricos *F*: {bola de bilhar vermelha, bola de boliche preta, planeta Terra, planeta Vênus, maçã vermelha} compartilharia elementos com a classe de semelhantes vermelhos *R*: {bola de bilhar vermelha, poltrona vermelha, maçã vermelha, sangue, planeta Vênus}. Podemos pensar que os objetos esféricos são semelhantes em virtude da sua esfericidade, mas se observarmos outras características, estes serão mais semelhantes com outros objetos não esféricos. A bola de bilhar vermelha, do ponto de vista da cor, tem maior similaridade com a poltrona vermelha e com o sangue (objetos não esféricos) do que com o planeta Terra ou bola de bilhar preta.

O realista dirá que esta solução seria melhor resolvida caso seu adversário aceitasse a existência de universais. A abordagem realista (tanto imanente como transcendente) aceita que diferentes propriedades estariam instanciadas no mesmo particular e que particulares distintos instanciam a mesma propriedade. Ou seja, a bola de bilhar seria instância tanto da *esfericidade* quanto da *vermelhidão*. O sangue seria também portador da *vermelhidão*, mas não instanciaría a *esfericidade*.

Também há o fato de que o realismo *in re* de Aristóteles, bem como o realismo Transcendente de Platão, conseguem explicar por que diferentes objetos se assemelham em graus diferentes (ALENCAR, 2017, p.333). Platão afirma que objetos particulares se aproximam em certo grau da sua Forma, diferentes objetos instanciam a Forma em graus diferentes<sup>33</sup>. Uma bola de bilhar parece instanciar a Forma da *esfericidade* num grau maior (se aproxima mais da Forma) do que a maçã. O realismo de Aristóteles resolverá o problema de graus distintos de semelhança postulando a distinção entre universais determináveis e universais determinantes. Um exemplo seria que a propriedade ser vertebrado é determinante e a propriedade ser mamífero é determinada (ALENCAR, 2017, p.332).

O nominalista de semelhança, como é o caso de Price, visando resolver os impasses apresentados acima, lança mão de duas noções (PRICE, 1998) : **(a)** graus de semelhança

---

<sup>33</sup> Price (1998, p.38) afirma que Platão é o primeiro a afirmar que há graus de instanciação entre diferentes particulares.

(ARMSTRONG, 1978a, p.45-46) e **(b)** particular paradigmático (ARMSTRONG, 1978a, p.45-46).

**(a)** *Graus de semelhança*. Os graus de semelhança podem ser aplicados aos particulares. Essa saída permite que o defensor do nominalismo afirme que o objeto *a* se assemelha no mesmo grau com *b* e num grau menor com *c*. Podemos dizer que, se considerarmos a relação de *esfericidade*, a bola de bilhar se assemelha no mesmo grau com a bola de boliche e num menor grau com o planeta Terra (devido ao fato desta ser mais achatada nos pólos e não ser tão esférico quanto os casos anteriores).

**(b)** *Particular paradigmático*. Esta noção foi introduzida por Price com o objetivo de explicar casos como o da distinção entre os objetos esféricos e vermelhos. O nominalista não pode afirmar a distinção apelando para a *vermelhidão* ou *esfericidade*. Pois esta saída seria flertar com o Realismo de propriedades. A solução de Price afirma que há um objeto paradigmático ou objetos paradigmáticos que explicam o fato de que vários particulares se assemelham. Para explicar a relação de semelhança dos particulares esféricos será dito que estes se assemelham ao formato de determinada bola de boliche, de certa bola de bilhar, ou de uma determinada bola de futebol. Estes serão os objetos particulares paradigmáticos de vários objetos que são esféricos. No caso do vermelho poderemos afirmar que os membros da classe dos objetos vermelhos são assim por se assemelharem em sua cor com o sangue, o planeta Marte e o pôr do sol.

No entanto, a escolha de um objeto particular paradigmático se mostra mais subjetiva que objetiva (ARMSTRONG, 1978a, p.46). Para um indivíduo, os objetos paradigmáticos de vermelho podem ser o sangue, o planeta Marte e o pôr do sol. Mas, para outra pessoa, os objetos paradigmáticos de vermelho podem ser um tomate maduro, um morango maduro e uma cereja.

Até aqui, tendo dito que o Nominalismo é a doutrina que aceita apenas particulares, tratamos de versões dessa doutrina que explicam de forma redutiva as propriedades. Porém, além das cinco formas de Nominalismo listadas por Armstrong (1978a)<sup>34</sup>, há uma sexta vertente: o Nominalismo de Avestruz ou o Nominalismo de Quine. Essa vertente é a única que rejeita explicar de modo redutivo o clássico problema do *Um Sobre Muitos* (vários *tokens* são do mesmo *type*).

---

<sup>34</sup> Armstrong oferece uma lista menos extensa, contendo quatro formas de Nominalismo (Nominalismo de Predicado, Nominalismo de Conceito, Nominalismo de Classe e Nominalismo de Semelhança), no artigo *Infinite Regress* (1974). A lista mais extensa é feita no segundo capítulo do livro *Nominalism and Realism* (1978a, p.13-16).

O Nominalismo de Avestruz, no entender de Armstrong, afirma que  $a$  é  $F$  porque  $a$  é  $F$  (ARMSTRONG, 1978, p.16-17; ALENCAR, 2015, p.94; ALENCAR, 2018, p.438). Esta resposta não é considerada satisfatória por ser circular. Armstrong (1978a) entende que todas as teorias (sejam nominalistas ou realistas) terão que explicar de forma redutiva, ou seja, a quais entidades se reduzem fatos do tipo  $a$  é  $F$ ,  $a$  e  $b$  são  $F$ . Segundo Armstrong, todas as teorias, exceto o Nominalismo de Quine, buscam explicar quais entidades se reduzem a relação entre o particular  $a$  e a propriedade  $F$ . Todos estes casos, exceto o Nominalismo de Avestruz, são explicações relacionais<sup>35</sup>.

A tabela a seguir busca resumir a lista feita por Armstrong (cf. ARMSTRONG, 1978a, p.12-16) acerca dos diferentes tipos de Nominalismo:

**Quadro 1:** Esquemas dos diferentes tipos de Nominalismo

Nominalismo de Predicado	Nominalismo de Conceito	Nominalismo de Classe	Nominalismo Mereológico	Nominalismo de Semelhança	Nominalismo de Avestruz
$a$ possui a propriedade $F$ sse $a$ cai sob o predicado ' $F$ '	$a$ tem a propriedade $F$ sse $a$ cai sob o conceito $F$	$a$ tem a propriedade $F$ sse $a$ é membro da classe(conjunto) $F$	$a$ possui a propriedade $F$ sse $a$ é parte do agregado (amontoado) de $F$	$a$ tem a propriedade $F$ sse $a$ assemelha-se de maneira adequada a um ou mais casos paradigmáticos de $F$	$a$ é $F$

Fonte: Arquivo pessoal

### 1.1.2. A RESPOSTA DO REALISMO

Ao contrário dos nominalistas, os realistas, de modo geral, afirmam, segundo Armstrong (ARMSTRONG, 1997, p.16), que em certos casos envolvendo *Um em Muitos*, mas não em todos, há de fato identidade de propriedades e relações. Um exemplo de caso que não incorre em fatídica identidade de propriedade é o de predicções negativas. Um realista Imanentista como Armstrong dirá que a bola e o planeta Terra têm a propriedade esfericidade, mas que nenhum deles possui a propriedade da *não-quadratura*. A esfericidade tem poder

<sup>35</sup> Os nominalistas irão recorrer apenas a particulares para explicar tal relação. O Nominalismo de Predicados, ao tentar explicar a relação entre a propriedade e o particular, irá se comprometer com particulares sensíveis e predicados; o Nominalismo de Conceitos irá afirmar que tal relação envolve particulares sensíveis e conceitos; o Nominalismo Mereológico irá explicar que tal relação se dá entre particulares sensíveis e seu respectivo agregado; o Nominalismo de Classes afirmará que há uma relação entre os particulares sensíveis e sua respectiva classe; o Nominalismo de Semelhança irá afirmar particulares e sua relação de semelhança. Os realistas, por sua vez, irão explicar  $a$  é  $F$  afirmando que há uma relação entre particulares e universais. Todas estas abordagens têm em comum o fato de serem explicações relacionais. O mesmo não pode ser afirmado do Nominalismo de Avestruz. Esta versão do Nominalismo, uma vez que rejeita a relação entre o particular e a propriedade, não cai em regressos ao infinito. O Realismo de Armstrong tem uma particularidade que o difere das outras versões de Realismo. Ele afirma que esta relação entre particular e universal pode ser feita de modo abstrato, mas que o particular e o universal estão conectados de tal modo que é impossível separar o indivíduo de suas propriedades (ARMSTRONG, 1980, p.447-448).

causal, mas a *não-quadratura* não é dotada de poder causal. Armstrong, pelo mesmo motivo que no caso dos universais negativos, também rejeita universais disjuntivos como *ser quadrado ou ser esférico* (ARMSTRONG, 1978b, Cap. 14). Esta perspectiva de Armstrong é similar àquela de Raphael, que diz que os “filósofos realistas tratam termos gerais, não em todos os aspectos, mas em alguns, como nomes [próprios]”<sup>36</sup>.

Realistas, ao contrário dos partidários do Nominalismo, afirmam que uma mesma propriedade está instanciada em diferentes particulares. E, dirão que o ônus da prova recai sobre seus adversários. Os nominalistas precisariam explicar de forma reduitiva o problema do *Um sobre Muitos*, pois tanto na linguagem comum como nas ciências se costuma atribuir a mesma propriedade a vários particulares. Este é um ponto importante na discussão, uma vez que não é só na linguagem natural que costumamos afirmar que um indivíduo particular é de certa espécie ou gênero. Para o realista, o nominalista terá que explicar, de forma reduitiva, em virtude de que os objetos particulares *a* e *b* são *F*.

Realistas afirmam que a menção a universais não é uma atribuição equivocada, um uso incorreto da linguagem. Estes dizem que, apesar de promoverem um acréscimo na ontologia, possuem uma melhor explicação para o problema que seus adversários, e isto não seria um descumprimento da *navalha de Ockham*.

Podemos expor de modo esquemático as respostas dos realistas ao problema dos universais:

(I’) Os universais existem;

(II’) O mesmo universal pode estar instanciado em diferentes particulares;

(III’) As propriedades não podem ser explicadas apenas em termos de particulares.

Há, além dos particulares, universais;

(IV’) A menção a universais, apesar de se mostrar menos econômica, não descumpra o princípio da simplicidade, pois é um ganho explicativo em relação a aquele feito pelo Nominalismo;

(V’) Diferentes universais podem estar alocados num mesmo particular.

Da mesma maneira que há diferentes Nominalismos, há diferentes versões de Realismo. Todas elas têm em comum o fato de afirmarem que universais independem da classificação humana, elas são objetivistas. Elas divergem quanto à natureza das Propriedades. Na listagem feita por Armstrong, há quatro tipos de Realismo: Realismo

---

<sup>36</sup> No original: “Realist philosophers have treated general words like names, not in all respects, but in some” (RAPHAEL, 1955, p.109).

Platônico, Realismo Imanentista Substancialista de Aristóteles, Realismo de Russell e Realismo Imanentista não Substancialista de Armstrong.

### **Diferentes vertentes de Realismo segundo David Armstrong**

Tratemos, então, dos diferentes tipos de Realismo. Falaremos primeiramente do Realismo de Platão, uma vez que essa é a versão mais antiga e conhecida de Realismo. Platão seria um dos partidários do Realismo Extremado.

Enquanto um defensor do Realismo, Platão considerou que há, além dos particulares sensíveis, os universais. Na filosofia platônica os universais são entidades que habitam o mundo das Formas, enquanto que os particulares são entidades sensíveis imperfeitas. Desse modo, podemos dizer que o filósofo, por afirmar o ser dos universais, filia-se ao Realismo de universais. E, para sermos mais precisos, diremos que Platão (por afirmar que os universais habitam o mundo das Formas) é partidário do Realismo Transcendente, *ante rem* [antes das coisas] (BIGELOW, 2006). As entidades transcendentais, as Formas, servem para explicar o *Um em Muitos*, afinal entidades diferentes instanciam a sua respectiva Forma.

É sabido que o Realismo Platônico considera que as propriedades de objetos particulares são explicadas pela relação adequada que este particular tem com a Forma. Podemos dizer de modo mais preciso que *a é F* se *a* possui uma relação adequada com a Forma ou universal *F* (*F-idade*). O seguidor da Teoria Platônica irá afirmar que um homem particular é humano em virtude da Forma de Humanidade, com a qual se relaciona de maneira adequada. Nesta perspectiva a propriedade dos particulares depende da Forma, porém, diferentemente dos nominalistas, será asseverada a realidade tanto das Formas quanto dos universais instanciados que os particulares sensíveis possuem.

No entanto, a teoria das Formas não resolve apenas o problema do *Um sobre Muitos*. As Formas são postuladas para resolver outros problemas epistêmicos, morais, bem como da referência de entidades matemáticas. As Formas podem ser postuladas para explicar a referência a entidades não instanciadas no mundo sensível. Há no mundo platônico, no chamado ‘mundo das Formas’, certa entidade que viaja mais rápido que a velocidade da luz. Se não há tal entidade em nosso mundo sensível atual, qual o motivo de aceitarmos a existência de tal entidade?

O seguidor desta tese irá dizer que o predicado ‘viaja mais rápido que a velocidade da luz’ é significativo. Desse modo, será dito pelo apologista das Formas que há uma relação diádica entre o predicado da declaração e a entidade no mundo das Formas que garante que

ela tenha sentido. A teoria de Platão garante que haja nas declarações predicativas referência tanto para os sujeitos quanto para os predicados.

Outro problema solucionado pelas Formas é o do limite ideal. Platão e seus seguidores podem afirmar que nenhum círculo no mundo sensível será perfeitamente circular e nenhum ato humano será perfeitamente bom. A Forma serve, desse modo, de modelo para atos morais e objetos físicos (ARMSTRONG, 1978a, p.65-66).

Uma terceira solução que a Teoria Platônica nos dá é quanto à referência para os números, enunciados matemáticos e lógicos. O Platonismo em matemática é, na opinião de Armstrong, o argumento que mais pesa a favor das Formas, e ainda hoje há filósofos que defendem a realidade dos números numa espécie de mundo platônico. Tal perspectiva acerca da Matemática foi defendida por lógicos como Frege, Russell, Whitehead, Church, Carnap (QUINE, 1963a, p.14) e Gödel.

Vimos que as Formas são entidades postuladas para solucionar certos problemas e isto justifica, do ponto de vista do defensor da teoria das Formas, a ampliação da ontologia. Segundo a teoria das Formas,  $a$  possui a propriedade  $F$  se  $a$  possui uma relação adequada com a Forma ou universal  $F$ . Mas qual é de fato a relação entre o particular sensível e sua respectiva Forma? Esta mesma questão foi feita no diálogo platônico *Parmênides* e duas possibilidades são possíveis: 1) *participação* [*metéxis*] e 2) *imitação* [*mímesis*].

A *participação* pode ser interpretada de dois modos: 1) A Forma se partiria entre os indivíduos que dela participam (uma parte da Forma  $F$  estaria em  $a$ <sup>37</sup>). 2) A Forma é algo presente na sua totalidade em cada um dos particulares que participam desta (a Forma  $F$  estaria em sua totalidade tanto em  $a$  quanto em  $b$ ). Armstrong considera o segundo caso como mais satisfatório que o primeiro, pois este pressupõe um rompimento da unidade da Forma<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Sócrates afirma no diálogo *Parmênides* (131c) como seria o caso da relação de participação enquanto divisão: “[...], são divisíveis as formas mesmas, e as coisas que delas participam de uma de suas partes, e não é mais o todo que estaria em cada uma das coisas, mas, sim, uma parte caberia a cada coisa”.

<sup>38</sup> Esta resposta dada por Armstrong (1978a, p.68) repete a objeção feita por Parmênides a Sócrates no diálogo homônimo: “Será então, Sócrates, que estarás disposto a dizer que a Forma, uma, em verdade, se nos divide e ainda será uma?” (*Parmênides* 131 C).

Armstrong afirma que, na relação de *participação*, a Forma tem poder causal<sup>39</sup> sobre certos particulares que se relacionam com ela, a Forma tem uma *relação produtiva* com o particular que dela participa. É a Forma que garante que certo particular tenha as suas características. Esta relação produtiva deve ser entendida em termos de poder causal. Se falamos em termos causais, necessitamos falar de uma causa e um efeito, cada qual com suas propriedades. Nesse sentido, podemos afirmar que a relação entre Forma e seu respectivo particular não é apenas *produtiva*, mas também *logicamente constitutiva*. O branco que está em *a* é constituído pela relação que há entre a Forma *F* (Brancura) e o particular *a*. Mas se falarmos em termos da diferença entre *relação produtiva* e *constitutiva*, segue-se que a tese em questão se torna imanentista e não mais transcendente. Estes esclarecimentos acerca de como se dá a relação da Forma com seu particular servirá para que compreendamos os argumentos posteriores empreendidos contra a teoria das Formas.

No caso da *imitação* há também problemas que podem ser apontados. A relação de imitação consiste no fato de que os particulares são cópias das Formas. Há uma relação assimétrica entre o particular e a Forma que implica uma relação simétrica de semelhança entre eles. A relação de *imitação* pode ser compreendida tal como no caso do camaleão que copia a cor da pedra em que ele está ou da água em ebulição que copia o calor do fogo. Se a imitação for tomada neste sentido, podemos afirmar que ela é uma relação causal. Mas, se há uma relação causal como da água que copia o calor do fogo, podemos dizer que a relação é ‘natural’ e, neste sentido, podemos explicar a causa e efeito em termos materiais sem apelar para a Forma.

A Teoria Platônica das Formas é um Realismo Extremado por defender a existência independente das Formas em relação aos particulares. Não apenas defende que só existem universais, tal como faz Russell, mas afirma certa superioridade ontológica dos universais transcendentais (Formas) em relação aos particulares. O fundador da Academia também

---

<sup>39</sup> Armstrong na passagem (100b5-c8) do diálogo Fédon, interpreta o termo ‘αἰτία’ [aitia] como poder causal. No *Fédon* (100b5 c8), Sócrates fala que a Forma  $\Phi$  é a causa de *a* ser *F*. O termo traduzido como ‘causa’ é ‘αἰτία’ [aitia]. Este termo pode ter vários sentidos que vão além do que contemporaneamente entendemos por causa no sentido de causa eficiente. O termo αἰτία ou ainda αἰτιός [aitiós], além do sentido de causa, também possui o sentido de adjetivo para dizer que algo ou alguém é responsável pela existência de certa coisa ou atitude que geraria uma ação (GUTHRIE, 1975, p.349). O substantivo também poderia ser empregado em sentido explicativo ‘em virtude de’ ‘o porque de’ a razão que explicaria ‘o porque’ algo é dessa maneira e não de outro modo (FREDE & BRUNSCHWIG 1989, p. 491). O termo também era utilizado em contextos jurídicos para indicar a culpa de um indivíduo (SILVA, 2017, p.301). Vlastos considera que ‘αἰτία’, pode ser empregado em pelo menos dois sentidos: no sentido de causa eficiente (VLASTOS, 1969, p.303-304) e também no sentido de anterioridade explicativa (VLASTOS, 1969, p.298). Em outra passagem do *Fédon* (cf. 99b7; 100d5), Platão também utiliza o termo ‘διά’ [diá] e este também é traduzido por ‘causa’. Para uma exposição detalhada acerca da tradução dos termos ‘αἰτία’ e ‘διά’ consultar Silva (2017, p.301-306).

defendeu que não há uma esfera perfeita no mundo sensível, ela só existe no mundo das Formas (ARMSTRONG,1988, p.106-107). Formas não são constituídas de particulares. Porém, particulares instanciam Formas. Elas são determinantes em relação aos particulares.

Outra teoria que se enquadra nesta classificação de extremado é o Universalismo de Russell. Já os Realismo Imanentista Substancialista de Aristóteles e o Realismo Imanentista não Substancialista de Armstrong são exemplos de Realismo Moderado.

O Universalismo de Russell sustenta que só existem universais, ou seja, que os particulares são *feixes* (amontoados) de universais. Dito de outro modo, o Realismo de Russell afirma que particulares estão reduzidos à universais. Dessa maneira, podemos considerar que o contrário [*mirror-image*] do Particularismo (Nominalismo) é o Universalismo e não o Realismo Moderado. Isto ocorre porque o primeiro (Nominalismo) aceita apenas a existência dos particulares, o segundo (Universalismo) aceita apenas a existência dos universais e o terceiro (Realismo Moderado) aceita como entidades genuínas ou básicas tanto universais quanto particulares (ARMSTRONG, 1978a, p.12). Do mesmo modo que o nominalista precisa explicar a aparente existência de universais no vocabulário do senso comum, o Universalista precisa explicar a aparente existência de particulares. Desse modo, podemos afirmar que o Realismo de Russell e a teoria de Platão têm em comum com o Nominalismo o fato de serem, sob esse ponto de vista, explicações extremas para o problema dos universais. Mas e os Realismos de Aristóteles e Armstrong? O que faz deles ‘Moderados’?

Armstrong afirma que o Realismo Moderado é a versão mais adequada da disputa. Ela é assim considerada porque aceita tanto particulares quanto universais e que estes estão situados no espaço e no tempo (no mesmo mundo). Este realismo é conhecido como *in rebus* (*nas coisas*) (BIGELOW, 2006). Realistas moderados também negam a existência do mundo das Formas e preferem afirmar o ser apenas daquilo que está no mundo sensível. Eles, diferentemente de Platão, tendem a afirmar o ser dos Universais apenas se estes estão instanciados no espaço-tempo. Eles divergem dos nominalistas por asseverar o ser tanto de particulares quanto de universais (desde que estes estejam instanciados no mundo sensível); os nominalistas afirmam que só particulares podem existir.

Mas há ainda uma distinção entre os Realismos Moderados de Aristóteles e de Armstrong. A diferença está no fato de que a primeira teoria defende que as propriedades estão instanciadas na substância. Já a segunda rejeita a noção de substância, uma vez que para Armstrong a substância não pode ser verificada no espaço-tempo.

Tal postura de rejeição de entidades não espaçotemporais se torna mais comum entre os adeptos do Naturalismo (ARMSTRONG, 1989, p.76; ARMSTRONG, 1997, p.5; MUMFORD, 2007, p.1.), ou seja, a doutrina que afirma que “[...] tudo aquilo que existe está no espaço-tempo contínuo” (ARMSTRONG, 1988, p.103). Eles rejeitam, em geral, afirmar o ser de entidades transcendentais como Formas platônicas, números, valores morais transcendentais e entidades ficcionais (MUMFORD, 2007, p.1-17).

Os filósofos naturalistas costumam ser mais propensos ao Nominalismo, pois, como dito anteriormente, rejeitam a existência de entidades para além daquilo que está no espaço-tempo; isso significa, na maioria dos casos, também a exclusão dos universais (MUMFORD, 2007, p.14). Esta postura é abraçada pela maioria dos filósofos naturalistas do século XX, como é o caso de Quine<sup>40,41</sup>. A postura comum entre estes pensadores naturalistas é declarar que a Ciência será responsável por determinar quais entidades existem, rejeitando aquilo que não esteja no espaço-tempo.

Por ser filiado ao Naturalismo<sup>42</sup>, Armstrong rejeita entidades transcendentais em sua ontologia, bem como a tese de que propriedades sejam descobertas *a priori*. Esta é uma postura mais comum ao nominalista, pois parece, ao menos à primeira vista, mais coerente do ponto de vista do naturalista, pois ele rejeita que a mesma coisa (seja ela particular ou propriedade) esteja em dois lugares ao mesmo tempo. Armstrong, no entanto, irá também rechaçar o Nominalismo em favor de um Realismo Imanentista não Substancialista. Ele irá afirmar que há, além dos particulares, também propriedades. Uma questão que surge é: se Armstrong afirma ser um naturalista, qual o motivo deste aceitar em sua ontologia a realidade de particulares e universais, uma vez que o Nominalismo parece ser uma postura mais coerente com o Naturalismo (por não aceitar que uma mesma coisa esteja em lugares diferentes no espaço-tempo), além de se mostrar uma ontologia mais simples (econômica)?

Uma resposta que o filósofo australiano dá<sup>43</sup> é que seu Realismo de universais só aceita propriedades que foram instanciadas. Sua postura é - mesmo tendo uma ontologia mais inflada que a do nominalista - adotar uma ontologia mais econômica que a do platonista. Ele diz seguir o *princípio eletico* (ARMSTRONG, 1988, p.104) que aparece no diálogo

---

<sup>40</sup> Conferir os artigos de Quine *On what there is* (1963a), *Sobre o que há* (1990) e *Relatividade ontológica* (1989).

<sup>41</sup> Apesar de Quine ser tomado como naturalista e se autointitular um filósofo com tendências naturalistas (QUINE, 1989), Armstrong (1998, p.106) afirma que seu colega estadunidense não é um naturalista *strictu sensu*, pois este afirma a existência de conjuntos enquanto entidades platônicas.

<sup>42</sup> O próprio Armstrong (1988, p.103) afirma: “Eu estou profundamente convencido de que tudo aquilo que existe está no espaço-tempo contínuo. Eu chamo isso de Naturalismo”. No original: “I am very strongly drawn to the view that all there is the space-time continuum. I call this view ‘Naturalism’ ”.

<sup>43</sup> Armstrong em “*Can a Naturalist Believe in Universals?*” (1988) procura responder esta questão.

Platônico *O Sofista* (SOFISTA, 247d-e). O Estrangeiro de Elea afirma que só devemos asseverar o ser daquilo que tem poder causal. Desse modo, o Realismo de Armstrong, apesar de ser menos econômico que o do Nominalismo, continua sendo coerente com a postura científica do Naturalismo, pois só afirma entidades, sejam elas particulares ou universais, que estão no espaço-tempo e que tenham poder causal.

Outro princípio defendido por Armstrong e que está em consonância com o primeiro é o *princípio da instanciação para universais*. Segundo este princípio, só existem universais instanciados em particulares, assim como só existem relações entre objetos relacionados entre si. Ele dirá que só há universais e particulares nos  *fatos*  (que se dão, é claro, no espaço-tempo) ou, como ele prefere chamar, nos ‘*states of affairs*’. Há fatos monádicos, quando *a* é *F*, e fatos poliádicos, quando *a* e *b* são ambos *F* (ARMSTRONG, 1988, p.108). Um exemplo de fato monádico seria afirmar que a massa de um objeto é a propriedade instanciada neste objeto particular ou que um elétron tem carga negativa.

O quadro a seguir coloca de modo esquemático os quatro tipos de realismo que expusemos até aqui:

**Quadro 2:** Esquema dos diferentes tipos de Realismo

<b>Realismo Platônico (Realismo Transcendente)</b>	<b>Realismo imanentista Substancialista Aristotélico</b>	<b>Realismo de Feixes de Russell</b>	<b>Realismo Imanentista não Substancialista de Armstrong</b>
<b>a é F sse a instancia a Forma (universal transcendente) F</b>	<b>a é F sse a é uma substância que instancia a propriedade (universal imane) F</b>	<b>a é F sse a é um feixe de universais que contém (universal imane) F</b>	<b>a é F sse a é F é um estado de fatos [<i>state of affair</i>]</b>

Fonte: Arquivo pessoal

### 1.1.3 TEORIA DOS TROPOS

Falamos até aqui que os nominalistas e realistas disputaram ao longo da história o posto de melhor solução do problema dos universais. No entanto, temos uma teoria que, apesar de ter elementos de ambas as teorias, não se enquadra exatamente no Nominalismo nem no Realismo. Trata-se da Teoria dos Tropos. Tal teoria é extremamente jovem em relação às duas grandes vertentes de que falamos até agora. Enquanto as posturas do Realismo e Nominalismo são reconhecidos historiograficamente como tendo surgido na Grécia Antiga, a Teoria dos Tropos costuma ter seu surgimento atribuído aos filósofo Donald Williams na

década de 50 do século XX (MAURIN, 2018; GARRET, 2008, p. 59)<sup>44</sup>. Esta tem em comum com os Nominalismos apresentados anteriormente o fato de afirmar a existência apenas dos particulares, porém aceita em sua ontologia propriedades particularizadas. Ela tem em comum com os Realismos e algumas versões do Nominalismo (o de Classes, o Mereológico e o de Semelhança) o fato de ser uma teoria objetivista. Daí o fato de Armstrong considerá-la a versão mais moderada do Nominalismo, pois aceita tanto particulares quanto propriedades particularizadas (ARMSTRONG, 2010, p. 13)<sup>45</sup>. Esta teoria também aceita em sua ontologia feixes, mas, diferentemente do Realismo de Russell (que aceita apenas feixes de Universais), afirma a existência apenas de feixes de particulares. Podemos afirmar que a Teoria dos Tropos afirma que  $a$  é  $F$  sse  $a$  é um feixe de propriedades particularizadas que contém (o tropo)  $F$ . Podemos afirmar que essa teoria explica o fato de duas maçãs serem vermelhas do seguinte modo. A maçã  $a$  e a maçã  $b$  são ambas vermelhas. Ele dirá que há duas propriedades: o tropo vermelho ( $F1$ ) da maçã  $a$  e o tropo vermelho( $F2$ ) da maçã  $b$ . Os dois tropos de vermelho são semelhantes mas não idênticos (DALY, 1994, p.253).

O que expusemos até aqui acerca do Nominalismo, do Realismo e do Tropismo pode ser resumido no esquema a seguir<sup>46</sup>. No quadro temos seis posições que variam de acordo com as entidades que cada uma aceita em sua ontologia. As entidades estão listadas à esquerda e na parte superior do quadro; à direita é informado se a teoria em questão está filiada ao Nominalismo ou ao Realismo.

---

<sup>44</sup> Garret (2008, p. 59) afirma que, apesar de Williams ser considerado o fundador desta teoria, ela pode ter como fundador o filósofo do século XIX G. F. Stout. Armstrong faz a mesma afirmação que Garret (cf. ARMSTRONG, 1978a, p.77).

<sup>45</sup> Apesar de Armstrong (1978a, Cap. 8, p.77-88) tratar a Teoria de Tropos como um Nominalismo, na nossa exposição procuraremos deixar claro que a Teoria dos Tropos não é um Nominalismo clássico nem seria exatamente um Realismo. Para fins expositivos entendemos que será melhor apresentá-la deste modo, pois esta teoria possui elementos de convergência com o Nominalismo (por ser particularista), mas diverge deste por aceitar a realidade das propriedades (desde que elas sejam particulares). A Teoria de Tropos também possui elementos do Realismo (por aceitar a realidade das propriedades), mas afirma que elas são particulares e não universais. Ela também é uma teoria de Feixes, mas diferentemente do Realismo de Russell, só aceita feixes de particulares.

<sup>46</sup> A tabela a seguir reproduz o diagrama feito por Rocha (2013, p.9). Este esquema é uma atualização de outro feito anteriormente por Armstrong (1989, p.17). A tabela de Rocha inclui o Nominalismo de Semelhanças de Rodriguez-Pereyra (2002a), que não está listado no esquema feito por Armstrong.

**Quadro 3:** Esquema dos diferentes tipos de Nominalismo, Realismo e Tropismo

	<b>Particulares ordinários</b>	<b>Tropos</b>	
<b>Classes Naturais Primitivas</b>	A. Quinton/D. Lewis	G.F. Stout	} <b>Nominalistas</b>
<b>Semelhança</b>	H. Price/ G. Rodriguez-Pereyra	D.C. Willians	
<b>Universais</b>	Platão, Aristóteles, Armstrong	J. Cook Wilson	<b>Realistas</b>

Fonte: ARMSTRONG, 1989, p.17; ROCHA, 2013, p.9; ROCHA, 2017, p.36-37.

## 1.2 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS ÀS TEORIAS QUE CONSIDERAM A FORÇA DO UM EM MUITOS

Armstrong costuma lançar mão de vários argumentos contra o Nominalismo e suas versões, também formula argumentos contra certas versões de Realismo e contra a Teoria de Tropos. Alguns dos argumentos formulados pelo filósofo australiano se repetem. Eles se aplicam a mais de uma versão, seja nominalista ou realista, por exemplo, o (I) argumento da causalidade e o (II) experimento de pensamento.

Por outro lado, há argumentos específicos, que são formulados contra certos casos de Nominalismo e certos casos de Realismo, bem como contra a Teoria dos Tropos. Os argumentos (III) Dupla Visão Metafísica, (IV) Classes e Propriedades Coextensivas, (V) Objeção à Condição de Identidade de Classes e (VI) Objeção da Redução de Propriedade à Classes Naturais são formulados especificamente para o Nominalismo de Classes. O argumento (VII) A Propriedade não é Determinada Pelo Agregado é específico para o Nominalismo Mereológico. No caso do Nominalismo de Semelhanças, os seguintes argumentos são empregados: (VIII) Sobredeterminação dos Paradigmas, (IX) Simetria da semelhança, (X) Segundo Experimento de Pensamento contra o Nominalismo de Semelhança: A Possível Inexistência dos Paradigmas. O argumento (XI) Particulares Abstraídos de Seus Tropos são Indistinguíveis Entre Si é aplicado contra a Teoria de Tropos, e o (XII) Argumento Contra a Indiscernibilidade dos Idênticos é aplicado contra o Realismo de Feixes.

Há, ainda, outro conjunto de argumentos que se aplica a mais de um caso. Esses argumentos são conhecidos como ‘Regresso ao Infinito’. Eles são considerados por Armstrong (1978a; 1974) como centrais para atacar as diversas teorias que consideram a força do *Um em Muitos*. Como mostraremos logo adiante, essa modalidade de argumento é aplicável sempre que a teoria em questão fornece uma explicação relacional. A este último grupo de argumentos, devido ao seu grau de importância e a sua complexidade, será dedicada uma seção especial abaixo (cf. Seção 1.3). Antes, porém, apresentaremos os demais argumentos. É importante ressaltar que essa lista de argumentos não é exaustiva, mas apenas pretende ser uma amostra do importante trabalho realizado por Armstrong.

### **(I) Argumento da causalidade**

O argumento da causalidade questiona se a entidade elencada para responder à questão ‘Em virtude de que  $a$  é  $F$ ?’ tem ou não poder causal. Se for o caso dessa entidade não ter poder causal, Armstrong (enquanto um pensador naturalista) entende que a redução proposta pela teoria é insatisfatória. Tomemos um caso particular, a saber, o Nominalismo de Predicados, para ilustrarmos como se dá o argumento:

1. Há causas na natureza;
2. A ordem causal independe da classificação que fazemos;
3. O que é causado depende apenas das propriedades (incluindo também as propriedades relacionais) envolvidas na causa e no efeito;
4. (Conclusão) Segue-se que a explicação dada pelo nominalista de predicados é equivocada, pois as propriedades independem da classificação que fazemos (ARMSTRONG, 1978a, p.22-23).

O mais controverso neste argumento é aceitar a terceira premissa, que versa sobre causação e propriedades. Um exemplo que ilustra a referida premissa é o seguinte: ‘se uma pedra é atirada com certa força contra uma vidraça, esta irá se partir’. Tal proposição afirma que há objetos como uma pedra e uma vidraça, que há um estado de movimento em que se encontra a pedra, um estado no qual se encontra o vidro e as circunstâncias que rodeiam o encontro da pedra com a vidraça. Se no encontro entre ambos os objetos existissem outras propriedades, o resultado seria outro. Caso aceitemos a causalidade na versão Regularista<sup>47</sup>, o Nominalismo de Predicado também deve ser rechaçado.

---

<sup>47</sup> Sobre a teoria Regularista conferir: (ARMSTRONG, 1983; ARMSTRONG, 2010, p.36; DALMOLIN, 2015; GHINS, 2013, p.52-59).

É sabido que o Regularismo não aceita que as leis da natureza são entidades, nem que estas sejam necessárias, mas aceita que uma coisa causa outra em decorrência de suas propriedades. Desse modo, a explicação do Nominalismo de Predicado seria rejeitada tanto por um necessitarista<sup>48</sup> como Armstrong, bem como por um regularista. Um seguidor do Regularismo pode elaborar uma explicação das causalidades através das propriedades e isto pode ser o caso mesmo que ele não necessite dar uma explicação realista das propriedades. Desse modo, tanto um regularista quanto Armstrong irão rechaçar que as propriedades estão determinadas pelos predicados (ARMSTRONG, 1978a, p.22-23).

As teoria Nominalistas subjetivistas são suscetíveis a esse argumento, pois predicados (entidades linguísticas) e conceitos (entidades mentais) não têm poder causal. Também são suscetíveis a ele as teorias Nominalistas objetivistas que apelam para entidades que não tenham poder causal para resolver o problema do *Um em Muitos*. Classes, por exemplo, mesmo sendo entidades que independem da classificação humana, sofrem com o problema de não possuírem poder causal. Diremos que os metais sólidos têm poder causal: ter massa, extensão, terem a capacidade de serem condutores térmicos, dilatação com o calor. No entanto, a classe destes objetos, devido a sua natureza abstrata, não terá qualquer poder causal. Na realidade, todas as soluções Nominalistas relacionais que apelam para entidades particulares abstratas sofrerão os impactos deste argumento. Apenas o Nominalismo Mereológico não é alvo dele. O Realismo *ante rem*, uma vez que apela para entidades consideradas *abstratas* (Formas), também é alvo dele.

O Nominalismo de Semelhança, por sua vez, irá explicar que a causalidade se dá por conta da relação de semelhança que um objeto possui e não por suas propriedades. Ele irá afirmar que a propriedade está determinada pela relação de semelhança. No entanto, parece mais plausível pensarmos que um evento é causado pelas propriedades do objeto e não por sua relação de semelhança. É a relação de semelhança que é determinada pela causalidade das propriedades dos objetos particulares.

Dissemos acima que o Nominalismo Mereológico não sofre com o argumento da causalidade. Isto ocorre devido ao fato desse tipo de Nominalismo apelar a agregados. Agregados, diferentemente de classes, predicados, conceitos e relações de semelhança, têm poder causal. Também foi dito que o argumento da causalidade é utilizado para atacar o

---

<sup>48</sup> O Necessitarismo de Armstrong defende que há necessidade por parte das leis científicas e que estas leis são entidades. Sobre este tema conferir: (ARMSTRONG, 1983; ARMSTRONG, 2010, p.41; GHINS,2013, p.59-66; DALMOLIN, 2015).

Realismo de Platão. Isto se dá por causa do fato de podermos apontar poderes causais a partir de propriedades do próprio ser particular sem apelar para propriedades transcendentais.

## (II) Experimento de Pensamento

Outro argumento que costuma ser aplicado a várias teorias é o experimento de pensamento. O experimento se dá do seguinte modo: caso não existisse a entidade utilizada para explicar o fato de  $a$  ser  $F$ , tal fato continuaria sendo o caso? A propriedade  $F$  continuaria sendo o caso mesmo que as entidades utilizadas para explicá-la não existissem? Uma vez que o fato de  $a$  ser  $F$  continue sendo o caso, e  $F$  continue se aplicando a  $a$ , a entidade ou relação utilizada para explicar tal fato será tomada como dispensável e a teoria será vista como insatisfatória.

Todas as teorias relacionais Nominalistas buscam explicar a aplicação da propriedade  $F$ , reduzindo-a a alguma entidade particular. Em outras palavras, a teoria irá explicar que  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  cair sob o predicado  $F$ , receber o conceito  $F$ , pertencer à classe  $F$ , estar na relação de semelhança  $F$  ou ainda pertencer ao agregado dos  $Fs$ . Desse modo, podemos dizer que todas elas apelam para um particular para explicar o que é a propriedade que se relaciona com  $a$ . O exemplo a seguir busca ilustrar como Armstrong constrói este argumento:

1. Consideremos o caso de o predicado ‘vermelho’ não existir;
2. A propriedade vermelhidão deixaria de existir em objetos vermelhos (como uma maçã)?
3. (conclusão) Vemos, em razão deste experimento, que a propriedade vermelhidão não está determinada pelo predicado ‘vermelho’. O predicado só pode ser atribuído em virtude da propriedade existir. A propriedade é anterior ao predicado.

O último argumento não é apodítico, uma vez que depende de averiguação. No entanto, tal averiguação mostra que a aplicabilidade do predicado ‘vermelho’ depende da vermelhidão do objeto, que esta não existe por causa da aplicabilidade do nome ‘vermelho’ aos objetos. O mesmo argumento aqui apresentado pode ser aplicado ao Nominalismo de Conceito, de Classes e de Semelhança. Basta observarmos que classes, conceitos, predicados e relações de semelhança não podem determinar que particulares sejam vermelhos. É por  $a$  ser vermelho que ele irá cair no conceito ou no predicado ‘vermelho’, pertencer à classe dos vermelhos, ou pertencer à relação de semelhança dos entes vermelhos.

O argumento do experimento de pensamento também foi usado por Armstrong (1978a, p.68-69) para atacar o Realismo Platônico. A humanidade de certos particulares (como

Charles III) deixaria de existir caso a Forma Humanidade não existisse? Somos levados a crer que a humanidade dos casos particulares não está determinada pela Forma. Humanos continuariam sendo como tal mesmo que a Forma Humanidade não existisse.

### **(III) Dupla Visão Metafísica**

Uma vez que tratamos dos argumentos gerais, passaremos a tratar dos específicos. O argumento da dupla visão metafísica foi desenvolvido especificamente para atacar o Nominalismo de Classes. Ele considera casos de uma propriedade que possui apenas uma instância. O nominalista de Classes, que afirma a redução das propriedades às classes, procurará explicar esse caso dizendo que há uma classe unitária  $F$  que contém apenas o elemento  $a$ . Há, porém, problemas quanto ao compromisso ontológico desse nominalista, uma vez que o elemento  $a$  e classe unitária  $F$  são entidades diferentes. Se a classe  $F$  e  $a$  fossem apenas uma entidade, haveria dificuldade de se explicar que  $a$  é  $F$ .

O problema se dá pelo fato de que, para explicar o caso de um único particular ser  $F$ , se apela para uma classe. Temos, assim, o que Armstrong chamou de 'dupla visão metafísica': considera-se duas vezes a mesma entidade. E há ainda o fato de que a teoria ortodoxa dos conjuntos pode considerar classes de classes, dessa maneira, a mesma entidade poderia estar acompanhada de uma infinidade de outras entidades:  $\{a\}$ ,  $\{\{a\}\}$ ,  $\{\{\{a\}\}\}$  etc. (ARMSTRONG, 1978a, p. 27)

### **(IV) Classes e Propriedades Coextensivas**

Armstrong (1978a, p.35) diz que essa é a principal fraqueza do Nominalismo de Classe. Esta crítica se dá pelo fato da teoria criticada considerar que propriedades estão reduzidas a classes, mas, se as classes determinam as propriedades, então como consequência propriedades distintas são determinadas por classes distintas; duas propriedades coextensivas seriam, na realidade, a mesma propriedade. A teoria de classes considera que a identidade de classes se dá pela coextensão dos seus membros: "Classes são idênticas se e somente se seus membros são idênticos"<sup>49</sup>.

Assim, quando identificamos classes com sua extensão, com o conjunto de seus membros, propriedades distintas, por serem coextensivas, serão tomadas como a mesma. Isso,

---

<sup>49</sup> No original: "Classes are identical if only if theirs members are identical" (ARMSTRONG, 1989, p.25).

no entanto, é contraintuitivo. Podemos ter casos de propriedades que são coextensivas e, ainda assim, são diferentes. Vejamos o seguinte caso<sup>50</sup>:

1. O conjunto  $F$  ter coração = ao conjunto  $G$  (ter rins);
2. A propriedade  $F$  (ter coração)  $\neq$   $G$  (ter rins);
3. (conclusão) Apesar da coextensividade, não é o caso de  $F$  (ter coração) e  $G$  (ter rins) serem a mesma propriedade.

O mesmo ocorreria em casos que temos classes vazias (GARRET, 2008, p.57):

- 1 - O conjunto dos  $Q$  (quadrados-redondos) =  $\{ \}$ ;
- 2 - O conjunto dos  $P$  (porcos alados) =  $\{ \}$ ;
- 3 - Ambos os conjuntos são coextensivos, mas não é o caso que se trate da mesma propriedade.

A consequência da coextensividade das classes seria que propriedades com poderes causais distintos, por serem coextensivas, teriam que ser a mesma. No entanto, o nominalista de classes, visando se livrar desta crítica, poderá apelar para Realismo Modal. Ele pode seguir Lewis e afirmar que, em um mundo possível, há criaturas que têm rins e não têm coração, de sorte que seria contingente o fato de haver no mundo atual coextensão entre criaturas com rins e com coração. Desse modo, as classes  $F$  (ter rins)  $G$  (ter coração) não serão coextensivas. Como consequência, dirá o nominalista de classes, não se trata da mesma propriedade, pois as classes  $F$  e  $G$  possuem extensões diferentes em pelo menos um mundo possível.

Consideremos, assim, o caso de o nominalista de classe aceitar em sua ontologia mundos possíveis. Esta seria uma saída para o problema anterior da coextensividade? Em primeiro lugar, esta saída seria uma ampliação da ontologia ao invés de sua diminuição. Aceitar mundos possíveis é ampliar a ontologia. Armstrong (1978a, p.36) diz que "o remédio é pior que a doença". Além disso, o nominalista de classes, mesmo apelando para o Realismo Modal de Lewis, terá problemas em casos nos quais as classes são necessariamente coextensivas. Um exemplo seria o caso da coextensão entre a classe das propriedades *figuras planas de três lados* (de três lados) e das *figuras planas de três ângulos* (ser triangular). Estas

---

<sup>50</sup> O exemplo que iremos usar repete aquele dado por Quine em *Dois Dogmas do Empirismo* (cf. QUINE, 1963b, p.21.) O objetivo do autor era mostrar que a coextensividade não garante sinonímia. O nosso propósito será demonstrar que certas propriedades, mesmo que sejam coextensivas, são distintas entre si.

seriam propriedades distintas, mas *necessariamente* coextensivas (ARMSTRONG, 1978a, p.36; ARMSTRONG, 1989, p.26).

#### **(V) Objeção à Condição de Identidade de Classes**

A classe dos humanos poderia ser diferente e ainda assim a propriedade não seria afetada (ARMSTRONG, 1978a, p.37)<sup>51</sup>. A classe dos humanos é irrelevante para determinar a propriedade. Poderíamos considerar o caso hipotético de haver um número maior do que temos atualmente (em 2023) de humanos no mundo. Pensemos o caso de haver 15 bilhões de humanos no planeta. Obviamente a classe da humanidade conteria mais membros, sendo assim, seria uma outra classe, dado que a condição de identidade de uma classe é a sua extensão. No entanto, mesmo que a classe seja outra, isto não determinou uma mudança na propriedade ser humano (humanidade).

O argumento acima falharia se, ao invés do pertencimento de uma classe dos humanos no mundo atual, nós levássemos em consideração os mundos possíveis. Haveria a classe de todos os humanos em todos os mundos possíveis, desse modo a classe não poderia ser diferente (ALENCAR, 2016, p.381; ARMSTRONG, 1989, p.27). "O total pertencimento a esta classe não varia de mundo para mundo. O que varia de mundo para mundo é a subclasse que obtemos por nos restringirmos ao mundo em questão"<sup>52</sup>. Tendo em vista que a classe dos humanos em todos os mundos possíveis é a mesma, seria ainda plausível afirmar que a classe em questão pode determinar a propriedade. Esta saída de Lewis é uma saída para objeção dada por Armstrong, uma vez que pode afirmar que uma classe será a mesma caso se considere todos os mundos possíveis. Como foi dito anteriormente, porém, isto seria uma ampliação da ontologia ao invés de uma economia.

#### **(VI) Objeção da redução de propriedades a Classes Naturais**

O Nominalismo de Classe visa explicar de forma redutiva as propriedades em termos de classes. Mas poderíamos questioná-lo: um elétron seria tal em virtude de pertencer à classe dos elétrons? Ou ele pertence à classe dos elétrons por ser elétron? (ARMSTRONG, 1989, p.27-28).

Mesmo que tal nominalista insista que propriedades podem ser reduzidas às classes, poderíamos afirmar contra ele que há classes que se formam de maneira arbitrária. E, como

---

<sup>51</sup> Este argumento foi feito previamente por Wolterstorff e é semelhante ao argumento do experimento de pensamento aplicado por Armstrong contra o Nominalismo de Classes (WOLTERSTORFF, 1970, cap 8).

<sup>52</sup> No Original: "The full membership of this set does not vary from world to world. What does vary from world to world is the subset we get by restricting ourselves to the world in question". (LEWIS, 1986, p.51).

consequência desta formação arbitrária, não há nenhum *type* comum entre seus elementos. Um exemplo seria:  $S = \{\text{livro, gato, 12, Vênus, Homem Aranha}\}$ .

No entanto, o Nominalista de Classe poderia dizer que existe um *type* comum entre os elementos desta classe: o fato de pertencerem à classe *S*. O nominalista poderia afirmar que ‘se *x* é elemento de *S*, então *x* é do *type S*’. Mas tal explicação é falaciosa, pois incorre em circularidade: a premissa aparece na conclusão (cf. MORTARI, 2016, p.67).

O nominalista de classes, tendo em vista fugir da objeção anterior, pode afirmar classes disjuntivas (ser do *tipo A* ou *tipo B* ou do *tipo C...*). Mas esta saída também seria insatisfatória, pois, uma vez que classes aleatórias poderiam ser infinitas tanto em membros quanto na sua variedade de *tipos*, poderíamos ter classes contendo infinitas disjunções. Dessa maneira, poderíamos afirmar que não haveria uma genuína unidade de *type* em classes arbitrárias (ARMSTRONG, 1989, p.13).

Quinton (1973), levando em consideração a dificuldade das classes, propõe uma distinção entre classes arbitrárias (ou artificiais) e o que ele chamou de ‘classes naturais’. A classe natural é definida por ele como não vazia e seus membros possuem uma propriedade comum, a saber, eles são instâncias desta propriedade (QUINTON, 1973, p.263). Ele pretende substituir o Nominalismo de Classe Ingênuo pelo Nominalismo de Classe Moderado (ALENCAR, 2016, p.378; ARMSTRONG, 1978a, p.40).

Mesmo com esta renovação de Quinton, podemos pensar o caso da classe *F* das coisas que não são azuis. Desse modo, poderia haver vários objetos cuja única coisa em comum é o fato de não serem azuis, mas isto não parece introduzir uma natureza comum entre os membros (ARMSTRONG, 1978a, p.40).

## **(VII) A Propriedade não está determinada pelo Agregado**

O Nominalismo Mereológico, uma vez que apela a agregados (entidades particulares não abstratas) pode ser compreendido como uma versão mais desenvolvida que o Nominalismo de Classes. Mas, ainda assim, um argumento pode ser empregado contra o Nominalismo Mereológico. É plausível afirmarmos que cada parte (pedaço) do agregado das coisas brancas também é branco. Mas a mesma coisa pode ser dita do agregado das coisas que tem a massa de um quilograma (1 Kg)? É falso, neste último caso, que cada parte do agregado tem um quilo. Afinal, partes diferentes poderiam ter massas diferentes de um quilo. Uma parte do agregado poderia ter meio quilo e outra ter três quilos. A desvantagem deste Nominalismo é que, enquanto é condição necessária para *a* ser *F* que pertença ao agregado

dos *F*s, em geral isto não é suficiente (ARMSTRONG, 1978a, p.34-35; BEUCHOT, 1981, p.411-412).

### **(VIII) Sobredeterminação dos Paradigmas**

O Nominalismo de Semelhança é tido por Armstrong como sendo a teoria nominalista mais desenvolvida. Desse modo, iremos considerar cada argumento que o filósofo realista empregou contra essa teoria.

Um particular paradigma que serve para determinar uma classe de semelhantes pode servir para determinar outra(s), uma vez que um mesmo particular possui ambas as características<sup>53</sup>. Tomemos o caso das classes coextensivas *F* (possuidores de coração) e *G* (possuidores de rins). O particular paradigma de *F* também será o de *G*. Também devemos nos atentar para o fato de que qualquer objeto que seja copartícipe de ambas as classes poderá ser um particular paradigmático tanto de *F* quanto de *G*. Tanto um ser humano quanto um peixe, ou um camaleão, podem ser um particular paradigmático ao mesmo tempo de ambas as classes. O Nominalismo de semelhança Aristocrático de Price (que apela ao uso de entidades paradigmáticas) não possui elementos para superar este impasse (ALENCAR, 2017, p.336).

### **(IX) Simetria da semelhança**

O fato de um objeto ser idêntico a si mesmo é considerado uma necessidade pela lógica clássica. Também é necessariamente verdadeiro que se *a* se assemelha a *b*, então *b* se assemelha a *a*. Para o nominalista de semelhança, esta simetria de semelhança é algo inexplicável, pois a noção de semelhança é uma noção fundamental que não pode ser explicada. Ele dirá que tal simetria é uma necessidade bruta [*brute necessity*] (ARMSTRONG, 1978a, p.49).

No entanto, um realista de propriedades irá afirmar que a semelhança entre os objetos *a* e *b* pode ser explicada pela identidade de natureza<sup>54</sup>. A semelhança pode ser explicada por algo anterior, a saber, a propriedade. A relação de semelhança entre *a* e *b* no aspecto *C* seria explicada por uma propriedade *C*; ambos têm igualdade de natureza por instanciarem essa propriedade. É a simetria da identidade de *C* consigo mesma que garante a simetria de

---

<sup>53</sup> O argumento em questão é mais um caso do argumento da coextensão apresentado contra o Nominalismo de Classes (ALENCAR, 2017, p.336).

<sup>54</sup> Armstrong desconsidera que possa existir qualquer universal que não seja descoberto a posteriori. Desse modo a simetria entre particulares distintos é uma verdade a posteriori e não uma necessidade bruta. Apesar de Armstrong afirmar que a identidade de natureza é um universal, ele desconsidera que a identidade numérica ( $a=a$ ) seja um universal (ARMSTRONG, 1978a, p.93), pois esta verdade é a priori e ele como um naturalista irá rejeitar que qualquer universal seja conhecido a priori (cf. ARMSTRONG, 1978b, p.8).

semelhança entre  $a$  e  $b$ . Desse modo, para o realista, a relação de semelhança não permanece um fato inexplicável.

Porém, o nominalista de semelhanças pode dar a seguinte análise lógica, com o objetivo de superar o impasse oferecido por Armstrong. A identidade entre  $a$  e  $b$  pode ser explicada do seguinte modo:  $a$  é idêntico a  $b$  ( $a=b$ ) se e somente se  $a$  se assemelha exatamente a  $b$ . Desse modo, dirá o nominalista de semelhanças, a simetria da identidade é derivada da simetria de semelhanças. Ele também pode afirmar que diferentes objetos carecem de semelhança em algum ponto (ARMSTRONG, 1978a, p.49).

O tratamento do nominalista de semelhanças requer que ele seja capaz de sustentar que é logicamente impossível que duas coisas tenham, tal como afirma o realista, as mesmas propriedades e relações, caso contrário seriam idênticas. O nominalista oferece um tratamento que parece razoável quanto à simetria de semelhança, mas e quanto à identidade de particulares? Ele terá que explicar tal identidade e esta não pode ser feita em termos de semelhanças, como no caso da identidade de semelhança.

Armstrong dirá que esta postura do Nominalista de semelhança de afirmar a necessidade no caso da simetria entre particulares diferentes ( $a=b$ ) e necessidade de um objeto consigo ( $a=a$ ) mesmo é uma ampliação da ontologia ao invés de uma economia. Armstrong defenderá que, se a simetria de particulares distintos se reduz a propriedades, esta não é uma necessidade, mas uma verdade contingente. Desse modo, o nominalista de semelhanças adota uma ontologia não econômica, pois “[...] multiplica necessidades sem necessidade” (ARMSTRONG, 1978a, p.49).

#### **(XI) Particulares Abstraídos de Seus Tropos são indistinguíveis entre si.**

Armstrong (1978a, p.86-87) considera que este argumento contra a Teoria de Tropos é decisivo. Ele nos convida a fazer a seguinte suposição. Pensemos o caso de um limão ser amarelo. Não é absurdo afirmar que a amarelidão deste limão tem a propriedade de ser um amarelo de certo tom. O tomate vermelho não tem essa propriedade. Diremos que ele é um vermelho de certo tom. Seria o caso de afirmarmos que o troço do limão tem aquela propriedade por alguma razão, por alguma explicação? Se não há, a consequência absurda é que todo troço seria um *particular simples* [*bare particular*], não se distinguindo um do outro. Mas se o troço do limão não é simples e se tem a propriedade, ele a tem por que pode aparecer em outro limão? Isso seria flertar com um universal. Haveria um troço do troço?

## (XII) Argumento Contra a Indiscernibilidade dos Idênticos

O Realismo de Russell afirma que particulares são feixes de universais. Esta teoria requer o princípio da Identidade dos Indiscerníveis para distinguir indivíduos aparentemente idênticos. O princípio pode ter duas interpretações: 1) sentido forte; 2) sentido fraco. O sentido forte afirma que  $a$  e  $b$  são indivíduos diferentes somente se ambos diferem em pelo menos uma propriedade não relacional. Já o sentido fraco afirma que  $a$  e  $b$  são diferentes somente se diferem em pelo menos uma propriedade relacional.

A objeção a este princípio no sentido forte seria propor um experimento de pensamento concernente a um mundo possível no qual haja apenas duas esferas idênticas em todas as suas propriedades internas: massa, tamanho, cor. É logicamente possível que isso ocorra. A única distinção seria a espaçotemporalidade dos objetos, mas, uma vez que localização espaço-temporal não é uma propriedade interna ou não relacional, o experimento seria uma objeção ao princípio em sua versão forte. Nesse sentido, haveria dois objetos distintos, mas com as mesmas propriedades internas. Se ambas as esferas são idênticas em todas as suas propriedades internas, mas diferentes quanto o local ocupado no espaço-tempo, isso implica uma objeção ao princípio no seu sentido forte.

Uma estratégia para salvaguardar o Realismo de Feixes seria defender que as bolas são diferentes em pelo menos uma propriedade não relacional:  $a$  é idêntico a si mesmo e não é idêntico a  $b$ . Com  $b$  a situação seria inversa, ele seria idêntico consigo mesmo e diferente de  $a$ . Porém, dirá Armstrong, tal saída é problemática. O Realismo de Russell, por ser Imanentista, necessita que as propriedades (universais) tenham poderes causais, e a identidade de um objeto consigo mesmo carece desta característica. Do mesmo modo que propriedades negativas não seriam universais, a identidade também não seria (cf. ARMSTRONG, 1978b, p.23-29). Outra característica que indicaria que ser idêntico a si mesmo não é um universal é o fato de não haver *Um sobre Muitos*; o universal tem como característica que sua classe tenha a possibilidade de ser infinita (ARMSTRONG, 1978a, p.92).

O Realista de Feixes poderia mudar de estratégia e sustentar o princípio no sentido fraco. O sentido fraco afirma que a diferença entre objetos pode envolver propriedades relacionais. Uma vez que localização no espaço e no tempo é uma propriedade relacional, ambas as esferas seriam diferentes por sua localização. Poderia ser dito que a esfera  $a$  ocupa um lugar no espaço-tempo diferente do ocupado pela bola  $b$ . A adoção desta última estratégia garantiria a necessidade do princípio, pois qualquer objeto é diferente de outro quanto ao ponto que ele ocupa no espaço-tempo.

Mas, ainda assim, haveria como objetar à última estratégia. É lógica e fisicamente possível que dois objetos tenham as mesmas propriedades, mesmo que estejam em localizações espaçotemporais distintas. Também podemos afirmar que é possível que dois objetos ocupem a mesma posição no espaço-tempo. É possível, contrariando o princípio da indiscernibilidade em sentido fraco, que dois objetos subatômicos se sobreponham. E, contrariando o sentido forte, pode ser dito que duas partículas subatômicas teriam todas as propriedades idênticas, divergindo apenas quanto à localização. Weinberg, em seu texto publicado na *Scientific of America* (1974, p.50), assevera que:

[...] até onde sabemos, qualquer uma de duas partículas [elementares] da mesma espécie são, exceto por sua posição e estado de movimento, absolutamente idênticas, seja ocupando o mesmo átomo ou estando em extremos opostos do universo.<sup>55</sup>

Outro argumento que busca mostrar a possibilidade lógica de casos nos quais o princípio da indiscernibilidade não se sustenta é o seguinte, proposto por Max Black (1962, p.51):

"[...] suponhamos [...] que temos [...] um centro de simetria. Quero dizer que tudo o que acontecesse em qualquer lugar seria exatamente duplicado num lugar a igual distância do lado oposto do centro de simetria. Em suma, o universo seria aquilo a que os matemáticos chamam "radialmente simétrico". E, para evitar complicações, poderíamos supor que o próprio centro de simetria fosse fisicamente inacessível, de modo que seria impossível a qualquer corpo material atravessá-lo"<sup>56</sup>.

Considerando a argumentação acima podemos afirmar que o princípio da indiscernibilidade dos idênticos sustentado pelo Realismo de Feixes não pode ser considerado necessário nem no sentido fraco nem no sentido forte.

### **1.3. ARGUMENTOS DE REGRESSOS AO INFINITO CONTRÁRIOS ÀS TEORIAS QUE CONSIDERAM A FORÇA DO UM EM MUITOS**

---

<sup>55</sup> No original: “[...] as far as we we know, any two [elementary] particles of the same species are, except for their position and state of motion absolutely identical, wether they occupy the same atom or lie at opposite ends of the universe”.

<sup>56</sup> No original: “[...] suppose [...]that we have [...] centre of symmetry. I mean that everything that happened at anyplace would be exactly duplicated at a place an equal distance on the opposite side of the centre of symmetry. In short, the universe would be what the mathematician call " radially symmetrical". And to avoid complications we could suppose that the centre of symmetry itself was physically inaccessible, so that it would be impossible for any material body to pass through it”.

Acima tratamos da separação entre teorias objetivistas e subjetivistas, classificação feita inicialmente por David Armstrong (1978a, p.28). As subjetivistas são aquelas que dependem da categorização humana. São elas o Nominalismo de Predicado e o Nominalismo de Conceito. As objetivistas independem da classificação humana. Elas são a Teoria de Tropos, o Realismo Transcendente e as versões Imanentes (Substancialista, Não Substancialista e de Feixes), o Nominalismo de Classes, Nominalismo de Semelhança e o Nominalismo de Avestruz.

Outra classificação tratada brevemente foi a divisão entre as soluções relacionais e não relacionais. Ela foi inicialmente feita na obra de Armstrong em seu artigo *Argumentos de regresso ao infinito e o problema dos universais* [*Infinite regress arguments and the problem of universals*] (1974) e também aparece no texto *Universais* (1978a, p.16). Soluções relacionais visam explicar a relação entre o particular *a* e sua propriedade *F* (ARMSTRONG, 1974, p.191-193). Uma solução que rejeite explicar tal fato é considerada não relacional. Apenas o Nominalismo de Avestruz é considerado como teoria deste último tipo; todas as demais acima listadas são relacionais.

Uma solução não relacional não separa o particular de sua propriedade, por isso ela é considerada deflacionária (IMAGUIRE, 2018, p. 53). Armstrong afirma que qualquer teoria relacional é passível de cair em regressão ao infinito<sup>57</sup>. O esquema a seguir busca resumir o que falamos até aqui acerca da classificação das soluções para o problema dos universais.

---

<sup>57</sup> Apesar de Armstrong ter afirmado que qualquer solução relacional é passível de regressão, ele não oferece, nem no livro de 1978, nem no artigo de 1974 argumento de regresso contra a Teoria dos Tropos. Posteriormente, outros autores propuseram argumentos de regresso contra a teoria em questão. Uma vez que nosso propósito é apresentar os argumentos desenvolvidos por David Armstrong, nos limitaremos a não apresentar argumentos que este não considerou. O leitor que quiser consultar regressões contra a Teoria de Tropos pode consultar (IMAGUIRE 2018, p.56; MAURIN 2010; KÜNG 1967, p.167-168, CAMPBELL 1990, p. 35-36).

Quadro 4: Esquema das teorias relacionais e não relacionais



Fonte: Arquivo pessoal

Dissemos acima que as soluções relacionais incorrem em regressões ao infinito ou regressos ao infinito. Ele pode ser definido do seguinte modo. Um regresso ao infinito ocorre quando uma tese, princípio, regra ou explicação gera uma série de elementos ou estágios (níveis) que não podem ser interrompidos. Pode ser dito que a partir de qualquer elemento ou estágio da série é possível encontrar um novo elemento ou novo estágio e isso irá ocorrer *ad infinitum*<sup>58</sup> (BRANQUINHO & IMAGUIRE, 2013, p.4).

Regressos ao infinito são largamente utilizados na filosofia. Eles costumam aparecer na forma de argumentos na epistemologia, filosofia da mente e na metafísica. O argumento de regressões ao infinito costuma ser dividido na literatura filosófica contemporânea em dois tipos: 1) regressos não viciosos ou benignos; 2) regressos viciosos. Regressos do primeiro tipo não constituem um problema para teoria ou tese. Já os regressos viciosos representam problemas. Um exemplo de regresso não vicioso seria:

É verdade que *P*. É verdade que ‘É verdade que *P*’. É verdade que “É verdade que ‘É verdade que *P*’”...

<sup>58</sup> Podemos encontrar uma definição próxima de regresso ao infinito nos *Esboços Pirrônicos* (LIVRO I, Cap. XV, § 166) de Sexto Empírico. No referido texto, ao comentar o segundo modo ( cair em regressão *ad infinitum*) de Agripa ele diz: “[...] a recorrência *ad infinitum*” é aquela em que dizemos que o que é apresentado como garantia da questão proposta precisa de uma nova garantia; e esta, de outra; e assim por diante *ad infinitum* [...]”. Na tradução consultada por nós: “[...] la recurrencia *ad infinitum*» es aquél en el que decimos que lo que se presenta como garantía de la cuestión propuesta necesita de una nueva garantía; y esto, de otra; y así hasta el infinito[...]”.

Se uma teoria ou tese cair em regressão viciosa, isto representa um problema. Um exemplo deste caso seria:

Para todo efeito há uma causa. No entanto, esta causa possui uma causa que é anterior. A causa anterior possui uma causa antecedente. A causa antecedente também possui uma causa. Desse modo, temos início a um regresso ao infinito que é vicioso<sup>59</sup>.

Nos trabalhos de Armstrong (1974; 1978) são aplicados dois tipos de regressões viciosas contra as teorias relacionais acima listadas: 1) regresso objetal 2) regresso relacional. Consideremos que as explicações em geral afirmam que o particular  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  ter a relação  $R$  com a entidade  $\Phi$ . A entidade  $\Phi$  diz respeito à entidade postulada para explicar a propriedade  $F$ : a Forma da *Fidade*, a classe  $F$ , o predicado ' $F$ ' e o conceito  $F$ . A relação  $R$  diz respeito à relação ontológica mais fundamental, ou seja, uma relação de participação, instanciação, pertencimento à uma classe, semelhança, satisfazer ou cair sob. O regresso de objeto pergunta pelo *status* do termo  $\Phi$ . E o regresso relacional pede por uma explicação da relação  $R$  (cf. ARMSTRONG, 1974, p.191; ARMSTRONG, 1978a, p.16; IMAGUIRE, 2018, p.53-54).

Os regressos utilizados por Armstrong são inspirados nos regressos formulados pelo filósofo britânico F. H. Bradley em *Appearance and Reality* (1916). Bradley, no segundo e terceiro capítulo dessa obra, acusa que qualquer teoria que busque explicar relações (como, por exemplo, entre o particular e suas propriedades) incorrerá em regresso ao infinito vicioso, pois a relação entre os *relata* (itens da relação) requer uma explicação, mas a explicação apresentada envolverá uma nova relação, que precisa ser explicada, e assim haverá regressão ao infinito.

Uma vez explicado como se dão as regressões ao infinito, mostraremos como Armstrong formula os argumentos de regresso contra as diversas teorias. Procuraremos mostrar como todas as teorias relacionais, Realistas ou Nominalistas, estão suscetíveis a esses argumentos. Armstrong, tendo em vista a superação dessas objeções, lançará mão dos chamados '*state of affairs*'. Procuraremos mostrar que a única teoria que não incorre em

---

<sup>59</sup> Apesar do argumento apresentado ser vicioso, estratégias foram desenvolvidas para interrompê-lo. Um exemplo é a segunda via de São Tomás de Aquino. Este argumento foi exposto em sua *Suma Teológica* (I, q. 2, a. 3.). A estratégia se dá do seguinte modo. O autor lança mão da noção aristotélica de causa primeira para justificar a necessidade da existência de um ser criador. No argumento é considerado que todo efeito tem uma causa. Se toda causa possui uma causa anterior, logo há regressão ao infinito. Para evitar tal regresso, se faz necessário afirmar que há o momento da criação, ou seja, uma causa primeira, um Criador de tudo que existe. Russell, em seu *Por que não sou cristão* [*Why I am not a cristian*] (2004, p.4), buscou atacar a ideia de que exista uma causa primeira. Segundo ele, se considerarmos que tudo possui uma causa, o Criador (aquilo que é considerado causa primeira) também foi causado por algo anterior. E como consequência, o regresso ao infinito vicioso continuaria existindo.

regressos, nem precisa formular entidades consideradas *ad hoc* para sair do problema, é a teoria não relacional do Nominalismo de Avestruz.

### 1.3.1 Regressos contra as teorias nominalistas subjetivistas

#### (a) Regresso ao Infinito Objetal

O regresso objetal, no caso do Nominalismo de Predicados, surge porque tal nominalista lançará mão de um *predicado-tipo* para explicar que diferentes objetos têm *predicados-espécimes* (*predicados-tokens*) deste mesmo *predicado-tipo*. Mas este *predicado-tipo* não pode permanecer como uma noção não analisada. Isto fará com que o defensor do Nominalismo de Predicado tenha que introduzir um novo *tipo* de ordem superior para explicar a relação anterior, e isto fará com que um regresso objetal se inicie (ARMSTRONG, 1978a, p.18-20). Seguiremos o exemplo de diferentes objetos serem brancos.

1. (fato a ser analisado) *a* (a folha de papel) é *F* (branca);

2. O nominalista de predicados defende que a brancura se dá pelo fato de certos objetos caírem sob o predicado ‘branco’: Ele pode dizer que as *instâncias* de branco (objetos particulares brancos) caem sob o *predicado-tipo* ‘branco’;

3. O nominalista de predicado terá que explicar a relação entre o *predicado-tipo* ‘branco’ e as suas *instâncias*, os *predicados-tokens* ‘branco’;

4. (conclusão) Os *predicados-tokens* caem sob o *predicado-tipo* ‘branco’. No entanto, para explicar a relação entre o *predicado-tipo* ‘branco’ e seus *tokens*, se faz necessário a introdução de um *predicado-tipo* de ordem superior. Temos assim o início de um regresso ao infinito. Se o nominalista de predicados pretende diminuir a ontologia apelando para *predicados-tipos*, tal solução é sempre um acréscimo de indivíduos ao invés de uma redução, já que eles são entidades linguísticas. Em resumo, o partidário do Nominalismo de Predicados, ao invés de diminuir os itens de sua ontologia, acaba por ampliá-los.

No entanto, o defensor desta modalidade de Nominalismo poderia se safar da regressão objetal dizendo que o *predicado-tipo* ‘branco’ é na realidade uma classe, portanto não uma entidade repetível tal como um *predicado-tipo*. Uma classe, apesar de conter vários objetos, é sempre um objeto particular. Dessa maneira, o regresso objetal estaria excluído (ARMSTRONG, 1978a, p.19-20). A afirmação de que um *predicado-tipo* é uma classe e não uma entidade (linguística) é uma mudança de filiação no meio do caminho, pois o *predicado-tipo* deixa de ser um objeto linguístico e passa a ser um objeto matemático: o

nominalista de predicado se converteria num nominalista de classe (ARMSTRONG, 1978a, p.19)<sup>60</sup>.

O mesmo regresso objetual surge contra o Nominalismo de Conceitos, uma vez que conceitos (entidades mentais) são similares aos predicados: a eles se aplicam às noções de *type* e *token*, de sorte que *conceitos-tipo* são repetíveis e possuem instâncias, os *conceitos-espécime*. Como reconhece o próprio Armstrong (1978a, p.41-42), o regresso objetual não se aplica ao Nominalismo de Classe, uma vez que uma classe não é algo repetível tal como um *predicado-tipo* ou conceito-tipo. A classe é um particular e não pode haver instância de um *token*, apenas de *types*. Diremos que os elementos de uma classe (como a dos elétrons) estão situados no espaço-tempo e a classe em questão é irrepitível (ARMSTRONG, 1989, p.10).

#### **(b) Regresso ao Infinito Relacional**

O nominalista de predicado defende que o objeto cai sob o predicado, logo há entre o objeto e o predicado uma relação de *cair sob*. Mas relações deste tipo são *tokens* da *relação-tipo cair sob* de ordem mais elevada. Esta nova relação dá origem a um regresso ao infinito, uma vez que toda relação requer uma explicação, e a introdução de um novo *type* para explicar a relação anterior também se relaciona com a relação anterior que esta busca explicar. Existe ainda o problema quanto ao fato do nominalista afirmar que só há particulares e o *predicado-tipo*, assim como qualquer *type*, não é um *particular*. O nominalista de predicados acaba ampliando sua ontologia e recorrendo aos objetos que busca rejeitar. Desse modo o Nominalismo de Predicados falha no seu empreendimento (ARMSTRONG, 1978a, p.20; ARMSTRONG, 1974, p.193-194).

Seguindo o caso de diferentes objetos serem brancos procuraremos exemplificar aquilo que dissemos acima acerca do predicado ‘branco’ ser atribuído a certos objetos.

1. (fato a ser analisado) *a* e *b* são *F*;
2. O nominalista de predicados afirma que entre o predicado ‘branco’ e os objetos que recebem este predicado há uma *relação de cair sob*;
3. Mas esta *relação de cair sob* é um *token* da *relação-tipo cair sob*;
4. (conclusão) Para explicar a relação entre o *token* e a relação-tipo um novo *type* será introduzido, o que dá início a um regresso ao infinito relacional.

---

<sup>60</sup> A mudança de filiação pode ser atribuída à atitude do Nominalista de Predicados enquanto um fato, mas a constatação desta mudança de filiação não pode ser usada como um argumento que refute o nominalista de predicados. Tal uso incorreria na falácia do *ad hominem circumstantial*.

Esse regresso de relação também se aplica aos conceitos. Pares de particulares e conceitos são *tokens* da *relação-tipo cair sob*, que requer análise. Disso se segue uma nova regressão ao infinito relacional (ARMSTRONG, 1978a, p.27). Vemos assim, a partir da aplicação de regressos ao infinito objetal e relacional, que a solução do Nominalismo de Predicado e de Conceito acabam sendo insatisfatórias, pois, ao tentar lançar mão de uma ontologia mais econômica acabam introduzindo mais entidades do que a doutrina rival, que é acusada de flertar com demasiadas entidades.

O regresso relacional surgiria ainda que os *predicados-tipos* fossem classes e não entidades linguísticas, pois haveria uma relação entre os elementos e sua respectiva classe. Haveria, pois, pares ordenados entre as classes e seus elementos e também essa relação precisaria ser explicada (ARMSTRONG, 1974, p.195, ARMSTRONG, 1978a, p.42). Trataremos desse caso de regresso relacional logo abaixo.

### 1.3.2. Regressos contra as teorias nominalistas objetivistas

O regresso objetal não se aplica aos nominalismos objetivistas, mas o regresso relacional é um problema para essas teorias. Por um lado, além dos indivíduos comumente aceitos, o nominalista de classe e o merológico apelam a classes e agregados, e estes têm certa vantagem em relação aos conceitos e predicados, pois independem da classificação humana e são entidades irrepetíveis (ARMSTRONG, 1978a, p.42). Também são, portanto, particulares.

Por outro lado, o Nominalismo de Classes cai no problema do regresso relacional. Isso ocorre devido ao fato de que propriedades são explicadas por meio do pertencimento à uma classe. A relação em questão é a de pertencimento. O caso a seguir exemplifica o regresso em questão:

1. (fato a ser analisado)  $a$  é  $F$ ;
2.  $a$  é  $F$  é analisado em termos de pertencimento:  $a$  é membro da classe dos  $Fs$ ;
3. ‘Ser um membro de’ deve ser analisado, uma vez que isto é uma relação, um par ordenado entre o particular  $a$  e a classe dos  $Fs$  que precisa ser analisado;
4. (conclusão) Este par ordenado  $\langle a, F \rangle$  é membro da classe de todos os pares ordenados da relação de pertencimento de classe. Ressurge uma *noção-tipo* ‘ser um membro de’ que não foi analisada. E isto gera um regresso ao infinito.

O mesmo problema surge com a relação *fazer parte de* que se aplica a um objeto  $F$  e o agregado de  $Fs$ , afinal esse objeto  $F$  faz parte dos agregados de  $Fs$ .

Além disso, o Nominalismo de Semelhanças enfrenta o mesmo problema. Esse nominalismo consegue evitar o regresso objetal, afinal ele não apela a particulares que não os

comuns. A peculiaridade de sua teoria está precisamente em postular uma nova relação, não um novo tipo de particular. Consideremos o seguinte tratamento no caso de um particular  $a$  (neve) ser  $F$  (ser da cor branca):

- 1.(fato a ser analisado)  $a$  é  $F$  ;
2.  $a$  é  $F$  é explicado pelo fato de  $a$  ter semelhança com os objetos paradigmas de  $F$ ;
3. Mas como se explica que os paradigmas de  $F$  são  $Fs$ ?
4. (conclusão) O Nominalista, ao tentar explicar este caso (e outros similares), acabaria caindo num regresso ao infinito.

Este regresso pode ser bloqueado da seguinte maneira. Pensemos o caso de um dos paradigmas de  $F$  ser  $g$ :

1. O nominalista incorreria em erro caso considerasse que objeto  $g$  é  $F$  em virtude de sua semelhança consigo mesmo ( $g=g$ ). Tendo este problema em vista, o Nominalista em questão analisará o caso afirmando que  $g$  é  $F$  em virtude de  $g$  se assemelhar a outros paradigmas de  $F$ ;

2. (conclusão) Com esta análise o nominalista de semelhanças consegue impedir que o regresso objetual seja vicioso, pois ele pode afirmar que qualquer que seja o paradigma  $x$  de  $F$ , este poderá ser analisado do seguinte modo:  $x$  é  $F$  é analisado através da semelhança de  $x$  com os paradigmas da classe dos  $Fs$  exceto com  $x$  (ALENCAR, 2017, p.337).

O problema desta solução, de acordo com David Armstrong é que um certo objeto  $a$  seria  $F$  por se assemelhar a certos paradigmas, enquanto que o objeto  $b$  seria  $F$  em virtude de outros paradigmas. Mas o próprio Armstrong afirma que isso não seria um grande impasse para o nominalista, pois o metro padrão [*standard*] possui um metro de comprimento, mas não no mesmo sentido de outras coisas com um metro (ARMSTRONG, 1978, p.54)<sup>61</sup>.

Quanto ao regresso relacional, porém, as dificuldades são maiores. Russell, em *Problemas da Filosofia* (1972), apresentou um argumento de regresso contra o Nominalismo de Semelhança. Este argumento ficou conhecido pelos intérpretes como ‘o regresso de Russell’ (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2001, p.398; RODRIGUEZ-PEREYRA, 2004, p.644). Neste argumento o filósofo britânico afirma que mesmo que o Nominalista de Semelhanças tente excluir a menção aos universais, ele se compromete implicitamente com um universal de *semelhança* (GARRET, 2008, p.58). No vocabulário de Russell (RUSSELL, 1972, p.109):

---

<sup>61</sup> Alencar considera esta analogia problemática. Apesar dela servir para explicar como certos conceitos são estabelecidos, ela falha por considerar que a escolha do paradigma se dá de forma arbitrária. Os paradigmas afirmados por Price são objetivos e não convencionais (cf. ALENCAR, 2017, p. 337).

Se quisermos evitar universais como a brancura e a triangularidade, devemos escolher uma determinada mancha de cor branca ou um determinado triângulo, e dizer que algo branco ou um triângulo quando tem a espécie exata de semelhança com os particulares que escolhemos. Mas, então, a semelhança requerida terá que ser um universal. Dado que existem muitas coisas brancas, a semelhança deve estar entre muitos pares de coisas brancas particulares; e esta é a característica de um universal. É inútil dizer que existe uma semelhança diferente para cada par, pois então deveríamos dizer que estas semelhanças se assemelham entre si, e assim nos veríamos forçados, no final, a admitir a semelhança como um universal. Portanto, a relação de semelhança deve ser um verdadeiro universal. E tendo sido forçados a admitir este universal, descobriremos que é inútil continuar inventando teorias difíceis e implausíveis para evitar a admissão de universais como a brancura e a triangularidade.

Apesar do fato de Armstrong considerar este argumento sólido [*sound*] (ARMSTRONG, 1978, p. 55), defensores do Nominalismo de Semelhança afirmam que este regresso não se segue (CARGILE, 2007, p.555-557; PRICE, 1998, p. 23-26). A resposta dada pelo nominalista contra o regresso de Russell é que a relação de semelhança não pode ser considerada um universal. As relações de semelhança são constituídas por pares de particulares, e pares de particulares não se assemelham de forma exata (ALENCAR, 2017, p.338). Há também o fato de que a semelhança de um certo par é um particular e não um universal. Mas, a partir desta solução, teríamos um regresso ao infinito, pois as diferentes relações de semelhanças teriam em comum o fato de serem semelhantes. Dado que esta semelhança de segunda ordem é um particular que se assemelha aos outros casos, então, para explicá-la seria necessária uma semelhança de terceira ordem. Temos assim um regresso ao infinito.

### **1.3.3. Regressos contra as teorias realistas**

#### **a) Realismo Transcendente de Platão**

Além dos regressos contra os Nominalismos (tanto subjetivistas quanto objetivistas), Armstrong apresenta regressões contra o Realismo Transcendente de Platão e um regresso contra as soluções realistas imanentistas. Nos estudos de Platão é famoso o argumento do Terceiro Homem (FINE, 1980; FINE, 2004, Cap. 15; VLASTOS, 1954). O Terceiro Homem é considerado o primeiro argumento de regresso ao infinito da história da filosofia ocidental. Os regressos posteriores, inclusive os de Bradley, são inspirados no terceiro Homem (PEROVIC, 2017, p.2). Este foi formulado para atacar a própria teoria de Platão numa espécie de autocrítica. Sua primeira aparição ocorre no diálogo platônico *Parmênides* (130a - 133b) e também podemos encontrar o mesmo tipo de argumento na *Metafísica* (990b17) de

Aristóteles. Apesar do regresso em questão ter surgido com Platão, o nome ‘terceiro Homem’ é atribuído a Aristóteles. O exemplo utilizado por Platão no *Parmênides* não é em termos de ‘Humanidade’, mas de ‘Grandeza’.

O argumento do terceiro Homem costuma ser apresentado do seguinte modo: Particulares que possuem algo em comum – o mesmo predicado – estão numa relação ( $R_1$ ). Esta relação é explicada pela sua Forma (Forma 1) ou universal transcendente; diremos que particulares e a sua Forma constituem um novo *Um em Muitos*, temos assim uma nova relação ( $R_2$ ) que precisa ser explicada. Uma nova Forma 2 (Forma de nível superior) é requerida para explicar esta segunda relação. A introdução desta segunda Forma faz com que surja um novo *Um sobre Muitos* (segunda relação) que precisa ser explicado. Temos então o surgimento de um regresso ao infinito vicioso. O seguinte exemplo procurará ilustrar o regresso do terceiro Homem de que falamos acima.

1. (fato a ser analisado) Os homens particulares têm algo em comum: recebem o mesmo predicado ‘homem’. Diremos que há uma relação entre eles ( $R_1$ );

2. A explicação do partidário da teoria das formas para o fato destes indivíduos receberem o predicado ‘homem’ seria dizer que estes indivíduos são instâncias da Forma Homem 1;

3. Mas a própria Forma Homem 1 é também um homem (é um exemplar paradigmático autopredicável que os outros homens copiam). Temos assim uma segunda relação entre os particulares e sua Forma ( $R_2$ ) e, para explicar tal fato há necessidade de introduzirmos a Forma Homem 2;

4. (conclusão) A introdução desta nova Forma Homem 2 faz com que surja um novo *Um sobre Muitos*, uma nova relação ( $R_3$ ) que precisa ser explicada a partir da postulação da Forma Homem 3. Temos então o surgimento de um regresso ao infinito vicioso.

O argumento do terceiro Homem depende, como vimos na premissa 3, da autopredicação das Formas (a Forma Homem também é homem). Podemos inferir que o argumento não funcionará se a Forma não for autopredicável. Se a Forma Homem não for um homem tal como os particulares sensíveis que ela explica, o regresso vicioso não funcionará (ARMSTRONG, 1978a, p.71).

Armstrong diz, contra a autopredicação das Formas, que podemos considerar que todo objeto vermelho é colorido (afinal possui uma cor) (ARMSTRONG, 1978a, p.71; BRANQUINHO & IMAGUIRE, 2013, p.8). A vermelhidão é uma cor, mas não há razão para

dizemos que a vermelhidão é colorida, apesar dela ser uma cor. Contra a hipótese da Forma Homem ser homem, pode ser dito que:

1. (fato a ser analisado) Todo homem é humano;
2. Mas não há razão para afirmarmos que a propriedade *humanidade* é um homem;
3. (conclusão) Desse modo, a Forma Homem não é homem.

Tendo em vista que o clássico regresso vicioso do terceiro Homem não funciona, se considerarmos que a Forma não é autopredicável, Armstrong busca reformular este argumento para que ele funcione contra o Realismo Platônico. Ele chama a nova versão do argumento de ‘terceiro Homem restrito’:

1. Cada Forma é *per se* (tem seu ser próprio).
2. Porém, elas possuem algo em comum: são *tokens* de um único *type*. Todas as Formas têm em comum o fato de serem Formas; todas elas têm a propriedade de ser Forma...
3. Podemos postular que há uma Forma de ordem superior que todas as Formas caem sob: a Formidade. A Formidade é uma Forma que explica o fato de todas as Ideias serem como tal.
4. (conclusão) Mas as Formas de primeira ordem juntamente com a Formidade constituem uma coleção com membros que têm algo em comum, serem Formas. Podemos dizer então que esta nova relação entre a Formidade e seus *tokens* só será explicada pela Formidade de ordem superior (Formidade 2). Temos assim o início de um regresso ao infinito vicioso.

Analisando, portanto, o Realismo Transcendente de Platão, observamos que essa teoria, mesmo sendo uma teoria relacional, não cai no regresso objetal propriamente dito. Se considerarmos uma Forma como irrepetível, tal como aparece na *República* (597), o regresso de objeto não ocorre. Segundo a passagem, só pode haver uma Forma de cama, pois caso existisse duas, uma terceira cama apareceria para além das duas primeiras. Armstrong entende que este argumento indica a unicidade da Forma. As Formas teriam, como as classes, a característica de não serem entidades repetíveis. Desse modo, se a Forma não é repetível, um *token*, ela é um particular metafísico. No entanto, se ela é tomada como um particular (particular metafísico), a teoria das Formas está em consonância com o Nominalismo. Ela seria um Nominalismo de entidades transcendentais e não um Realismo Transcendente<sup>62</sup>. Assim, a teoria das Formas apenas cai em uma versão similar ao regresso objetal,

---

<sup>62</sup> Imaguire (2018, p.14) também fala que se as Formas são particulares abstratos (entidades irrepetíveis), então a teoria de Platão se enquadraria numa espécie de Nominalismo Transcendente. Tal interpretação seria o caso se tomarmos a visão tradicional do Nominalismo enquanto a teoria que só aceita particulares em sua ontologia.

representada pelo Terceiro Homem Restrito, que não lança mão dos diversos *tipos* ordinariamente empregados, mas do *tipo Forma*.

Por outro lado, o Realismo Transcendente de Platão não se safa do regresso relacional, o que é esperado de uma teoria que se comporta como um nominalismo. Há na teoria uma relação entre os particulares sensíveis e as Formas, as entidades irrepetíveis postuladas, qual seja, a de participação. O argumento vicioso que se aplica a teoria é, então, o seguinte:

1. (fato a ser analisado) Particulares participam de uma certa Forma. Entre os particulares e sua respectiva Forma há uma relação de participação que possui certos *tokens*.

2. Tal relação é explicada pela Forma de Participação: tanto o particular quanto a Forma de primeira ordem constituem um par ordenado.

3. O problema persiste, pois há uma relação de segunda ordem que requer explicação.

4. (conclusão) Uma Participação de terceira ordem (Participação 2) se faz necessária e assim temos o início de um regresso ao infinito.

#### **b) Realismos Imanentistas**

Uma forma de regresso relacional, similar àquela empregada contra os Nominalismos, também pode ser empregada contra o Realismo formulado por Aristóteles e contra outras versões Imanentistas de Realismo (Realismo de Feixes e o Realismo não Substancialista). É sabido que estas versões afirmam que os universais são instanciados nos particulares. Pode ser dito que o particular *a* e *b* são *F*. Tanto *a* quanto *b* são capazes de instanciar o universal *F*. Mas se ambos têm a capacidade de instanciar o universal, eles instanciam a *instanciação* universal. Temos assim o seguinte regresso relacional (ARMSTRONG, 1978a, p. 106-107; GARRET, 2008, p. 54-55):

1. (fato a ser analisado) *a* é *F*

2. *a* é instanciação do universal *F*.

3. *a* por ser instância de *F* é também copartícipe da *instanciação universal (I)*; *a* também é instância da *instanciação universal*.

4. (conclusão) A *instanciação universal (I'')* é o que explica as diferentes instâncias da *instanciação universal (I)*. Temos o início de um regresso.

É sabido que a solução que Armstrong adota é um tipo de realismo imanente: o Realismo Imanente não Substancialista. No entanto, mesmo que sua teoria não se comprometa com substâncias, ela poderá incorrer no regresso ao aceitar que o particular *a* está em relação com a propriedade *F*. Para evitar esse problema, o filósofo realista adota a estratégia de afirmar que a relação entre o particular e o universal é apenas formal, que essa

relação ocorre apenas abstratamente. Na sua perspectiva, essa estratégia não implica compromisso ontológico, é apenas almoço grátis ontológico<sup>63</sup> (ARMSTRONG, 1997, p.12). Do ponto de vista ontológico, a separação entre particular e universal não ocorre.

Essa estratégia de Armstrong merece mais explicações. Analisemos o fato de a maçã ser vermelha, '*Fa*'. Considerando a fórmula '*Fa*', podemos inferir que ' $\exists x(Fx)$ ', mas também podemos inferir que existe uma propriedade que *a* possui, ou seja, ' $\exists P(Pa)$ '. O simbolismo da primeira inferência pode nos levar ao erro de que pode existir um particular separado de suas propriedades e também de que há propriedades não instanciadas, separadas do particular. Partindo, pois, de '*Fa*', chegamos a '*F\_\_*' e '*\_\_a*' (ARMSTRONG, 1978a, p.110). Se a relação entre o particular *a* e a propriedade *F* ocorrer no plano ontológico, o regresso ao infinito é inevitável. Buscando superar esse problema, o realista contemporâneo adota uma estratégia que se aproxima daquela do filósofo medieval Duns Scotto, que afirmava que tanto o particular quanto o universal são inseparáveis. O particular e seus universais formam um *state of affairs*, e a separação que fazemos entre eles é apenas uma operação formal, uma análise do fato em questão.

Antes de prosseguirmos nossa exposição da solução armstronguiana, precisamos esclarecer este conceito tão caro à sua teoria. Tal terminologia mostra que Armstrong é partidário da tese do *atomismo lógico* defendido por Russell e Wittgenstein. Esta noção foi abordada pelo filósofo australiano nos Capítulos 8 e 11 de *Nominalism and Realism* (1978a) e recebe um tratamento mais aprofundado no livro *A World of States of Affairs* (1997).

Tal termo corresponde ao de “fato atômico” utilizado por Russell. Tanto Armstrong quanto Russell, quando defendem o *atomismo lógico*, se baseiam nas teses do *Tractatus* de Wittgenstein (2001). Na proposição 1.1 do *Tractatus* é dito que “O mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas” e na proposição 2. “O que acontece, o fato, é a existência de *state of affairs*”. Segue-se que a palavra alemã que corresponde à palavra portuguesa “fato” é '*Tatsache*' e, '*state of affairs*' é a tradução de “*Sachverhalten*”. Russell, em sua tradução para o inglês do *Tractatus*, traduziu '*Sachverhalten*' por '*atomic facts*'. Na outra edição para o inglês, que recebeu a curadoria de Pears-McGuinness (edição que foi a utilizada por Armstrong), a palavra '*Sachverhalten*' é traduzida por '*state of affairs*' (cf. D'ATRI, 2012, p. XVI).

---

<sup>63</sup> O conceito de ‘almoço grátis ontológico’ aparece no texto *A world of state of affairs* (1997). Armstrong quer com este termo descrever que entidades supervenientes não são compromissos ontológicos adicionais. Segundo esta perspectiva, o compromisso deverá ser apenas com entidades subvenientes (cf. ARMSTRONG, 1997, p.12; SCHAFFER, 2009, p.353; SCHAFFER, 2015).

Um *state of affairs* (ou *fato atômico*), segundo Armstrong, tem como menor unidade um particular instanciando um universal e um universal sendo instanciado por um particular. *state of affairs* serão sempre fatos que ocorrem no espaço e no tempo. Uma vez que *state of affairs* são compostos de particulares instanciando universais, não pode haver universais não instanciados nem particulares sem propriedades [*bare particulars*]. Os únicos particulares que podem existir de fato são os *particulares complexos* [*thick particulars*]. Particulares desprovidos de universais (*particulares simples*) [*bare particulars*] só existem do ponto de vista formal. Do ponto de vista ontológico, na realidade espaçotemporal, eles são sempre particulares e complexos. Armstrong (1978a, p.113) afirma que sua teoria, ao defender tais características dos particulares e universais, obedece os seguintes princípios:

(1) Princípio da Instanciação:

Para cada universal  $N$ -ádico,  $U$ , Há pelo menos  $N$  particulares que são  $U$ .

(2) Princípio da rejeição dos particulares

Para cada particular,  $x$ , existe pelo menos um universal,  $U$ , tal que  $x$  é  $U$ .

Apesar de sua engenhosidade, esta saída é passível de críticas. Seus detratores argumentam que as entidades supervenientes na ontologia de Armstrong, como particulares e universais, não são almoço grátis ontológico (DEROSSET, 2013). Armstrong terá, segundo seus opositores, que pagar o preço ontológico tanto pelo que é subveniente (*state of affairs*), bem como pelas entidades supervenientes. Uma vez que uma entidade é mencionada, há o preço ontológico a pagar por ela. Se for este o caso, o preço a pagar será ainda maior, pois, além do acréscimo ontológico, haverá regressões ao infinito viciosas.

Outra crítica que pode ser aplicada contra a solução armstronguiana diz respeito à dependência mental de particulares e universais. Segundo a perspectiva realista e naturalista armstronguiana, apenas fatos atômicos (*states of affairs*) existem. Particulares e universais seriam abstrações. Mas, se particulares e universais são apenas abstrações, tais entidades são dependentes da mente (MUMFORD, 2007, p.104). Poderíamos fazer esta abstração em termos apenas de particulares? Qual o motivo da abstração ser em termos de particulares e universais?

Além da crítica da dependência mental, há o problema da continuidade de eventos no espaço e no tempo. Armstrong só afirma que *state of affairs* ocorrem de maneira pontual no espaço e no tempo. E quanto aos fatos que se estendem no espaço e no tempo? A teoria parece ter dificuldades quando lida com fatos contínuos como ‘estar em expansão’ ou ‘aquele objeto está caindo’ (NUNES FILHO, 2020, p.94). Atrelado a este problema, há ainda o fato da teoria

tomar de forma indiscriminada a noção de ‘espaço-tempo’, sem dar uma definição precisa do que ela seja (NUNES FILHO, 2020, p.94; KRAUSE, 2017, p.188).

Há, ainda, o problema de que os *state of affairs* seriam entidades *ad hoc*, entidades postuladas apenas com a finalidade de resolver o problema dos regressos (cf. ALENCAR, 2015, p.38-39, 134-136)<sup>64</sup>. Poderíamos dizer que particulares concretos são entidades não supostas, enquanto que *state of affairs* são postulações que tem por finalidade resolver problemas. Uma questão que poderia ser feita a Armstrong é se ele postularia tais entidades caso não houvesse o problema da regressão ao infinito.

#### 1.4. CONCLUSÃO

Consideramos até aqui todas as soluções relacionais (Nominalismo, Realismo e Tropos) e seus respectivos problemas. Também tratamos dos regressos ao infinito em que elas incorrem e as possíveis soluções para tais regressões. A única saída não relacional, a do Nominalismo de Avestruz, apesar de ter sido considerada por Armstrong como insatisfatória, é a única saída que não precisa fornecer explicações acerca dos regressos. Ela toma como fundamental *a é F* e não a explicação acerca deste fato (em virtude de que *a é F*). Enquanto todas as outras explicações tomam como mais fundamental ‘*a é F* em virtude de ...’, a solução quineana considera mais fundamental ‘*a é F*’ e desconsidera que este fato ocorra em virtude de algo anterior. Outro ponto que deve ser salientado é que a abordagem feita por Quine (1963a) é em termos de compromisso ontológico de uma teoria.

Apesar dos ferrenhos ataques de Armstrong à vertente do Nominalismo fundada por Quine em *Sobre o que há*, podemos elencar filósofos que a consideram como uma solução plausível. Um deles é o filósofo australiano Michael Devitt. Devitt, dois anos após a publicação dos dois volumes de *Universals*, publica o artigo “*Nominalismo de Avestruz*” ou “*Realismo de Miragem*” (1980) [“*Ostrich Nominalism*” or “*Mirage Realism*”], defendendo o Nominalismo Quineano e atacando a abordagem realista de David Armstrong. Armstrong respondeu o artigo de seu colega em *Contra o Nominalismo de Avestruz* (1980) [“*Against Ostrich Nominalism*”]. O Capítulo 2 desta dissertação é dedicado a apresentar os argumentos favoráveis e contrários ao Nominalismo iniciado por Quine. Para cumprir com este propósito iremos expor o clássico texto *Sobre o que há* de Quine assim como a contenda entre Armstrong (1980) e Devitt (1980).

---

<sup>64</sup> Sobre entidades *ad hoc* conferir a Seção 3.2 desta dissertação.



## CAPÍTULO 2: NOMINALISMO DE AVESTRUZ: A TEORIA QUE DESCONSIDERA A FORÇA DO *UM EM MUITOS*

### 2.1. QUINE E O CRITÉRIO DE COMPROMISSO ONTOLÓGICO

A tradição de tomar o problema dos universais segundo o *Um em Muitos* é criticada por Quine em seu *Sobre o que há* [*On what there is*] (1948). Neste seminal artigo o filósofo estadunidense defende que o problema dos universais pode ser resolvido ignorando o problema do *Um em Muitos*, em outros termos, Quine diz que é melhor ignorarmos o fato de que *um é muitos* e o tomarmos como algo primitivo, básico e fundamental, algo que não deve ser explicado recorrendo a algo que seja anterior ao próprio particular (MELO, 2013, p.17). Em suas palavras (QUINE, 1963a, p.10):

Uma pessoa pode admitir que há casas vermelhas, rosas e pores do sol, mas rejeitará, exceto como uma maneira popular, que eles tenham algo em comum. As palavras 'casas', 'rosas' e 'pores-do-sol' são verdadeiras de diversas entidades individuais que são casas e rosas e pores-do-sol, e a palavra 'vermelho' ou 'objeto vermelho' é verdadeira para diversas entidades individuais que são casas vermelhas, rosas vermelhas, pores do sol vermelhos, mas não há, além disso, entidade alguma, individual ou de outro tipo, que possa ser nomeada pela palavra 'vermelhidão' (*redness*), nem, pelo mesmo motivo, pela palavra 'casidade' (*househood*), 'rosidade' (*rosehood*), 'por-do-solidade' (*sunsethood*). [...] Que casas, rosas e pores-do-sol são todos vermelhos, pode ser tomado como algo último e irreduzível, e poderá ser sustentado que McX não está em melhor posição, no que diz respeito ao poder de explicação, por todas as entidades que ele postula sob nomes como 'vermelhidão'<sup>65</sup>.

Esta passagem nos mostra que Quine busca traduzir proposições contendo casos em que há menção a universais, como é o caso da *vermelhidão*. De modo esquemático, ele dirá que a proposição (1) a seguir é um modo resumido e coloquial de afirmar (2), (3) e (4):

- (1) *a* [casa], *b* [rosa] e *c* [pôr-do-sol] são *F* [vermelhos].
- (2) *a* é *F*.
- (3) *b* é *F*.
- (4) *c* é *F*.

---

<sup>65</sup> No original : “One may admit that there are red houses, roses, and sunsets, but deny, except as a popular anything and misleading manner of speaking, that they have in common. The words houses, roses, and sunsets are true of sundry individual entities which are houses and roses and sunsets, and the word red or red object is true of each of sundry individual entities which are red houses, red roses, red sunsets; but there is not, in addition, any entity whatever, individual or otherwise, which is named by the word redness, nor, for that matter, by the word household, rose hood, sunsethood [...] That the houses and roses and sunsets are all of them red may be taken as ultimate and irreducible, and it may be held that McX is no better off, in point of real explanatory power, for all the occult entities which he posits under such names as ‘redness’.”. Ver também: (QUINE, 1990, p. 30).

Como procuraremos mostrar adiante, Quine baseia a sua afirmação no seu critério de compromisso ontológico. Com este critério é possível afirmar predicados, como ‘vermelho’, sem que isso nos comprometa com alguma propriedade, como a vermelhidão, que seja referência de tal predicado. Nas linhas a seguir procuraremos abordar o critério de compromisso ontológico de Quine.

No artigo são defendidas três teses acerca de como podemos expressar nossos compromissos através do critério de compromisso ontológico:

- 1) Podemos falar de termos dotados de significado, como é o caso de ‘Pégaso’, sem que isso nos comprometa com uma entidade nomeada pelo termo;
- 2) Termos gerais (como predicados) podem ser utilizados sem que isso implique a existência de uma entidade;
- 3) Significados não são entes abstratos; (3.1) significados são redutíveis ao comportamento dos falantes.

O critério de compromisso ontológico diz que uma teoria ou discurso deve deixar claro quais entidades pressupomos. Quando falamos de ‘Pégaso’, bem como da ‘vermelhidão’, não nos comprometemos com a existência de Pégaso ou da vermelhidão. Mas quando nossas asserções são construídas em termos de variáveis ligadas, nosso compromisso ontológico é explicitado; é assim que nós falamos de modo explícito com quais entes nós nos comprometemos. Quando dizemos – em termos de variáveis ligadas – que há algo que casas, pores do sol e rosas têm em comum, então nos comprometemos com tal entidade. Supor que algo existe é afirmá-lo em termos de uma variável ligada. Quine considera que, tal como na gramática, onde os pronomes são os meios mais básicos para referir, as variáveis quantificacionais *todo*, *algum*, *nenhum* são termos que perpassam a nossa ontologia. Qualquer que seja nossa ontologia, ela deve ser expressa por este vocabulário. Daí a famosa afirmação de Quine: “Ser é ser o valor de uma variável ligada” (QUINE, 1963a, p.15)<sup>66</sup>.

Procuraremos explicitar adiante o critério de compromisso ontológico de Quine. Segundo ele, a teoria deve dizer porque se compromete com tais entidades. Pensemos a respeito da seguinte sentença:

(5) Pelé é jogador de futebol.

Se (5) é verdadeira, então podemos afirmar que é verdadeiro que existe pelo menos um jogador de futebol. Dito de outra maneira, sendo  $F$  = “jogador de futebol” e  $p$  = “Pelé”,

---

<sup>66</sup> No original: “To be is to be the value of a variable”.

$Fp \rightarrow \exists xFx$ . Como (5) é verdadeira, por *modus ponens* podemos dizer que há pelo menos um jogador de futebol.

Porém, devemos ter em mente que afirmar que existe pelo menos um jogador de futebol não é o mesmo que dizer que Pelé existe e que ele é jogador de futebol. Se tomamos  $Fp$  como verdadeira, então há um compromisso com a existência de uma entidade que pode ser apontada como pertencendo ao grupo dos jogadores de futebol. Para além disso, se notarmos o papel dos nomes próprios, tal como 'Pelé', perceberemos que, ao proferir tal nome, comprometemo-nos com a existência de um indivíduo nomeado por 'Pelé'. Em outras palavras, dizer o nome 'Pelé' significa que ele se refere ao famoso jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento.

Quando alguém afirma 'Pelé é jogador de futebol', está comprometido com pelo menos um objeto do discurso que é jogador de futebol. Mas notamos que em tal frase não há só nome próprio, existe também a propriedade expressa por 'é jogador de futebol'. Quine chama os predicados, como "jogador de futebol", de expressões *sincategoremáticas*<sup>67</sup>. Quine (1966a, p.64-70), em seu artigo de 1939, *A logistical approach to the Ontological Problem*, sustentou que predicados são sincategoremas. No seu vocabulário:

O que significa perguntar, por exemplo, que tipo de coisa é uma entidade como a redondeza? Note que nós podemos utilizar a palavra 'redondeza' sem reconhecer qualquer entidade deste tipo. Nós podemos reconhecer que a palavra é *sincategoremática*, tal como preposições, conjunções, artigos, vírgulas, etc.: embora ela ocorra como uma parte essencial de várias sentenças dotadas de significado, elas não são *nomes* de nada. Questionar que tipo de entidade é a redondeza, isso não é perguntar sobre o significado de 'redondeza'; diferentemente disso, equivale a perguntar se essa palavra é um nome ou uma expressão sincategoremática<sup>68</sup>.

Estas são os não nomes. A questão que podemos fazer, e que é pertinente para nosso trabalho, é se propriedades possuem existência tal como os indivíduos. Esta pergunta nos aproxima da questão acerca dos universais. Os universais existem? E, se existem, como existem (qual a sua natureza)? Não é por acaso que o tema dos universais (também chamado de querela dos universais) recebe contemporaneamente o nome de "ontologia das

---

<sup>67</sup> Sobre os sincategoremas na teoria de Quine, ver também: (DURANTE, 2014, p.2; KRAUSE, 2017, p.79; ORENSTEIN, 2002, p.24-33).

<sup>68</sup> No original: "What does it mean to ask, e.g., whether there is such an entity as roundness? Note that we can use the word 'roundness' without acknowledging any such entity. We can maintain that the word is *sincategorematic*, like prepositions, conjunctions, articles, comas, etc.: that though it occurs as an essential part of various meaningful sentences it is not a *name* of anything. To ask whether there is such an entity as roundness is thus not to question the meaningfulness of 'roundness'; it amounts rather to asking whether this word is a name or a sincategorematic expression." (QUINE, 1966a, p.64, itálico do autor).

propriedades”. A questão que podemos fazer é se as propriedades como "brancura", "quadratura", "circularidade" existem ou não.

Quine responderá esta questão dizendo que o critério de compromisso permite, como no exemplo anterior, afirmar que ‘Algum jogador de futebol existe.’ ou que ‘Alguns cães são brancos.’, sem que isso nos comprometa com entidades universais como a *brancura* ou a *caninidade*. Quando afirmamos ‘Há cães brancos.’, queremos dizer que existem alguns indivíduos que são cães e são brancos e que estes ocupam o lugar de uma variável ligada. Desse modo, podemos usar certos predicados como ‘cão’ sem que isso nos comprometa com a *canidade*.

No entanto, o próprio Quine admite dificuldades em seu critério de compromisso ontológico quando este é aplicado no tratamento de espécies biológicas. Tal dificuldade se dá quando dizemos que certas espécies zoológicas são cruzáveis entre si, pois estamos nos comprometendo com espécies zoológicas. No entanto o próprio autor de *Sobre o que há* diz que este problema poderá ser superado e poderemos proferir este enunciado de modo a mostrar que o compromisso com universais era apenas aparente<sup>69</sup>.

## 2.2. ARMSTRONG (1978) E A REJEIÇÃO DO NOMINALISMO QUINEANO

O Nominalismo Quineano, apesar de sua grande repercussão, não foi considerado como solução definitiva para o problema dos universais. O filósofo australiano David Malet Armstrong discorda da rejeição quineana quanto à força do argumento do *Um sobre Muitos*. Tal problema foi considerado pelo opositor de Quine, nos dois volumes de 1978, *Nominalism and Realism: Universals and Scientific Realism* e *A theory of Universals*, como a melhor formulação do problema dos universais (ARMSTRONG, 1978a, p.XIII). Para ele, diferentemente de Quine, o tradicional problema do *Um em Muitos* é algo que merece ser respondido. Segundo Armstrong, há aqueles filósofos (realistas e também nominalistas) que consideram o problema em questão genuíno. Cada representante dessas teorias que estão na disputa da melhor explicação para o problema busca elucidar, a seu modo, o *Um em Muitos*; ou, no vocabulário de Armstrong, como que vários *tokens* são do mesmo *type*.

---

<sup>69</sup> Podemos dizer que o compromisso com espécies biológicas pode ser mantido sem que isso implique compromisso com universais. Bastaria tomarmos espécies como agregados. Agregados não são universais, mas particulares. Desse modo, poderíamos afirmar que uma espécie biológica como *Canis lupus* é um agregado ou uma população de indivíduos e isto não nos comprometeria com universais. Tanto o agregado quanto seus indivíduos são particulares.

Para Armstrong a constatação de que vários *particulares (tokens)* são de mesmo *tipo (type)* é um *fato bruto [gross fact]* ou *fato mooreano [moorean fact]* (ARMSTRONG, 1978a, p.11). Segundo esta perspectiva, tais fatos não são objetos de disputa. As disputas ocorrem quanto às explicações acerca destes fatos. Várias teorias disputarão entre si qual possui a melhor explicação para fatos de que vários *tokens* são de mesmo *type (Um em Muitos)*. Aquele que, tal como Quine, rejeita explicar tais fatos será tido como nominalista de avestruz<sup>70</sup>.

O nome ‘nominalista de avestruz’ foi cunhado por David Armstrong; foi usado inicialmente em *Universals and Scientific Realism* (1978) e posteriormente no artigo *Against Ostrich Nominalism* (1980). Segundo o autor, há aqueles nominalistas que, mesmo se recusando a afirmar a existência de universais, assumem que o problema do *Um em Muitos* é um problema genuíno que merece ser enfrentado. No entanto, diz ele, há o:

[...] Nominalismo de Avestruz ou de Capa e Espada. Tenho em mente aqueles filósofos os quais se recusam a assumir universais, mas que ao mesmo tempo não veem necessidade de fornecer uma análise redutiva [...]. Não há universais, mas a proposição *a é F* está perfeitamente bem tal como está. A negação de Quine de tomar os predicados com alguma seriedade ontológica sugere que ele é um Nominalista deste tipo. O que este tipo de Nominalista faz é recusar a dar qualquer explicação da distinção *type* e *token*, e, em particular, qualquer explicação dos *tipos*. Mas tal Nominalista, como qualquer outro, fará *uso* da distinção. *Prima facie* isto está em desacordo com o Nominalismo. Ele nos deve uma explicação desta distinção. Esta é uma questão obrigatória a qual estamos investigando<sup>71</sup>.

Aquele que se nega a responder o problema do *Um sobre muitos* é considerado nominalista de avestruz, pois, tal como o avestruz que enterra a cabeça na areia para fugir de um problema real (DEVITT, 1980, p. 434), prefere se negar a ver o problema ao invés de solucioná-lo.

No entanto, seguidores de Quine, como é o caso do filósofo australiano Michael Devitt, não consideraram esta designação pejorativa como sendo aplicável ao Nominalismo Quineano. Este, em seu artigo ‘*Ostrich Nominalism*’ or ‘*Mirage Realism*’? (1980), procurou

---

<sup>70</sup> Esta é a versão mais radical do Nominalismo, pois rejeita explicar o *um sobre muitos* (ARMSTRONG, 1978a, p.16). As críticas mais extensas de Armstrong ao Nominalismo de Avestruz estão no seu artigo *Against Ostrich Nominalism: A Reply to Michael Devitt* (1980) posterior a publicação do projeto *Nominalism and Realism* (1978).

<sup>71</sup> No original: “[...] Ostrich or cloak-and-dagger Nominalism I have in mind those philosophers who refuse to countenance universals but who at the same time see no need for any reductive analyses of the sorts just outlined. There are no universals but the proposition that *a is F* is perfectly all right as it is. Quine’s refusal to take predicates with any ontological seriousness seems to make him a Nominalist of this kind. What such a Nominalist is doing is simply refusing to give any account of the *type/token* distinction, and, in particular, any account of *types*. But, like anybody else, such a Nominalist will make continual use of the distinction. *Prima facie*, it is incompatible with Nominalism. He therefore owes us an account of the distinction. It is a compulsory question in the examination paper.”(ARMSTRONG, 1978a, p.16-17).

defender a postura quineana como sendo plausível, uma vez que o problema que o acusam de se negar a ver nem sequer existe. Devitt disse no seu artigo que Armstrong está triplamente equivocado. Primeiramente, pois este vê um problema que não existe; Em segundo lugar, ele, buscando solucionar o problema inexistente, postula universais. E por fim, que a formulação de um Realismo Imanentista não Relacional é, apesar de engenhosa, falsa. Devitt dirá que o termo ‘nominalista de avestruz’, pelas razões dadas acima, não pode ser aplicado a Quine e seus seguidores, mas que a alcunha de ‘realista de miragem’<sup>72</sup> é aplicável a Armstrong (DEVITT, 1980, p. 433).

### **2.3. DEVITT (1980): TRÊS TESES A FAVOR DO NOMINALISMO DE QUINE E CONTRÁRIAS AO REALISMO DE ARMSTRONG**

Devitt, em ‘*Ostrich Nominalism*’ or ‘*Mirage Realism*’ (1980), acusa Armstrong de ter dado, em seus dois volumes de 1978, demasiada importância ao antigo argumento do *Um sobre Muitos* (argumento este criado por Platão) em detrimento do critério de compromisso ontológico de Quine. Entre o velho e o novo, Armstrong teria ficado com a metafísica do passado (DEVITT, 1980, p. 433). Segundo Devitt, Armstrong considerou seis tipos de Nominalismo (Predicados, Conceitos, Classes, Mereológico, Semelhanças e Nominalismo de Avestruz), sendo que apenas a posição de Quine (assim como a de seus seguidores), aquela que desconsidera a força do argumento inaugurado por Platão, é tratada de forma desdenhosa pelo filósofo realista (ARMSTRONG, 1978a, p. 13-16).

Para Armstrong (ARMSTRONG, 1978a, p. 16-17), o nominalista de avestruz se nega a explicar o fato de que vários *tokens* são do mesmo *type* (*Um sobre Muitos*). Ele considerou que ela, por não explicar o *Um em Muitos*, era a pior versão. A melhor versão do Nominalismo, segundo o filósofo realista, seria a do Nominalismo de Semelhança (ARMSTRONG, 1978a, p. 15). Para ele, a teoria de Quine, uma vez que desconsidera responder o problema de dois objetos serem do mesmo tipo, deveria ser rechaçada desde o início.

Devitt, apesar de Armstrong desconsiderar a força do Nominalismo de Avestruz, elege esta versão do Nominalismo como a maior concorrente do Realismo armstronguiano. Falaremos

---

<sup>72</sup> Consideramos aqui que Devitt, quando chama Armstrong de ‘realista de miragem’, tem em vista o que escreveu Quine em seu *Sobre o que há*. No referido artigo, Quine (1963a, p.4) escreveu que tem apreço por paisagens desertas [*desert landscapes*]. Isso demonstra sua postura nominalista visa uma ontologia que seja, tal como o ambiente de um deserto com poucas entidades. Se considerarmos como verdadeira a ontologia quineana, então a postura realista, sobretudo aquele que parte do argumento do *Um em Muitos* (tal como faz Armstrong), é aquela que vê mais coisas do que deveria na paisagem de poucas entidades do deserto. Devitt considera que Armstrong vê miragens no deserto.

sobre as principais teses e argumentos defendidos no artigo de Devitt destinado a defender o Nominalismo quineano e rechaçar as posições de Armstrong. Devitt (Devitt 1980, p.434) defendeu três teses centrais: **Tese 1**: um nominalista que rejeita o problema do *Um sobre Muitos* não é um nominalista de avestruz; **Tese 2**: Armstrong é amplamente, mas não totalmente, um realista de miragem; **Tese 3**: Quine (ou qualquer outro que siga sua tese) não é um nominalista de avestruz.

*Argumentos em defesa da Tese 1: Um nominalista que rejeita o problema do Um sobre Muitos não é um nominalista de avestruz.*

Armstrong considerou que o problema do *Um estar em Muitos*, ou, em seu vocabulário, que vários *tokens* são do mesmo *type*, se caracteriza pela busca de explicar como “[...] particulares numericamente diferentes podem ser idênticos em natureza, podem ser de mesmo ‘tipo’ ” (ARMSTRONG, 1978, p.41). A seguinte declaração, no entender do defensor de Quine, expressa o que David Armstrong tem em mente (DEVITT, 1980, p. 434):

(1) *a* e *b* possuem a mesma propriedade (são do mesmo *tipo*), *F*-idade.

A proposição (1) expressa compromisso com a *F*-idade. Para que a proposição acima seja verdadeira, faz-se necessário o compromisso com a propriedade em questão. Armstrong está comprometido com a *F*-idade. Mas, dirá Devitt, é possível para um quineano parafrasear (1) sem se comprometer com a *F*-idade. A paráfrase pode ser expressa do seguinte modo (DEVITT, 1980, p.435):

(2) *a* e *b* são ambos *F*.

A questão da identidade de natureza (propriedade), para Devitt, é excluída quando adotamos tal paráfrase. Mas David Armstrong, um filósofo realista que insiste na força do argumento do Um em Muitos, não ficaria satisfeito com tal solução dada por seu adversário. Ele argumentaria que a saída dada por Michael Devitt não explica o motivo de *a* e *b* serem *F*. Ele perguntará a Devitt: “Em virtude de que *a* e *b* são ambos *F*? Algo parece estar faltando em sua abordagem”.

O filósofo Quineano, diferentemente de um realista, como é o caso de Armstrong, entende que o problema de haver uma propriedade comum entre *a* e *b* não se coloca, uma vez que (2) é uma maneira coloquial de dizer que dois fatos separados ocorrem<sup>73</sup>. Vejamos os dois casos a seguir (DEVITT, 1980, p.435):

(3) *a* é *F*.

(4) *b* é *F*.

---

<sup>73</sup> Quine faz esta afirmação endossada por Devitt em *Sobre o Que Há* (cf. QUINE, 1963a, p.10).

Considerando (3) e (4), não há, no entender de um seguidor de Quine (como é o caso de Devitt), problema a ser resolvido. As proposições (3) e (4) são fatos triviais e suas verdades não implicam uma identidade de natureza. Mas David Armstrong continuará a afirmar que tal solução é insatisfatória e persistirá na questão 'Em virtude de que  $a$  (ou  $b$ ) são ambos  $F$ ?' Ele, contrariando a saída quineana, continuará apostando na força do argumento do *Um sobre Muitos* e colocará o problema em termos de identidade de natureza. O filósofo que aposta na força deste argumento assume uma postura realista para solucionar tal problema. Para ele se faz necessário afirmar a existência de universais como a  $F$ -idade. Ele dirá que é por causa da  $F$ -idade que  $a$  e  $b$  são  $F$ . Dito de forma esquemática o realista dirá que (3) é explicado por:

(5)  $a$  possui  $F$ -idade.

No entanto, o seguidor de Quine não vê problemas em assumir uma tese nominalista que rejeite a solução realista de Armstrong. O seguidor de Quine irá afirmar que a verdade de (3) e (4) independe da existência de qualquer universal. Devitt consegue, em (3') abaixo, traduzir (3) de forma que ela seja verdadeira e ainda assim não apele a um universal como a  $F$ -idade. vejamos a seguir (DEVITT, 1980, p.435):

(3') a proposição (3) é verdadeira se e somente se existe um  $x$  tal que ' $a$ ' designa  $x$  e ' $F$ ' aplica-se a  $x$ .

De acordo com (3') nós podemos afirmar a verdade de (3) sem que exista a  $F$ -idade afirmada por Armstrong. Devitt entende que o chamado 'problema dos universais' pode ser solucionado se o considerarmos uma suposição semanticamente enganadora (DEVITT, 1980, p. 436). Esta postura parece se confundir com aquela do Nominalismo de Predicados, uma vez que se reconhece que o predicado  $F$  se aplica aos particulares  $a$  e  $b$ . Qual a distinção entre estas duas posturas?

A primeira característica, a qual já falamos anteriormente, diz respeito ao fato da teoria levar a sério ou não o problema do *Um em Muitos*. O Nominalismo de Predicados é uma solução que considera responder o problema: é o caso que  $a$  e  $b$  são  $F$  porque há um predicado  $F$  que se aplica a  $a$  e  $b$ . Ela é, assim, uma solução relacional. Já o Nominalismo defendido por Devitt, o Nominalismo Quineano, não é uma solução relacional, ela não leva a sério o problema do *Um sobre Muitos*. Não há, segundo esta última, necessidade de explicar tal relação, uma vez que ela não existe.

Outro ponto é quanto às ferramentas utilizadas para explicar porque  $a$  é  $F$ . Ferramentas distintas são empregadas para resolver o problema. A saída do Nominalismo Quineano é afirmar que precisamos apenas de particulares para analisarmos proposições como

(3). Na análise  $a$  é  $F$ , Devitt precisa apenas se comprometer com o particular  $a$ . Enquanto o Nominalismo de Predicados lança mão de predicados que se relacionam com particulares para solucionar o problema, o Nominalista Quineano tem como ferramenta o critério de compromisso ontológico. O nominalista de predicados irá afirmar que:  $a$  é  $F$  se e somente se  $a$  cai sob o predicado ' $F$ '. A resposta do nominalista quineano será ' $a$  é  $F$ ' é verdadeira se e somente se há um  $x$  tal que  $a$  designa  $x$  e ' $F$ ' se aplica a  $x$  (ALENCAR, 2015, p.95).

Uma distinção crucial entre o Nominalismo de Avestruz e o Nominalismo de Predicados é que a solução dada por este último é relacional, enquanto que a solução dada pelo Nominalismo proposto por Quine é não relacional. Para o Nominalista de Predicados  $a$  é  $F$  em virtude de do particular  $a$  cair sob o predicado ' $F$ '. Para Quine,  $a$  é  $F$  é o fim de uma cadeia explicativa;  $a$  ser  $F$  é um fato bruto, capaz de explicar outras coisas, mas que não mais precisa ser explicado. Enquanto o fim da cadeia explicativa para Quine está no fato de  $a$  ser  $F$ , o fim da cadeia explicativa do Nominalista de Predicados está na relação que o particular  $a$  tem com o predicado ' $F$ '. O Nominalismo de Predicados, por recorrer a uma saída relacional do problema dos universais, está sujeito a regressos ao infinito, mas, o Nominalismo de Quine não.

Devemos ressaltar também que o nominalista de avestruz, diferentemente do nominalista de predicados que apela para *possibilia* em vista de de solucionar regressos ao infinito, não aceita em sua ontologia predicados como *possíveis não atualizados* (ARMSTRONG, 1978a, p.21). Vimos que Quine afirmou, em *Sobre o que há*, seu apreço por paisagens desertas, ou seja, por uma ontologia menos insuflada. O seu seguidor irá adotar a mesma postura. Recorrer a *possíveis não atualizados* é, na visão do seguidor de Quine, também insuflar a ontologia. A saída de Quine será traduzir em termos de particulares qualquer sentença que faça menção a universais e expressar o compromisso com tais particulares em termos de compromisso ontológico. A saída do nominalista de avestruz para o problema dos universais, por não ser uma solução relacional, mas formulada em termos de compromisso ontológico, acaba por não cair em regressos ao infinito.

Armstrong, por sua vez (como dito acima), irá descartar esta solução semântica do problema (ARMSTRONG, 1978a, p.XIII). Ele continuará afirmando que  $a$  é  $F$  em virtude deste particular possuir *F-idade*. Podemos perguntar a este realista como então ele explica (3) e (4). Sua resposta será que estes, bem como qualquer outro caso envolvendo *Um em Muitos*, serão solucionados pelo Realismo. Para um realista, como é o caso de Armstrong, postular universais serve para resolver o problema de que *tokens* são de certo *type* (DEVITT, 1980, p. 437). No entanto, esta solução é problemática, pois, ao adotar o Realismo, há a necessidade de

explicar a relação que há entre o particular e o universal. O realista, ao tentar resolver um problema, acaba caindo em outro. Entre a versão Imanentista e a Transcendente (Platônica) do Realismo de universais, Armstrong opta pela primeira. Com esta última opção o regresso ao infinito do terceiro Homem está excluído.

Mas o filósofo immanentista ainda precisa optar por duas versões do Realismo immanentista: (I) relacional; (II) não-relacional. Caso ele opte pela primeira, então (4) é uma proposição que expressa relações. Caso este opte pela segunda, então (4) é uma proposição que não expressa uma relação. Qual destas opções Armstrong defende? Armstrong opta pela versão (II) não relacional do immanentismo, pois a primeira, por apelar ao uso de um *substrato* *a* que se relaciona com a propriedade *F*, incorre em regresso ao infinito relacional (ARMSTRONG, 1978a, p. 104- 107). Armstrong dirá que a relação entre *a* e *F* é uma abstração que fazemos de um *state of affair*, ou ainda um fato atômico.

Mas, no entender de Devitt, a solução não relacional também é problemática, pois ela torna misteriosa a conexão entre o particular e sua propriedade. Devitt considera que a solução dada por Armstrong para resolver o problema do *Um em Muitos*, apesar de engenhosa, é misteriosa (DEVITT, 1980, p.437). Armstrong visa resolver um problema que nem sequer existe e, a solução deste problema inexistente é misteriosa. Desse modo, Devitt pode afirmar que: A acusação de nominalista de avestruz para aquele que rejeita a validade do problema do *Um sobre Muitos* não se sustenta. Também pode ser dito que Armstrong, por dar uma solução misteriosa para um problema inexistente, é um realista de miragem.

*Argumentos para a Tese 2: Armstrong é amplamente, mas não totalmente, um realista de miragem.*

O argumento em favor da **Tese 2** segue aquele da **Tese 1**. Devitt (1980, p.438) recorda que Armstrong lança mão do Realismo para solucionar o problema de que certos *tokens* são do mesmo *type* (*Um em Muitos*). A maior parte de seu livro se dedica a responder este problema. Ele considera que toda e qualquer teoria que busque resolver o problema dos universais precisa considerar que o *Um em Muitos* é o principal argumento na direção dos universais (ARMSTRONG, 1978, p. XIII). No Capítulo 6 de seu livro *Nominalism And Realism: Universals and Scientific Realism* (ARMSTRONG, 1978a, p.58-63), ele retoma as seguintes sentenças, apresentados por Arthur Pap e Frank Jackson, em favor do realismo (DEVITT, 1980, p.438):

- (6) O vermelho se assemelha mais ao laranja do que ao azul;
- (7) vermelho é uma cor.

(8) Ele tem as mesmas virtudes que seu pai.

(9) Os vestidos são da mesma cor.

Devitt diz que, diferentemente de (3), estas quatro últimas proposições requerem a existência de propriedades para serem verdadeiras. Ele assume não possuir paráfrases para estas proposições (DEVITT, 1980, p.438). Uma vez não havendo paráfrases adequadas, Devitt assume que Armstrong tem alguma parcela de razão (mas não totalmente) em se comprometer com certos universais. Desse modo, podemos dizer que Armstrong é, mas não totalmente, um realista de miragem.

*Argumentos para a Tese 3: Quine não é um nominalista de Avestruz.*

Quine não pode ser um nominalista de avestruz, pois ele não ignora o problema ontológico que aparece ao tratarmos de proposições como (6) a (9). Ele procurou resolver questões deste tipo em *Word and Object [Palavra e Objeto]* (1960) (DEVITT, 1980, p.438). Um exemplo de uma proposição parecida com estas, (6) a (9), aparece no referido livro de Quine(1960, p. 119):

(10) Humildade é uma virtude.

Essa proposição parece nos levar na direção de comprometimento com 'entidades abstratas' como virtude. Mas a proposta de Quine para questões deste tipo é que propriedades podem ser parafraseados em termos de *sentenças eternamente abertas* (DEVITT, 1980, p.149) ou em termos de classes( QUINE ,1960, p.209). Desse modo, diz Devitt(1980, p.149). , Quine não pode ser um Nominalista de Avestruz'

## **2.4. ARMSTRONG RESPOSTAS EM AGAINST OSTRICH NOMINALISM (1980)**

Armstrong considera o Nominalismo de Avestruz como o mais radical devido ao fato desta versão do Nominalismo nem sequer buscar levar a sério o argumento do *Um sobre muitos*. Para Armstrong, Quine, ao negar resolver o problema do *Um sobre Muitos*, faz como o avestruz, que prefere se esconder pondo a cabeça debaixo da terra ao invés de enfrentar o problema.

Quine, em *Sobre o que há*, apresenta as teses daquele que é considerado por ele como um defensor do um sobre muitos, a saber, McX. Este, se aproximando de Platão, dirá a favor da existência das propriedades que "há casas vermelhas, rosas vermelhas, pores-do-sol vermelhos; e isso é um senso comum

pré-filosófico com o qual todos estão de acordo. Essas casas, rosas e pores-do-sol possuem assim algo em comum, e isto que eles possuem em comum é tudo o que eu quero afirmar com o atributo da vermelhidão". Para McX, então, a existência de atributos é mais óbvia e trivial do que a obviedade e trivialidade de existirem casas vermelhas, rosas e pores-do-sol<sup>74</sup>.

McX afirma que a existência da *vermelhidão* que se manifesta nos particulares vermelhos é um fato que é anterior ao da existência de particulares vermelhos. Ou ainda, se quisermos dizer de outro modo, McX afirma que a existência da propriedade (o universal) *vermelhidão* é um fato anterior e mais trivial que a existência de qualquer objeto vermelho. Isto se dá pelo fato de McX defender teses que o aproximam de Platão, uma vez que para o filósofo grego a existência das coisas em si independe do fato de que um dia estas tenham sido instanciadas no mundo sensível.

Porém, no entender de Armstrong, Quine faz um exagero em relação a defesa do *Um em Muitos* por parte de seu personagem McX (ARMSTRONG, 1980, p.440). Para o filósofo australiano, há a necessidade de fazermos uma análise mais cautelosa do argumento do *Um sobre Muitos*. A defesa de Armstrong, feita em seu *Nominalism and Realism* (ARMSTRONG, 1978a, p. XIII) e repetida em *Against ostrich nominalism*, é que “[...] vários particulares diferentes podem ter o que parece ser a mesma natureza”<sup>75</sup>. Quine, diz Armstrong, admite em partes a verdade das premissas de McX quando ele expõe e refuta as teses de seu personagem. Quine admite a existência de particulares vermelhos – rosas, casas e pores do sol – mas dirá que tais coisas não têm algo em comum. Para ele, o fato das pessoas assumirem que há algo em comum entre tais coisas se deve à maneira popular das pessoas dizerem que distintos particulares possuem algo em comum.

Quine aceita que nós podemos dizer, no vocabulário da linguagem ordinária, que diferentes coisas vermelhas possuem algo em comum. Mas ele rejeita com veemência que algo como a *vermelhidão* exista, uma vez que isto é um equívoco conduzido pela linguagem ordinária (QUINE, 1963a, p. 10).

Armstrong, por sua vez, assume que na maior parte das vezes, quando falamos em nossa linguagem ordinária sobre a semelhança de algo, estamos falando constantemente que diferentes coisas possuem a mesma propriedade ou qualidade, que elas são do mesmo gênero

---

<sup>74</sup> No Original: “There are red houses, red roses and red sunsets; this much is prephilosophical common sense in which we must all agree. These houses, roses and sunsets, then, have something in common; and this which they have in common is all I mean by the attribute of “redness.” For McX, thus, there being attributes is even more obvious and trivial than the obvious and trivial fact of there being red houses, roses, and sunsets” (QUINE, 1963a, p. 9-10).

<sup>75</sup> No original: “[...] many different particulars can all have what appears to be the same nature” (ARMSTRONG, 1980, p. 440).

ou tipo, ou ainda, possuem a mesma *natureza*, são do mesmo *tipo* (ARMSTRONG, 1980, p.441).

A questão da existência das propriedades, que insiste em aparecer nos problemas filosóficos, pode ser abordada de outras maneiras; ela não se restringe ao argumento do *Um sobre Muitos*. Segundo Armstrong (1989, p.18), diversas maneiras de abordar o problema foram desenvolvidas. Uma forma de abordar o problema de modo mais formal que o *Um sobre Muitos* é o uso da distinção *type* (*tipo*) e *token* proposta por C.S Peirce (1931, Vol. 4, 537). Para Armstrong, a existência de *types* deve ser encarada como fatos mooreanos. A existência dos tipos (*types*), tal como a existência incontestável das mãos, devem ser fatos de mesmo nível. Armstrong (1980, p.441). dirá que “[...] o fato de haver igualdade (*sameness*) de *tipo* é um *fato moreano*”.

Se a igualdade de *tipo* é algo aceito no senso comum e, além disso, é um *fato mooreano*, qual o motivo de Quine ter rejeitado que isto seja um fato? Armstrong nos convida a refletirmos sobre esta questão lançando mão não apenas do argumento do *Um sobre Muitos*, que é rejeitado por Quine, mas do ponto de vista da distinção peirceana de *type* e *token*. Passemos a falar desta distinção antes de respondermos o questionamento que fizemos neste parágrafo.

Falemos primeiramente dos *tokens*. Quando temos uma igualdade (*sameness*) de *token*? A resposta para esta questão reside no exemplo dado por Frege (2009) em *Sobre o Sentido e Referência*. A identidade (a igualdade) de *token* se dá quando temos o mesmo referente. Diremos que temos uma igualdade de *token* quando dizemos que “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. Falamos neste caso de uma identidade numérica, quando um objeto é idêntico a si mesmo; o objeto nomeado por “a estrela da manhã” não é outro que o nomeado por “a estrela da tarde (ARMSTRONG, 1980, p.441). Apesar de diferentes, ambos os nomes se referem ao mesmo objeto.

Falamos de uma igualdade de *tipo* quando falamos que dois objetos são do mesmo tipo (*type*). Dizer que dois vestidos distintos são do mesmo tipo, por exemplo, é dizer que eles têm a mesma cor. Costumamos dizer que “O vestido da Ana é do mesmo tipo que o de Júlia”. Fazemos isso para dizermos que tanto Julia quanto Ana possuem vestidos que são do mesmo modelo, da mesma cor, da mesma marca, mas não queremos afirmar que estes tenham uma identidade de *token*, uma vez que são objetos diferentes.

Mas a igualdade (*sameness*) de *type* (*tipo*) é identidade? A palavra “mesmo” tem o mesmo significado nos dois casos? Para quem igualdade de *tipo* quer dizer semelhança (*resemblance*), a resposta é negativa. Dois objetos são ditos ser o mesmo porque são

idênticos; dois *tipos* são ditos ser o mesmo porque os objetos que são desse tipo são todos semelhantes entre si e não porque há uma mesma entidade que está sendo nomeada e é a mesma em todos esses objetos (ARMSTRONG, 1980, p.441). Afirmamos que ambos os objetos são idênticos quanto o seu *tipo* e não idênticos por serem a mesma entidade. Mas e como Quine consideraria a questão da existência das propriedades?

Armstrong dirá que Quine e seus seguidores, como é o caso de Devitt, por aceitarem usar o vocabulário periciano da distinção *type e token*, não são *avestruzes* quanto aos *tipos*. Eles podem até concordar com a distinção *type e token* proposta por Peirce, mas rejeitarão que a igualdade de *type* seja o mesmo que igualdade de propriedade (que isto implique uma aceitação de que universais existem). Eles, como nominalistas, rejeitam a realidade das propriedades (ARMSTRONG, 1980, p.442).

Mas talvez exista, tal como afirma D. M Armstrong (1980, p.442), um ceticismo ainda mais profundo em Quine. Talvez o filósofo estadunidense se negasse a falar de *tipos*. Ele não rejeita que casas, flores e pores do sol sejam vermelhos, mas ele negaria que exista esta igualdade ostensiva entre eles. Ele se nega a ter que explicar qual o motivo de cada um desses objetos ser vermelho. Ele dirá que a afirmação como: “*a, b, c* são vermelhos” é uma abreviação conveniente que fazemos no senso comum para a afirmação: “*a* é vermelho, *b* é vermelho e *c* é vermelho”. Quine continuaria dizendo que tanto a afirmação abreviada quanto a última mais extensa são do tipo *Ra & Rb & Rc*. E o ato de fazermos abreviações no uso ordinário da linguagem não justifica que aceitemos a identidade [*sameness*] de *types* (ARMSTRONG, 1980, p.442).

Tal ceticismo, porém, não pode ser mantido, uma vez que a abreviação feita no exemplo do parágrafo anterior pode ser feita em outros exemplos. Com isso há uma regra em que o exemplo anterior, bem como outros casos, se encaixam: “*a* é \_\_\_\_\_ *b* é \_\_\_\_\_ e *c* é \_\_\_\_\_ se e somente se todas as lacunas podem ser preenchidas pelo mesmo predicado. Isso tornará possível reescrever tal sentença como: “*a, b e c* são todos \_\_\_\_\_” se o mesmo predicado aparecer nesta última lacuna. Ora, somente podemos falar de ‘mesmo predicado’, que se aplica tanto a *a* quanto a *b* e a *c*, se uma noção de tipo [*type-notion*] já está em questão. Pois não é correto dizer que a mesma instância (o mesmo predicado-*token*) seja aplicado sucessivamente nas três lacunas; claramente se trata de três instâncias diferentes do mesmo predicado (por exemplo, ‘vermelho’). A possibilidade de reescrever a sentença com duas lacunas usando apenas uma indica que um único *type* se aplica às três instâncias. Palavras diferentes podem indicar o mesmo predicado.

O exemplo das sentenças com lacunas [*sentences-frames*] nos leva a aceitar que, para entendermos afirmações do tipo “são ambos vermelhos”, temos que compreender o que é o *predicado-tipo* [*predicate-type*]. Se esta noção de *predicado-tipo* for compreendida, ao menos num nível aceitável, pelo menos num nível *mooreano* aceitável, então não haverá impasses para que possamos aceitar que a igualdade de *tipo* existe (ARMSTRONG, 1980, p.442). Devemos, assim, dar uma explicação do que ‘mesmo *tipo*’ quer dizer, do que é a identidade de tipo.

Para Armstrong, Quine, bem como seu discípulo Michael Devitt, talvez não tenham se dado conta da necessidade de contemplar a questão dos *types*. Mas esta distinção, até mesmo para Quine e seus seguidores, não pode ser ignorada, pois, para tratarmos de conjuntos, há a necessidade de considerarmos que certos *tokens* sejam do mesmo tipo. Aquele que se recusa a tratar de tal questão é, tal como diz Armstrong, um *avestruz metafísico* [*metaphysical ostrich*] (ARMSTRONG, 1980, p.443).

## 2.5. AS CRÍTICAS DE ARMSTRONG AO COMPROMISSO ONTOLÓGICO DE QUINE

Falamos anteriormente acerca da abordagem das propriedades através do argumento do *um sobre muitos* e daquela feita através da distinção *type* e *token*. Falamos também dos argumentos de Quine acerca do *Um sobre Muitos*, bem como sua possível análise da distinção *type* e *token*. Vimos que este, de acordo com Armstrong, se nega a considerar o argumento do *um sobre muitos* e possivelmente se negaria a tratar da questão da ontologia das propriedades lançando mão do vocabulário proposto por Peirce. Armstrong argumenta, então, que esta última abordagem se faz necessária uma vez que, para falarmos de conjuntos (que é algo que Quine aceita em sua ontologia), seria necessário dizermos que os elementos de um certo conjunto (*tokens*) precisam ser do mesmo *tipo*. Isto, em último caso, levaria até mesmo o mais extremista dos nominalistas a usar o vocabulário peirceano que fala de *instanciações* e *tipos*.

Mas há algo na teoria de Quine que o deixa livre do total impacto do problema dos *types* na questão do *Um sobre Muitos*. Quine, como já discutimos, por conta de seu *compromisso ontológico*, não se compromete com propriedades. O seu compromisso é apenas com o particular que recebe predicação. A sua abordagem dos predicados através do seu *critério de compromisso ontológico* faz que este não se comprometa com propriedade alguma. Em casos de predicação do tipo *Fa*, o predicado ‘*F*’ não precisa implicar, de acordo com a teoria de Quine, uma propriedade com cuja existência nos comprometemos. Não há, no

entender deste, a necessidade de se comprometer com propriedades. O apreço de Quine por uma ontologia de *paisagens desertas* (QUINE, 1963a, p. 4) faz que este aceite apenas particulares em sua teoria. E, por particulares, Quine compreende particulares sensíveis, entidades que tenham – tal como o átomo – existência comprovada pela ciência, além de números e classes (certos particulares abstratos) (ARMSTRONG, 1980, p.443).

Quine, bem como seus seguidores, como é o caso de Devitt, certamente protestariam quanto ao fato de serem chamados de *nominalistas de avestruz*. Embora Quine negue que o uso dos predicados nos comprometa ontologicamente, ele aceita expressões referenciais. Armstrong (1980, p.443) diz que Quine aceitaria a existência de propriedades, ou, se preferirmos, universais, se uma declaração obedecer a três condições:

(1) Faz ostensiva referência a um universal;

(2) Que a declaração seja considerada verdadeira;

(3) É impossível encontrarmos uma paráfrase satisfatória para tal declaração que seja capaz de eliminar a referência a universais.

Tais condições são, provavelmente, impossíveis de serem satisfeitas. Mas, caso elas fossem cumpridas, teríamos um Quine realista ao invés de um *nominalista*. Um filósofo que aceita que a satisfação dos três critérios acima nos compromete com a existência de universais não possui, no entender de Armstrong, o comportamento de *avestruz filósofico*. Quine é um avestruz no que diz respeito ao argumento do *Um em Muitos* devido ao fato de se negar a enfrentar o problema. Na opinião de Armstrong, Quine e quineanos oferecem tratamentos demasiadamente simplórios [*perfunctory*] quando tratam as condições (1) e (2) e que parecem se preocupar apenas com a condição (3) (ARMSTRONG, 1980, p.443).

No Capítulo 6 do primeiro volume de *Nominalism and Realism: Universals and Scientific Realism*, Armstrong (1978a, p. 58-64) considerou as seguintes declarações<sup>76</sup>:

(1) Vermelho tem maior semelhança com laranja do que com azul.

(2) Vermelho é uma cor.

(3) Ele possui a mesma virtude que seu pai.

Elas são bons exemplos de sentenças que, supostamente, não podem ser parafraseadas sem o uso de universais ou pelo menos *instâncias de propriedades (property-instances)*<sup>77</sup>. No

---

<sup>76</sup> Estas declarações são também abordadas em seu Artigo *Against ostrich nominalism* (1980, p.443-444).

<sup>77</sup> Armstrong (1978a, p.79) escreveu acerca do problema da defesa das propriedades instanciadas [*properties-instances*] Ver também: (ARMSTRONG, 1980).

Capítulo 8 do livro supracitado, há uma exposição sobre esse tipo de declaração. Outras declarações que não podem ser parafraseadas sem recorrermos a universais são:

(4) Há propriedades físicas fundamentais não descobertas<sup>78</sup>.

(5) Características adquiridas não são herdadas.

(6) Algumas espécies zoológicas são cruzáveis<sup>79</sup>.

Caso (6) não possa ser parafraseada, então nós seremos levados ao comprometimento com universais.

Quine diz que há casos dos quais não podemos fazer paráfrase. Nesses casos estamos comprometidos com objetos abstratos. Mas, ainda assim, ele não reconhece a existência de universais. Nas palavras do próprio Quine:

Por outro lado, quando dizemos que certas espécies zoológicas são cruzáveis nós nos comprometemos a assumir que diversas espécies, elas mesmas, mesmo elas sendo abstratas. Nós nos manteremos comprometidos até criamos outro modo de parafrasear tal declaração com intuito de mostrar que a aparente referência a espécies por parte de nossa variável ligada era uma maneira de falar que poderia ser evitada<sup>80</sup>.

A saída de Quine, que num primeiro momento aparenta ser sensata, se mostra, no entender de Armstrong, lacônica e incompleta, uma vez que ele não diz exatamente qual comprometimento devemos ter com o objeto abstrato *espécie* (ARMSTRONG, 1980, p.444).

Em *Word and Object* (1960 § 25), Quine considerou a seguinte afirmação:

(7) Humildade é uma virtude.

Este pode ser considerado como um caso de existência de universais, uma vez que a humildade é um exemplo (*token*), se preferirmos usar o vocabulário de Peirce, e a virtude seria um universal. Quine considerou reescrevermos esta última declaração do seguinte modo:

(7') Pessoas humildes [*humble persons*] são virtuosas.

Armstrong considera problemática esta forma de reescrever (7), pois a verdade de (7) é compatível com o fato de existirem pessoas humildes que não são virtuosas. Poderia ser o caso, diz o autor em questão, de haver pessoas humildes tão cheias de vício que jamais poderiam ser virtuosas de alguma maneira (ARMSTRONG, 1980, p.444).

---

<sup>78</sup> Este exemplo dado por Armstrong foi extraído do livro de Hilary Putnam *On properties* (1969).

<sup>79</sup> Este exemplo de uma declaração supostamente contendo um universal que não pode ser parafraseada aparece no célebre artigo de Quine *Sobre o que há* (1963a, p.13).

<sup>80</sup> No original: “On the other hand, when we say that some zoological species are cross-fertile we are committing ourselves to recognizing as entities the several species themselves, abstract though they are. We remain so committed at least until we devise some way of so paraphrasing the statement as to show that the seeming reference to species on the part of our bound variable was an avoidable manner of speaking”. (QUINE, 1963a, p. 13).

Poderíamos ainda lançar mão do seguinte exemplo a fim de melhor ilustrar os problemas desta forma de reescrevermos (7). Vejamos:

(7'') Pessoas altas são virtuosas.

Existe aí uma semelhança na estrutura de (7'') e (7'), uma vez que esta afirma que:

(7') Pessoas humildes (*humble persons*) são virtuosas.

Ninguém, a partir de (7'') afirmaria que:

(7''') Ser alto é uma virtude.

Não somente (7) falha em acarretar (7'), mas também (7') falha em acarretar (7).

Armstrong afirma que Quine só discute a questão dos chamados 'objetos abstratos' no Capítulo VII de *Palavra e objeto*. No referido Capítulo, Quine sugere que toda a possível referência às propriedades e relações pode ser substituída por um vocabulário que apele para sentenças abertas (ou termos gerais) e ou classes. Esta passagem sugere que, em *Palavra e Objeto*, Quine mudou de um nominalismo mais radical (*o nominalismo de avestruz*) para um nominalismo de predicado e/ou de classes (ARMSTRONG, 1980, p.445).

Segundo Armstrong, Devitt poderia dizer, a favor de seu mestre, que o critério de *compromisso ontológico* quineano (ou algo que se aproxima deste), por mais que tenha problemas, deve ser adotado. A questão que Armstrong faria para seu colega, caso este fizesse tal afirmação seria: "Depois desta convicta defesa, resta apenas perguntar: 'Por que não um critério que aceite que predicados tenham um papel no critério de compromisso ontológico?'" (ARMSTRONG, 1980, p.445).

Devitt poderia responder a Armstrong lançando mão da semântica. Ele afirma que, para se dar as condições de verdade de '*Fa*', basta que '*a*' denote um particular ao qual '*F*' se aplica (*applies to*). A verdade de '*Fa*' para Devitt não exige o comprometimento com o predicado *F* (ARMSTRONG, 1980, p.445).

Porém, Armstrong fará duas trélicas ao seu colega quineano. Em primeiro lugar, podem haver semânticas que abordem de modo mais satisfatório '*Fa*'. Ademais, e isso Armstrong considera o mais importante, a explicação acerca de 'aplicar-se' [*applies to*] é totalmente obscura. Na opinião deste último, o filósofo defensor do realismo possui uma semântica mais convincente para o termo 'aplicar' ao defender que não há como fazer tal semântica sem o apelo às propriedades do objeto *a* ou a suas relações com outros objetos (ARMSTRONG, 1980, p.445).

Tendo tratado da problemática da abordagem do critério de compromisso ontológico de Quine, resta perguntar ao filósofo australiano defensor do realismo de universais: Qual seria a abordagem correta do realismo, uma vez que há várias versões do realismo?

## Problemas do Realismo

Um problema que recai sobre todas as formas de realismo é o fato de que todo realismo precisa explicar como os particulares se relacionam com os universais. O problema da relação entre particulares e universais é um subproblema da natureza dos particulares. Para alguém que rejeita a existência de propriedades *in re* (independentemente de elas serem universais ou particulares), os particulares são, tal como um borrão numa folha de papel, uma estrutura disforme [*structureless blob*] (ARMSTRONG, 1980, p.446-447). Eles (os particulares) até podem ter partes; (os predicados podem ser atribuídos a eles, do mesmo modo conceitos podem ser aplicados a eles); eles também podem ser agrupadas dentro de classes; podemos até considerar que eles têm certas semelhanças com outros particulares (se o Nominalismo de Semelhança for adotado); mas eles carecem, todavia, de real estrutura interna.

Por outro lado, para aqueles que aceitam universais *in re*, os particulares são um tipo de bolo de camadas. Um particular de alguma forma une em si diferentes propriedades (um outro *Um sobre Muitos*). A questão é: como isso é possível?

Os defensores do Realismo nas coisas, *in re* (se preferirmos um vocabulário mais técnico), dividem-se em dois grupos:

1. O primeiro defenderá que o particular é composto por universais, em outras palavras, que "[...] um particular não é nada mais que suas propriedades". Em outras palavras, o particular só existe porque é composto de propriedades. Essa visão se divide em duas. 1.1. Há o Realismo *in re* que defende propriedades enquanto universais. Russell, que afirma que um particular é um feixe [*bundle*] de propriedades, é um bom exemplo desta variação do realismo. Ele é um universalista. Em tal ontologia o particular é nada mais que suas propriedades, é por este motivo que a chamamos de universalista. 1.2 A outra visão do realismo *in re*, defendida por Donald Williams, é o realismo de tropos. Essa teoria afirma que as propriedades podem ser vistas como propriedades instanciadas [*property-instances*] (ARMSTRONG, 1980, p.446). O particular não é, como no exemplo de Russell, um feixe de universais, mas um feixe de propriedades particularizadas que se relacionam entre si para formar um particular.

2. A outra visão das propriedades *in re*, mais ortodoxa que a anterior, diz que, além das propriedades, há a necessidade de um componente de individuação dos particulares (substrato). Novamente temos uma bifurcação. 2.1. Há aqueles que consideram as

propriedades como particulares. Locke poderia ser um exemplo deste caso. 2.2. A outra visão, ainda mais ortodoxa, toma as propriedades como universais (ARMSTRONG, 1980, p.446).

Armstrong julga que esta visão que apela para instâncias de propriedades não deve ser chamada de realismo, pois apela para *instâncias* (particulares) ao invés de universais. Esse tipo de teoria de feixes foi exposto, no Capítulo nove do livro *Nominalism and Realism* (ARMSTRONG, 1978a, p. 89-102), a uma série de dificuldades. Armstrong (1980, p.446) considera que um particular necessita de um *fator de particularização* (*fator individuante*), também chamado de *hecceidade* [*haeccitas, thisness*]. E, além de afirmar a existência de particulares, ele afirma, como se deve esperar de um realista de propriedades, a necessidade da existência de propriedades. Mas ainda resta uma pergunta: como os dois componentes do particular (o fator individuante e suas propriedades) podem ser postos juntos?

Existem duas respostas que os realistas dão para essa questão. 3.1 A primeira considera o *fator de particularização* [*factor of particularity*] como tendo certa relação com as propriedades. É correto falar, neste caso, que há componentes relacionados com um particular puro. Nessa linha de pensamento é comum pensar o fator de particularização como um particular puro, e operar com certa *reificação* (*materialização*) do que é o fator de particularização. O defensor desta linha de pensamento, ao que parece, deve ser razoavelmente simpático à ideia de que particulares podem existir sem quaisquer propriedades, e que podem existir propriedades que não são propriedades de nenhum particular. Mas, pergunta o filósofo australiano, o que garante que aquela relação não falhe? Poderia ser formulada uma necessidade sintética que garantisse que tais fatores só pudessem existir em relação, mas é muito difícil de vermos a necessidade dessa necessidade (ARMSTRONG, 1980, p.446-447).

Se fatores de particularização ou propriedades podem existir ou não à parte, dificuldades surgem dessa forma de ver os particulares. Armstrong nos convida a fazermos o seguinte exercício de pensamento. Suponhamos um particular cujo *fator de particularização* seja *B*, e que existam uma série de propriedades *P*, *P'*, *P''* que podem ser atribuídas a este particular. Suponhamos que exista a *relação I* entre esses itens. Um particular ordinário que contém *B* será constituído pela conjunção de *state of affairs* *I (B, P)*, *I (B, P')*. O problema é que *I* é uma relação, sendo assim, é um universal. Uma nova relação terá de ocorrer para que possamos explicar a relação entre *I* e os elementos que se relacionam com ele. A nova relação que surgiu para explicar *I* cairá na mesma dificuldade. Então, como resultado, uma nova relação de instanciação será necessária entre *I*, por um lado, e os elementos a que se relaciona, por outro. A nova relação será posta na mesma dificuldade E assim sucessivamente.

Armstrong diz que várias mudanças podem ser tentadas em face desta regressão; por exemplo, pode ser sugerido que o regresso existe, mas não é vicioso. No entanto, ele dirá que nenhuma coisa que repita este procedimento será satisfatória (ARMSTRONG, 1980, p.446-447).

Em comum com muitos outros realistas, portanto, o autor em questão se coloca a favor da visão de que, embora podemos distinguir a particularidade de um indivíduo de suas propriedades, no entanto, os dois ‘fatores’ estão tão intimamente juntos que não podemos falar de uma relação entre eles. O *fator individuante* e a natureza são incapazes de existirem separados. *Particulares simples* [*bare particulars*] e universais não instanciados são abstrações viciosas (não no sentido quineano de ‘abstração’) os quais poderiam ser melhor descritos como *state of affairs* de uma certa natureza. O fator individuante e a natureza são não relacionados (ARMSTRONG, 1980, p.448).

Esta ontologia de Armstrong está próxima daquela proposta por Frege. Os conceitos, da maneira que Frege os entendeu, são insaturados. Eles não são algo do campo do mental. Armstrong nos diz que tal noção fregeana de conceitos se aproxima daquilo que os realistas compreendem por propriedades e relações. A compreensão fregeana é a de que conceitos possuem no seu ser um buraco [*gap*] que pode ser preenchido por particulares. Se pensarmos a particularidade dos particulares como sendo ‘saturada’, poderemos, de acordo com Armstrong, ver utilidade nesta metáfora Fregeana. Tal perspectiva é, pelo menos à primeira vista, profundamente intrigante. Um nominalista quineano, como Devitt pode reivindicar, com certa razão, que tal procedimento proposto por Armstrong apenas troca o problema anterior que gerava um regresso ao infinito por uma visão relacional. O realismo necessita, no entender de Armstrong, uma relação entre particularidade e universalidade. No entanto, postular tal relação parece levar a problemas insolúveis (ARMSTRONG, 1980, p.447). Num primeiro momento podemos acusar Armstrong ou qualquer outro que o segue de unirem o particular e o universal de uma maneira incompreensível. Como Armstrong faz para se livrar desta acusação?

Armstrong dirá que seu realismo não é um realismo *in re* que apele para relações, mas é um *Realismo Imanentista não Relacional* [*Non-Relational Immanent Realism*]. Ele dirá que três respostas podem ser dadas a um quineano como Devitt. Estas poderão levar seu opositor a dar mais crédito para sua teoria.

*Primeira Resposta.* Em primeiro lugar, como mostrado anteriormente, o problema surge não simplesmente quando um particular tem uma propriedade, mas quando dois ou mais particulares estão relacionados. Suponha que *a* tem *R* em relação com *b*. Se *R* é um universal

e  $a$  e  $b$  são particulares, e se pensarmos que uma relação é necessária para ligar um universal aos seus particulares, então devemos exigir uma outra relação ou relações para ligar  $R$  à  $a$  e  $b$ . Isso parece intolerável. Parece muito melhor, portanto, dizer que, embora possamos distinguir a relação dos particulares, ainda as três ‘entidades’ estão juntas de uma forma que não requer qualquer outra relação para colocá-los juntos. Agora, se pensarmos desta forma sobre o caso poliádico, parece-me que, quando voltamos ao caso monádico, devemos consistentemente seguir a mesma linha, e negar que a particularidade de um particular está relacionada às propriedades do particular. Mas, se nós admitirmos uma relação extra no caso monádico, não deveríamos admitir uma relação extra no caso poliádico? Tal generalização do problema poderá mostrar que é complicado para um realista adotar uma versão não relacional do realismo. Ela parece uma saída ruim, mas se mostrará, como veremos adiante uma boa alternativa. Mas Devitt, como um bom seguidor de Quine, dirá que “falar de ‘particulares’ e ‘universais’ confunde a paisagem sem adicionar nada ao nosso entendimento e a nossa compreensão. Devemos nos contentar com o fato básico de que  $a$  é  $F$ ”<sup>81</sup>.

*Segunda Resposta.* A segunda resposta se vale da possível afirmação de Devitt. Este certamente admitirá que ‘ $a$ ’ é uma palavra-instância [*token-word*] e ‘ $F$ ’ é uma palavra-tipo [*type-word*] aplicável, muito provavelmente, a várias coisas. Qual o motivo do uso de duas palavras nesta semântica para registrarmos um fato básico? Parece extrema uma hipótese de que, enquanto ‘ $a$ ’ nomeia um particular, ‘ $F$ ’ captura algo repetível, algo universal, sobre uma situação? Isto parece necessitar uma explicação. Devitt pensa a realidade como feita de coisas. Armstrong, no entanto, compreende a realidade como feita de fatos ou *state of affairs* (ARMSTRONG, 1980, p.448). Isso talvez nos ajude a pensarmos como se dá sua ontologia.

*Terceira Resposta.* Essa resposta é, segundo Armstrong, um *ad hominem* ao posicionamento de Devitt. O quineano Devitt rejeita o *Um sobre muitos*. Mas ele concorda que Quine é posto em dificuldade por não dar uma solução satisfatória das declarações contendo referência ostensiva a universais. E Devitt não oferece nenhuma possibilidade de paráfrase que possa melhorar a abordagem insatisfatória das paráfrases sugeridas por seu mentor. E, não havendo paráfrases satisfatórias que possam “particularizar” as referências a propriedades em certas declarações, se faz necessário falar de universais. Mas ele, após aceitar universais, teria de solucionar o problema que recai sobre os realistas: "Como os particulares se relacionam com universais?". Armstrong dirá que, caso Devitt (e também

---

<sup>81</sup> No original: Talk of “particulars” and “universals” clutters the landscape without adding to our understanding. We should rest with the basic fact that  $a$  is  $F$ ”(ARMSTRONG, 1980, p.448, grifo nosso).

alguns realistas) sigam esses passos, serão levados a aceitar a solução do realismo que ele propõe: o Realismo Imanentista não Relacional (ARMSTRONG, 1980, p.448).

## 2.5 CONCLUSÃO

Neste Capítulo buscamos apresentar, num primeiro momento, recorrendo sobretudo ao artigo de Quine *Sobre o que há*, uma discussão acerca de questões ontológicas, o *compromisso ontológico* quineano e seu Nominalismo fundamentado neste compromisso. Num segundo momento procuramos tratar da crítica promovida por D. M. Armstrong do Nominalismo Quineano, chamado de forma pejorativa por este de *nominalismo do avestruz*. Tal crítica se baseou, principalmente, na impossibilidade de excluir a menção a universais em certas proposições. Dessa maneira, o *compromisso ontológico* de Quine, que afirma apenas o comprometimento com particulares sensíveis, números e classes, é posto em dificuldade, uma vez que se torna impossível não fazer menção a universais.

Armstrong, por sua vez, após ter apontado os problemas da teoria de Quine, enfrenta o problema que recai sobre todas as formas de realismo, a saber, de explicar como os universais se relacionam com particulares e como os particulares se relacionam entre si.

Para dar conta deste problema, Armstrong recorre a sua teoria dos *states of affairs*. Esta teoria repete o *atomismo lógico* de Russell que diz que, embora possamos distinguir a particularidade de um particular de suas propriedades, no entanto, ambos estão tão intimamente conectados que se torna difícil falar de uma relação entre eles. O *fator individuante* e a natureza são incapazes de existir separados. Tal separação é uma abstração que fazemos. Esta saída que recorre a um Realismo Imanentista não Relacional também resolve o problema de explicar como dois particulares estão numa relação, evitando assim regressos ao infinito.

## CAPÍTULO 3: REFORMULAÇÕES DO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS E SUAS RESPECTIVAS RESPOSTAS

### 3.1 ATUALIZAÇÃO DA DISCUSSÃO: A DIALÉTICA AMIGO VERSUS INIMIGO

Falamos ao longo desta dissertação que o Nominalismo de Avestruz teve início com Quine e que essa alcunha pejorativa, ‘de Avestruz’, foi-lhe dada por Armstrong. Também apresentamos o embate travado por Armstrong (1980) e Devitt (1980) a respeito dessa teoria. Nosso propósito nesta seção é apresentar uma atualização dessa discussão a partir do que denominamos dialética do amigo *versus* inimigo<sup>82</sup>. Devitt (1980), apesar de tomar na disputa o lado dos amigos do Nominalismo inaugurado por Quine, rejeitou ser chamado de ‘nominalista de Avestruz’. No entanto, houve quem, defendendo esse nominalismo, adotasse com orgulho tal alcunha (DEVITT, 2022, p.2; PEACOCK, 2009, p. 184). Nesse embate dialético, obviamente, há também aqueles que se colocam do lado contrário. Os inimigos do Nominalismo de Avestruz não foram apenas realistas, como Armstrong, mas também defensores de outras vertentes de nominalismo que consideram o Nominalismo de inspiração quineana insatisfatório. Passemos, então, aos amigos e inimigos do Nominalismo de Avestruz, apresentando brevemente alguns de seus trabalhos.

#### **Armstrong (1989)**

Nos dois volumes de sua obra *Nominalism and Realism* (1978) e no artigo *Against Ostrich Nominalism* (1980), Armstrong tratou o problema dos universais como sendo o problema do *Um em Muitos*. Porém, ele posteriormente considerou mudar esta abordagem em seu livro *Universals: uma introdução opinada [Universals: an opinionated Introduction]* (ARMSTRONG, 1989, p.2). Para Armstrong, o problema dos universais deixou de ser o tradicional problema inaugurado por Platão e passou a ser o da *identidade de tipos*, se ela deve ser afirmada em *sentido fraco e popular [loose and popular]* ou em *sentido forte e restrito [strict]* (ARMSTRONG, 1997, p.14-17). Procuremos explicar como ele coloca este novo problema.

---

<sup>82</sup> Tomamos emprestada a ideia de listar os amigos e inimigos do Nominalismo de Avestruz de Imaguire (2018, Cap 2, p.19-24).

Pensemos o caso de tanto Maria quanto Joana usarem vestidos do mesmo modelo. Ambos os vestidos são separados no espaço e tempo e são de tamanhos distintos. Mas, ainda assim, alguém que se depara com ambas dirá: ‘Maria e Joana usam o mesmo vestido’; ou dirá, ainda: ‘Elas estão com a mesma roupa’. Num certo sentido os objetos distintos no espaço e no tempo possuem alguma identidade [*sameness*]. Se adotarmos a distinção peirceana, podemos dizer que ambos os vestidos são *instâncias* [*tokens*] de um mesmo *tipo* [*type*]. Há uma identidade de *tipo* entre ambos os vestidos. A pergunta que Armstrong faz é: esta identidade de *tipo* pode ser afirmada num *sentido fraco e popular* [*loose and popular*] ou em *sentido forte e restrito* [*strict*]?

Esta nova questão levantada por Armstrong acerca da identidade em *sentido fraco* ou em *sentido restrito* toma emprestado o vocabulário do filósofo do século XVIII Bishop Joseph Butler. Precisamos esclarecer o que é esta distinção e depois mostrarmos sua aplicação ao problema dos universais. Butler, em *The Analogy of Religion* (2021), publicado originalmente em 1736, não usou esta distinção para tratar do problema dos universais. O Bispo Anglicano tratou de outro problema metafísico em sua obra, a saber, o da identidade pessoal. Segundo ele, também a identidade pessoal pode ser afirmada em dois sentidos: em um *sentido fraco e popular* [*loose and popular*] e em um *sentido forte e restrito* [*strict*].

Para compreendermos como funciona esta distinção, consideremos o caso da mesma pessoa que ontem estava com frio e hoje está com calor. Este indivíduo que foi visto ontem é o mesmo hoje? Este é um problema de difícil solução, pois em termos puramente físicos, podemos dizer que ele não é num sentido restrito o mesmo, pois ele terá propriedades distintas: sentiu calor ontem e sente frio hoje, estava sentado ontem, está em pé hoje, é careca atualmente, mas tinha cabelos compridos no passado. Se lançarmos mão do *princípio da indiscernibilidade dos idênticos*, podemos dizer que não temos o mesmo indivíduo em *sentido forte e restrito*. Afinal, suas propriedades são distintas em diferentes épocas. Os átomos do corpo deste mesmo indivíduo podem estar ordenados de maneira diversa da que estava ontem. Daí afirmarmos que, em *sentido forte e restrito*, este indivíduo não é o mesmo (ARMSTRONG, 1997, p.14). Num *sentido fraco e popular de identidade*, no entanto, podemos dizer que aquele que está com frio hoje e estava com calor ontem é o mesmo indivíduo. Afinal, é comum dizermos popularmente que ‘João estava com calor ontem, mas hoje está com frio’.

Mas qual a finalidade da distinção butleriana para o problema dos universais, abordado por David Armstrong? Retomando o problema dos vestidos de Joana e Maria, podemos dizer que há dois objetos numericamente distintos (dois vestidos) que têm pelo

menos uma característica em comum: serem ambos do mesmo modelo. Eles diferem, porém, em outras características (tamanho, cor, localização no espaço-tempo). Armstrong diz que “[...] dois *tokens* têm certo número de propriedades em comum, mas diferem em muitas outras”<sup>83</sup>. Ambos os vestidos são *idênticos* entre si quanto ao modelo. Podemos dizer que a identidade de *tipo* pode ser afirmada em dois sentidos: 1) *sentido fraco e popular* e 2) *sentido forte e restrito*.

Os filósofos realistas dirão que a identidade (ser o mesmo) entre os vestidos se dá em um *sentido restrito e forte* do termo ‘idêntico’. Os nominalistas irão afirmar que há identidade entre ambas as peças de roupa em *sentido fraco e popular*. Os últimos irão afirmar que a identidade ocorre em virtude de os vestidos pertencerem ao mesmo conjunto, de caírem sob o mesmo conceito ou sob o mesmo predicado, de haver entre eles uma relação de semelhança, de participarem do mesmo agregado etc.

Vemos aqui que mesmo Armstrong, que anteriormente tomava o problema do *Um em Muitos* como sendo o grande problema dos universais, passou a colocar o problema em outros termos. Consideramos que a mudança de abordagem prefigura o problema *Similares mas Diferentes* que será posto por Peacock (2009, p.200): Como é possível que dois particulares possam ser similares e diferentes ao mesmo tempo: *a* ser *F* e *b* ser *F*, mas *a* não ser *G* e *b* ser *G*? O objetivo da reformulação é saber em virtude de que dois objetos são numericamente diferentes, qualitativamente o mesmo e qualitativamente diferentes (conferir a questão (V) no item 3.3 desta dissertação). Apesar de Armstrong mudar sua abordagem, ele manterá sua perspectiva realista, tal como fez no texto de 1978. Ele também permanecerá com sua postura crítica às abordagens nominalistas, sobretudo aquela denominada por ele de ‘Nominalismo de Avestruz’.

#### **Van Cleve (1994)**

James Van Cleve, em seu artigo *Predicações sem universais? Um flerte com o Nominalismo de Avestruz* [*Predications without universals? A fling with Ostrich Nominalism*] (1994), analisa as vantagens e desvantagens de flertar [*fling*] com o Nominalismo Avestruz. Ele também compara a solução nominalista inaugurada por Quine<sup>84</sup> com o Realismo

<sup>83</sup> No original: “[...] two *tokens* have a number of properties in common but differ in many others” (ARMSTRONG, 1989, p.711 *italico* nosso) . O problema posto por Armstrong nestes termos antecipa o problema dos *Similares mas Diferentes* feito por Peacock em *What’s wrong with Ostrich Nominalism?* (2009), uma vez que o último afirma: “*a* e *b* são numericamente diferentes, e qualitativamente o mesmo, no entanto qualitativamente diferentes” [No original: “*a* and *b* are numerically different, and qualitatively the same, yet qualitatively different”] (PEACOCK 2009, p.200).

<sup>84</sup> Segundo Cleve, apesar de Quine ser considerado o fundador do Nominalismo de Avestruz, podemos encontrar o prelúdio deste Nominalismo em Kant, na Crítica da Razão Pura (A186-87/ B229/30): ‘Dá-se o nome de

armstronguiano (1978a e 1978b) e outras versões do Nominalismo, como o de Predicados e de Semelhança. Considerando, sobretudo, a disputa entre Devitt (1980) e Armstrong (1980), Van Cleve lista as vantagens do Nominalismo de Avestruz em relação às teorias concorrentes (CLEVE, 1994, p.582, IMAGUIRE, 2018, p.21):

1º O Nominalismo de Avestruz evita predicacões paradoxais como ‘não exemplifica a si mesmo’;

2º As soluções listadas, exceto o Nominalismo de Avestruz, são análises expansivas e não redutivas (CLEVE, 1994, p.582; ARMSTRONG, 1978a,p.16);

3º O Nominalismo de Avestruz, por não explicar a relação  $a \text{ é } F$  - pois a toma como primitiva - é a única solução que não cai em regresso ao infinito (CLEVE, 1994, p.583; ARMSTRONG,1978a, p.70-71).

Van Cleve também aponta os possíveis problemas de flertar com o Nominalismo de Avestruz. Segundo ele, Nominalismo Quineano acaba por se comprometer de forma intrínseca com entidades como qualidades, tipos, natureza, características.

### **Melia (1995)**

No ano seguinte ao texto de Van Cleve, Melia escreve o artigo *Sobre o que não há* [*On what there is not*] (1995). No referido artigo, o autor é favorável ao Nominalismo de Avestruz. Enquanto Van Cleve flertou com este Nominalismo e considerou as vantagens e desvantagens, Melia pretende um casamento com a teoria. Tal compromisso com o Nominalismo Quineano implica rejeitar entidades abstratas.

---

acidentes às determinações da substância, que são apenas modos particulares da sua existência. São sempre reais, porque se referem à existência da substância (as negações são apenas determinações, que exprimem a não-existência de algo na substância). Se se atribui uma existência particular a esta realidade na substância (por exemplo ao movimento, considerado como acidente da matéria), dá-se o nome de inerência a essa existência, para a distinguir da existência da substância a que se dá o nome de subsistência. Isto, contudo, suscita muitas interpretações errôneas e falar-se-ia com mais rigor e correção, designando por acidente apenas a maneira como a existência de uma substância é determinada positivamente.’ Esta passagem, no nosso entender, não sugere que Kant fosse um nominalista de Avestruz *stricto sensu*, apenas *lato sensu*. Com sua *atitude*, ele apenas estaria prefigurando certas características do que viria ser o Nominalismo proposto por Quine, do mesmo modo que podemos encontrar *atitude* de Lógica não clássicas nos *Primeiros Analíticos* de Aristóteles (cf. *An. Pr.* B15; *An. Pr.* B2–4), não podemos afirmar que este seja, de *modo stricto*, um lógico paraconsistente ou dialeteísta (cf. GOMES & D’OTTAVIANO, 2017, p.81-142). Diremos que ambos (Kant e Aristóteles) foram capazes de prefigurar de modo incompleto abordagens que só viriam a ocorrer no século XX. É difícil afirmar de modo preciso a posição de Kant quanto ao tema dos universais (OBERST, 2015, p.385, BARANOVAS, 2019). Há aqueles que o inserem na tradição conceitualista (MCDOWELL, 1994; HERRIGAN, 2020) ou conceitualista moderada (BARANOVAS, 2019). Há ainda aqueles que entendem a teoria kantiana como tropista (SMIT, 2000, p.255-256).

### **Oliver (1996)**

Com *Metafísica das Propriedades* [*Metaphysics of properties*], Oliver (1996) apresenta um trabalho que é um marco na discussão sobre o tema dos universais. Ele não toma partido dos amigos ou dos inimigos. Ele cumpre na discussão o papel de mediador da disputa. Oliver é responsável por compilar os diferentes instrumentos ou ferramentas utilizados nas abordagens do problema dos universais na filosofia contemporânea e apontar as vantagens e desvantagens de cada um deles dentro do panorama da discussão. [Falaremos sobre essas ferramentas no tópico 3.2 abaixo].

### **Azzouni (1998)**

Em *Sobre 'Sobre o que há'* [*On 'On what there is'*], Azzouni (1998) se mostra próximo do Nominalismo de Avestruz, já que é favorável à uma ontologia mais econômica. Ele, no entanto, apesar de buscar uma ontologia menos onerosa, irá fazer críticas pontuais ao critério de compromisso ontológico de Quine e o argumento da indispensabilidade quineano. Azzouni dirá que o critério de compromisso ontológico quineano faz com que as melhores teorias científicas (da Física, por exemplo) se comprometam com números, já que estes são indispensáveis. Toda vez que alguém afirma 'há [*there is*] algo', como por exemplo, 'há números', esta teoria está comprometida com este tipo de entidade. Azzouni, por outro lado, pretende que números possam ser usados de forma instrumental no interior de uma teoria científica sem que isso implique compromisso ontológico com eles. Ele afirma que um projeto de estilo nominalista, com exclusão de entidades abstratas, deve ser fundamentado epistemicamente [*epistemic grounds*] (1998, p.13). Sua proposta é que seja feita distinção entre dizermos no interior de uma teoria 'há números' e afirmarmos a realidade dos números, ou que 'existem números'. Ele pretende que possamos afirmar, no interior de uma teoria, que 'há números' sem que isso implique a sua realidade. O compromisso com existência ficaria restrito ao uso de 'existe' no interior de uma teoria. Segundo ele, os compromissos

ontológicos, tal como as verdades da teoria, devem ser justificados de forma holística<sup>85</sup>, ou seja, de acordo com a totalidade da teoria (AZZOUNI, 1998, p.4).

### **Rodriguez-Pereyra (2000)**

Em *Qual o problema dos universais?* [*What is a problem of universals?*] Rodriguez-Pereyra (2000) se colocará ao lado dos inimigos do Nominalismo de Avestruz. Esta postura combativa em relação ao Nominalismo inaugurado por Quine é reiterada em *Nominalismo de Semelhança: Uma solução para o problema dos universais* [*Resemblance Nominalism: A solution to the problem of universals*] (2002a, p.267-268) Ele também irá afirmar que o nominalista de avestruz é aquele que rejeita solucionar o problema dos universais (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.24). No entanto, para o filósofo argentino o problema dos universais não é o antigo *Um em Muitos* proposto por David Armstrong (1978a; 1980). O verdadeiro problema dos universais é o *Muitos em Um*. O Nominalismo de Avestruz seria, segundo Rodriguez-Pereyra, incapaz de oferecer fazedores de verdade para o problema *Muitos em Um: a ser, ao mesmo tempo, F e G* (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.46).

### **Melia (2005)**

Melia, em *Verdade sem fazedores de verdade* [*Truthmaking without truthmakers*] (2005), toma o lado dos amigos do Nominalismo proposto por Quine, mas rejeita ser chamado de ‘nominalista de Avestruz’. Ele prefere que o seu Nominalismo seja chamado de ‘*Nominalismo Sensato*’ [*Sensible Nominalism*]. Segundo ele, o nominalista Sensato deve seguir o aconselhamento quineano e cortar de sua ontologia entidades como, *state of affairs*, tropos, e *possibilia* e até mesmo classes. Melia defende que podemos solucionar problemas relacionados ao tema dos universais sem apelar para compromissos com entidades como *state of affairs*, tropos, classes, universais, bem como fazedores de verdade.

O Nominalismo Sensato pretende seguir o espírito do Nominalismo de Harvard em seu projeto de economia ontológica, a sua teoria se compromete apenas com particulares não

---

<sup>85</sup>Azzouni retoma a tese quieneana do holismo esta tese também é conhecida como tese Duhem-Quine(cf. GILLIES, 1998).A tese em questão afirma que uma tese não pode ser confrontada com a realidade de modo isolado, mas dentro de um contexto mais amplo, a totalidade da teoria(cf. WAGNER, 1986, p.2) Ela considera que uma hipótese científica tomada isoladamente não pode fazer previsões. Ela só deve ser considerada no interior de uma teoria. Quine afirmou em *Dois dogmas do Empirismo* (1963b, p.42-43): “Mas a totalidade do campo é tão indeterminada por suas condições limítrofes, pela experiências, que há muita latitude de escolha acerca de quais são as sentenças que devemos reavaliar à luz de qualquer experiência particular contrária. Nenhuma experiência particular está conectada com nenhuma sentença particular no interior do campo, exceto indiretamente através de considerações de equilíbrio que afetam o campo em sua totalidade”. No original: “But the total field is so underdetermined by its boundary conditions, experience, that there is much latitude of choice as to what statements to reevaluate in the light of any single contrary experience. No particular experiences are linked with any particular statements in the interior of the field, except indirectly through considerations of equilibrium affecting the field as a whole”.

abstratos. Ela afirma que apenas particulares sensíveis, tomados em sua totalidade [*thick particulars*]<sup>86</sup>, são necessários para explicar problemas como o fato de diferentes objetos serem do mesmo *tipo*. Nesta perspectiva, apenas nomes próprios se referem. Os predicados não são considerados como nomes próprios, mas isso não significa ignorá-los. Predicados serão sempre dependentes das coisas que eles predicam. Nomes próprios denotam, já os predicados descrevem (MELIA, 2005, p.67-68). Tal postura demonstra a estratégia redutiva e não relacional por parte do Nominalismo Sensato. As outras versões do Nominalismo, por tentarem responder o problema nos termos de Armstrong, acabam sofrendo com os problemas postos pelo filósofo realista: regressões, acréscimo na ontologia etc..

### **Peacock (2009)**

Peacock, em *Qual é o problema do Nominalismo de Avestruz* [*What's wrong with Ostrich Nominalism?*] (2009), formula o problema *Similares mas Diferentes*: *a* ser *F* e *b* ser *F*, mas *a* não ser *G* e *b* ser *G*? O problema cobra do respondedor que ele seja capaz de explicar a identidade qualitativa e a distinção qualitativa, assim como a identidade e a distinção numérica. No referido artigo, cujo título nos indica qual será a postura do autor em relação ao Nominalismo inaugurado por Quine, Peacock afirma que o Nominalismo tradicional responde o problema dos universais, já o Nominalismo de Avestruz não oferece qualquer solução para o clássico problema nem para o problema *Similares mas Diferentes*.

### **Calemi (2014)**

Em *O argumento do um sobre muitos: o dilema do nominalismo de avestruz* [*L'argomento dell'uno sui molti: Il dilemma dello struzzo*], Calemi (2014) toma partido pelo Nominalismo proposto por Quine. No referido artigo, o filósofo italiano ataca o argumento do *Um em Muitos* utilizado por Armstrong (1978a; 1980) e busca mostrar que o Nominalismo de Avestruz fornece uma saída satisfatória para o problema dos universais.

### **Imaguire (2018)**

Em *Nominalismo de Prioridades: O Nominalismo de Avestruz Fundamentado como uma solução para o problema dos universais* [*Priority Nominalism: Grounding Ostrich Nominalism as a Solution to the Problem of Universals*], Imaguire (2018) se coloca do lado

---

<sup>86</sup> Entendemos que Melia, apesar de não usar o termo '*particular complexo* [*thick particular*]', pretende que o particular seja tomado nesse sentido. Ele afirma: "Os indivíduos do nominalista sensato não são como os *particulares simples* de Armstrong" No original "The sensible nominalist's individuals are not like Armstrong's *thin particulars*" MELIA, 2005, p. 72, *grifo nosso*).

dos amigos do Nominalismo de Avestruz. Mas sua abordagem do problema dos universais não cumpre com exatidão a cartilha da ortodoxia quienana. O filósofo brasileiro incorpora a ferramenta recente da fundamentação ontológica [*ontological grounding*] ao Nominalismo de Avestruz.

### **Devitt (2022)**

Em *Nominalismo de Avestruz* [ *Ostrich Nominalism*], Devitt(2022) faz um apanhado da discussão desde sua contenda com Armstrong nos anos 1980 até 2022. Ele busca defender o Nominalismo inaugurado por Quine. Devitt (que anteriormente recusava a alcunha de ‘nominalista de avestruz’) passou a defender de forma orgulhosa esse atributo (DEVITT, 2022, p.2). Também busca responder às objeções feitas por Armstrong (1980), assim como aquelas feitas por Rodriguez-Pereyra (2000; 2002a) e Peacock (2009). Devitt não se limitou apenas a responder os seus adversários, mas também analisou os trabalhos daqueles que buscaram defender o Nominalismo de Avestruz. Ele retoma criticamente os trabalhos de Melia (1995; 2005) , Van Cleve (1994) e de Imaguire (2018).

## **3.2 AS SEIS FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA RESOLVER O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS**

Falamos acima que Oliver (1996) lista as principais ferramentas utilizadas até então na solução do problema dos universais<sup>87</sup>; são elas (1) *Análise conceitual*; (2) *Compromisso ontológico*; (3) *Fazedores de verdade* [*truth-makers*]. Outra ferramenta também elencada por Oliver (1996, p.5-9) e muito utilizada pelos filósofos é o (4) *Princípio da Simplicidade*<sup>88</sup>; além disso, nos últimos anos, uma nova ferramenta foi incorporada à discussão: (5) *Grounding ou Teoria da Fundamentação*. Como resultado da introdução dessa nova ferramenta, outra foi produzida: (6) *Compromisso ontológico fundamentado* [*grounded*

---

<sup>87</sup> OLIVER (1996, p.47, 68, 74-75) também afirmou que cada uma destas três ferramentas é utilizada em algum momento da obra de Armstrong para defender o seu Realismo Imanentista e atacar as teorias rivais. A análise conceitual aparece em ARMSTRONG, 1978a, p.XIII; o critério de compromisso ontológico pode ser encontrado em ARMSTRONG 1978a, p.58-63; os fazedores de verdade aparece em ARMSTRONG, 1989, p. 89.

<sup>88</sup> Armstrong (1978a, p.18, p.35) também faz uso do princípio da simplicidade quando afirma que seus adversários acabam descumprindo a proposta de economizar entidade e acabam promovendo acréscimos na ontologia. Um desses casos ocorre quando o nominalista de classes apela para mundos possíveis visando resolver o impasse das propriedades coextensivas [vide argumento (IV) Classes e Propriedades Coextensivas na seção 1.2 deste trabalho]. Outra ocorrência se dá quando ele diz que o nominalista de semelhanças, ao tentar resolver (IX) o argumento da simetria da semelhança, “[...] multiplica necessidades sem necessidade” (ARMSTRONG, 1978a, p.49).

*ontological commitment*]. Cada um destes instrumentos serve para que filósofos possam, ao seu modo, formular e solucionar o problema dos universais. Procuraremos, nas próximas linhas, mostrar as características de cada uma dessas ferramentas listadas.

(1) *Análise conceitual*. David Armstrong (1978a, p.50) afirma que as teorias que lidam com universais devem analisar fatos do tipo  $a$  e  $b$  são  $F$ . Ele cobra que este tipo de sentença deva ter um tratamento redutivo, uma análise lógica. O procedimento requerido por Armstrong foi chamado por Oliver (1996, p. 50) de ‘análise conceitual’. Apesar do problema dos universais ser consensualmente um problema de ordem ontológica, isto não implica que certa análise lógico-conceitual não seja feita. Filósofos fazem uso deste tipo de ferramenta para resolver o aparente paradoxo que aparece no problema do *Um sobre Muitos* (IMAGUIRE, 2018, p.28). A análise em questão cobra daquele que aborda o problema que ele explique: a) o fato de  $a$  ser  $F$ ; b) a distinção conceitual entre  $a$  e  $b$ ; c) a identidade entre  $a$  e  $b$  quanto a  $F$ .

Armstrong (1978a, p.XIII) lança mão desta ferramenta para argumentar a favor da existência dos universais. Este argumento formulado pelo filósofo australiano é uma retomada do clássico argumento do *Um em Muitos* formulado inicialmente por Platão (cf. *REPÚBLICA*, 596a-b). A análise conceitual serve para que o filósofo resolva o aparente paradoxo do fato  $a$  e  $b$  serem ambos  $F$ . O aparente paradoxo está assentado no fato de dois objetos diferentes, por exemplo duas maçãs, serem o mesmo (vermelhas). A análise conceitual explicará: 1) ambos são idênticos quanto ao fato de serem vermelhos (identidade de natureza); 2) ambas são numericamente diferentes. E, o fato de  $a$  ser  $F$  tem por parte do realista a mesma solução que no caso  $a$  e  $b$  são  $F$ :  $a$  é  $F$  e  $a$  e  $b$  são  $F$  por instanciarem o universal *F-idade* (ALENCAR, 2015, p.131). O argumento formulado por Armstrong pode ser esquematizado do seguinte modo (CALEMI, 2014, §12):

(P1) Muitos particulares diferentes podem ter aquilo que aparenta ser uma mesma natureza.

(P2) Se tal aparência não pode ser eliminada, então deve ser aceita;

(P3) Tal aparência não pode ser eliminada;

(C1) Portanto, muitos particulares podem ter a mesma natureza;

(C1’) Portanto, existe uma identidade de natureza que pode ser possuída por vários particulares.

Uma vez que a identidade de natureza não pode ser excluída, a sua existência será afirmada. Calemi (2014, §10) diz que este é um tipo de argumento da indispensabilidade; quando não podemos excluir algo de nossos compromissos ontológicos, então devemos

aceitar a sua existência. Armstrong, a partir da constatação da identidade de natureza, irá defender a existência de um universal. A vermelhidão é capaz de explicar de forma reductiva a identidade de natureza de ambos os objetos. A existência da identidade de natureza implica na existência do universal (CALEMI, 2014, §13), algo que está multiplamente instanciado em ambas as maçãs.

O uso da análise conceitual foi defendido não apenas por Armstrong, mas também por Filósofos como MacBride (2002). Este último afirmou a importância da análise em detrimento de outras ferramentas como os fazedores de verdade [sobre fazedores de verdade conferir abaixo]. MacBride (2002, p.31) asseverou que fazedores de verdade tomados isoladamente não são capazes de explicar adequadamente fatos como  $a$  e  $b$  são  $F$ . Segundo ele, mesmo que o fazedor de verdade da sentença ' $a$  e  $b$  são  $F$ ' seja apontado, ainda assim o problema do *Um em Muitos* persistirá, pois não foi explicado o fato de  $a$  e  $b$  serem idênticos e ainda assim distintos. Na visão do defensor da análise conceitual, o problema só será resolvido se for feita uma análise do fato supracitado (MACBRIDE, 2002, p.31-32; RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002b, p.45).

Apesar desta ferramenta ser requerida na abordagem do problema dos universais por Filósofos como Armstrong (1978a) e Macbride (2002), críticas podem ser apontadas ao seu uso. Uma vez que a abordagem é dada em termos de existência, o critério quineano de compromisso ontológico se mostra um instrumento requerido na solução do problema (IMAGUIRE, 2018, p.28). Rodriguez-Pereyra (2000, p.255; 2002b, p.39) afirmou que os problemas envolvendo universais podem ser solucionados a partir de fazedores de verdade e não de análise conceitual. Segundo ele, o problema dos universais pode ser solucionado oferecendo fazedores de verdade para sentenças como ' $a$  e  $b$  são  $F$  e  $a$  é ao mesmo tempo  $F$  e  $G$ '. Falaremos adiante dos fazedores de verdade. Antes disso, trataremos do critério de compromisso ontológico e suas objeções.

(2) O *compromisso ontológico* ou *critério de comprometimento ontológico*<sup>89</sup> é uma ferramenta que tem por função expressar, por meio de lógica de primeira ordem, com quais entidades uma teoria se compromete, o que a teoria considera como existente. Essa ferramenta é utilizada por filósofos nominalistas, como é o caso de Quine (1963a), Devitt (1980) e Imaguire (2018). Armstrong (1978a, p. 58-63; 1980) representa um caso de filósofo realista

---

<sup>89</sup> Uma vez que já falamos do compromisso ontológico de modo mais detido nos capítulos anteriores, neste capítulo focaremos nas críticas a essa ferramenta.

que faz uso da ferramenta. Apesar do vasto uso desta ferramenta por diferentes filósofos, limitações podem ser apontadas.

Uma crítica que podemos fazer ao critério proposto por Quine é o chamado ‘Problema da simetria da paráfrase’ (IMAGUIRE, 2018, p. 29-30). Esta crítica foi feita inicialmente por Alston (1958) e posteriormente por Oliver (1996, 13-16). Segundo ela, o critério não é capaz de nos fazer decidir entre compromissos diversos. Pensemos que a sentença  $S$  é verdadeira e nos compromete com a entidade  $E$ , desse modo, somos levados ao compromisso com a entidade.

O teórico que considera  $E$  como entidade indesejada fará uma tradução para excluí-la de sua ontologia. Ele proporá a tradução de  $S$  em termos de  $S^*$ . A tradução acima (desde que seja verdadeira) garante que a entidade  $E$  seja excluída de sua ontologia. Tal procedimento da tradução costuma ser aplicado na discussão entre nominalistas e realistas (IMAGUIRE, 2018, p.87). Qual o motivo de considerarmos o compromisso com  $E$  dispensável ou aparente? Por qual motivo temos que dar preferência ao compromisso de  $S^*$  e não de  $S$  (IMAGUIRE, 2018, p. 29-30)? A escolha entre um compromisso ou outro se mostra arbitrária se não houver outro parâmetro que o critério de compromisso ontológico.

Ainda sobre o problema acima, podemos dizer que não há como escolhermos qual das duas sentenças é a mais adequada. Alguém pode afirmar que uma ontologia mais econômica é preferível que uma mais onerosa. Porém, devemos ressaltar que o critério de compromisso ontológico pode ser utilizado tanto por aquele que defende o compromisso com a entidade  $E$ , bem como por aquele que recusa afirmar sua existência.

A objeção de Alston (1958, p.13) também diz que a existência de algo não parece ser excluída mediante traduções. Pensemos, como ele diz, o caso de um cientista que lida com elétrons em sua teoria. Poderíamos convencê-lo de que tais entidades não existem oferecendo uma paráfrase, de mesmo sentido e também verdadeira, de uma sentença que afirmava a existência dos elétrons?

Além de Alston, outros filósofos fizeram críticas ao critério de compromisso ontológico. Azzouni (1998) afirma que o critério fornecido por Quine não é capaz de julgar qual discurso acerca da existência é melhor. Ele também critica o argumento da indispensabilidade Quine-Putnam. Tal argumento diz que, uma vez que nossas melhores teorias científicas (físicas, na realidade) requerem quantificações existenciais de certas entidades, segue-se que estamos comprometidos ontologicamente com tais entidades (cf. AZZOUNI, 1998, p.1; DURANTE, 2014, p. 27).

O caso dos números, assim como o das classes, serve de exemplo do argumento da indispensabilidade Quine-Putnam. Números e classes, apesar de serem *entia non grata* aos olhos do Nominalismo de Harvard, em razão de sua natureza abstrata, são indispensáveis para a Física. Desse modo, devem ser incluídos na ontologia. Uma vez que números aparecem na linguagem científica, deverá haver compromisso com estas entidades. Números puros, como é o caso dos números naturais, são um exemplo de entidades indispensáveis para a teoria científica. Estes devem permanecer. Números impuros, como três quilômetros, são considerados excessos ontológicos, desse modo devem ser excluídos da ontologia através do uso da paráfrase. Quando uma sentença *A* afirma: ‘A distância entre o objeto *a* e o objeto *b* mede três quilômetros’ ela deve ser traduzida em termos de compromisso apenas com números puros. A sentença *A* será traduzida em termos de *A\**: ‘A distância entre *a* *b* em quilômetros é três’ (GREIMANN, 2009, p.360).

Azzouni afirma que a tese da indispensabilidade Quine-Putnam é insolúvel. Isso ocorre porque a tese requer um critério antecedente para expressar qual compromisso ontológico será adotado. A tese não dá um critério para decidirmos qual entidade é indispensável e qual é descartável quando comparamos duas teorias rivais que possuem os mesmos resultados. Este critério de decisão não existe. E, uma vez que ele não existe, não há como escolher entre compromissos de teorias concorrentes. Azzouni (1998, p.2) também Durante (2014, p. 27) dizem que o critério compromisso ontológico de Quine tem como defeito ser incapaz de oferecer *CE* (critério para decidir o que existe); ele apenas oferece *CR* (critério para reconhecer com o que o discurso nos compromete). Sabemos que Quine fala que sua opção por uma ontologia menos povoada é decorrência de um gosto estético. Mas o apelo estético não é uma justificativa teórica desenvolvida da economia de entidades. [Falaremos adiante sobre o princípio da simplicidade].

Outra objeção que pode ser feita ao critério diz respeito a comprometimentos ontológicos implícitos ou propriedades extrínsecas (RAYO, 2007, p. 431-432). Estes comprometimentos podem representar acréscimos indevidos, uma vez que o critério diz que devemos nos comprometer apenas com as entidades explicitadas no interior de uma teoria e qualquer acréscimo tido como excessivo na ontologia deve ser rejeitado. Pensemos no caso de uma possível teoria que considera verdadeira uma única sentença ‘Maria é filha’. A verdade de tal sentença faz com que ‘ $\exists x$  (*x* é filha)’[leia: ‘Existe um *x* tal que *x* é filha’.] também seja verdadeira. Desse modo, a teoria deve se comprometer com a existência de Maria. No entanto a sentença ‘Maria é filha’ leva ao compromisso ontológico implícito com pelo menos mais

dois indivíduos, a saber, os seus genitores<sup>90</sup>. Tais comprometimentos implicam acréscimo na ontologia da teoria, acréscimos que Quine e seus seguidores não gostariam que ocorressem, pois a sentença ‘Maria é filha’ não fala explicitamente de genitores.

Alston (1958) e, posteriormente, Szabó (2009, p.14) fizeram outra crítica ao critério de comprometimento ontológico. De acordo com a crítica, o critério falha quando lidamos com sentenças feitas em linguagem natural e buscamos colocá-las em termos da linguagem lógica de primeira ordem. Na perspectiva quineana, o símbolo de existência ‘ $\exists$ ’ é capaz de capturar as declarações existenciais feitas em linguagem natural. Mas, haverá casos problemáticos, casos em que a tradução nos comprometerá com entidades consideradas por Quine e seus seguidores como dispensáveis.

A crítica feita por Alston (1958) e Szabó (2009) se refere ao compromisso com *possibilia*, virtudes morais e universais, por exemplo. Apesar da rejeição quineana de compromissos ontológicos com essas entidades, o compromisso com tais entidades pode se mostrar inevitável quando aplicamos o critério às sentenças do português que fazem uso do verbo ‘haver’. Um exemplo deste tipo de caso seria: ‘Há uma boa chance de o Supremo Tribunal não voltar a escolher um presidente’<sup>91</sup>. Esta sentença nos leva ao problema de que a expressão ‘Há uma boa chance de’ parece nos comprometer com *possibilia* e, como é sabido, Quine era contrário ao nosso comprometimento com entidades deste tipo. Ele considerava que questões modais seriam um acréscimo dispensável à ontologia<sup>92</sup>. Um exemplo de

---

<sup>90</sup> Uma exposição detalhada desta objeção feita por Rayo (2007), assim como uma resposta a ela, é feita por Durante (2014, p.23-27).

<sup>91</sup> No original: ‘there is a good chance that the Supreme Court won't choose a president again’ (SZABÓ 2009, p.14).

<sup>92</sup> Quine considerava que questões modais seriam uma retomada do essencialismo aristotélico. Quine apresentou três objeções aos *possibilia*. 1) *possibilia* ferem o princípio da identidade. Quine costumava defender o slogan ‘nenhuma entidade sem identidade’ (1969, p.23). Um exemplo dessa crítica aparece em *Sobre o que há*. No referido artigo ele pergunta: Se o possível homem gordo e o possível homem careca são o mesmo (um mesmo homem que é careca e gordo gordo) ou dois homens diferentes (um primeiro homem gordo e um segundo careca)? 2) Aceitar questões modais seria uma retomada do apriorismo e isso não implicaria nenhum ganho epistêmico. Aceitar *possibilia* e a sua semântica seria uma retomada do vocabulário ‘essência versus contingência’ da filosofia primeira de Aristóteles (QUINE, 1966b, p. 173). Uma vez que Quine tinha um ponto de vista naturalista ele considerava que falar da essência ou da contingência de determinada entidade implicaria num conhecimento que não seria *a posteriori*. 3) Ser necessário ou possível é uma característica *de dicto* e não *de re*. Necessidade e contingência não se referem ao objeto em si mesmo mas à proposição. Quine dá o exemplo das proposições a) Necessariamente Nove é maior que sete; b) Necessariamente o número de planetas do sistema solar é maior que sete. A proposição a) é necessária, segundo Quine, porque ela é analítica: necessariamente nove é maior que sete. A proposição b) se considerada *de dicto* seria necessária, mas essa necessidade só ocorreria se ela fosse tomada como analítica. No entanto, a segunda proposição, se considerada sintética, seria falsa, uma vez que trataria do mundo. Se considerarmos a proposição em termos *de re* seria contingentemente verdadeiro e não necessariamente, de acordo com Quine, que o número de planetas seja nove (quando o exemplo foi formulado Plutão era considerado planeta). (cf. QUINE, 1963c, p.143). Quine entendia que a introdução de quantificação modal (necessário e possível) não seria um ganho, uma vez que necessidade só poderia ser o caso em proposições analíticas e não sintéticas. Sobre esta discussão, conferir CRANE & FARKAS, 2004, p.301-312; SANTOS, 2012, p.9-39; KRIPKE, 2012; SCHWARTZ, 2017, p.231-232.

compromisso com entidades morais ocorreria com a seguinte sentença: ‘Há certas virtudes que ele não possui’<sup>93</sup>. O exemplo de comprometimento com universais foi dado por nós no Capítulo 2 desta dissertação: ‘Algumas espécies biológicas são cruzáveis’ (QUINE, 1963a, p. 13).

Melia (1995) buscou solucionar impasses como aqueles apresentados por Alston (1958). A saída adotada por Melia foi traduzir as sentenças visando preservar a sua verdade e afirmar apenas o ser de particulares concretos. Segundo ele, as nossas melhores teorias não podem se comprometer com entidades abstratas que derivam das entidades concretas (MELIA, 1995, p.224). Melia investiga certas proposições e os compromissos ontológicos que nelas estão implicados:

- (a) A mãe média tem 2,4 filhos;
- (b) O número de dedos de Argle é igual ao número de dedos dos pés de Bargle;
- (c) Há duas maneiras possíveis de Joe ganhar esta partida de Xadrez;
- (d) Há uma virtude que Bill e Joe têm em comum.

Em termos da linguagem cotidiana, nós, muito provavelmente, não teríamos problemas em aceitarmos certos comprometimentos ontológicos. Quando nos deparamos com (d) aceitamos que podem haver certas virtudes morais. Ao observarmos (c), poderíamos concordar, do ponto de vista da linguagem ordinária, que há duas possíveis jogadas que Joe pode fazer para ganhar a partida. De mesmo modo, ao nos depararmos com (b), seríamos levados a aceitar a existência de números. Também, ao observarmos (a), não rejeitaríamos o fato de que há uma mulher média, números e número médio de filhos. Mas, do ponto de vista lógico-filosófico, (a), (b), (c) e (d) nos levam ao problema de nos comprometermos ou não com entidades abstratas como possibilidades, números e mulher média. A estratégia de Melia é de afirmar uma ontologia minimalista ao modo do Nominalismo de Harvard e excluir até mesmo números de seus compromissos ontológicos. Sua postura é mais radical que a proposta original quineana, pois Quine aceitava números em sua ontologia.

Mas, mesmo do ponto de vista lógico-filosófico, tal exclusão não é algo tão simples de ser aceita. Uma vez que as proposições acima são significativas, como afirmar sua verdade sem nos comprometermos com entidades abstratas? Basta afirmarmos o ser apenas dos

---

<sup>93</sup> No original: ‘There are many virtues which he lacks’(ALSTON, 1958, p.9).

particulares concretos e excluir as entidades que derivam deles. A proposição (a), por exemplo, seria traduzida do seguinte modo:

(a\*) O número de descendentes dividido pelo número de mães é igual a 2,4.

No entanto, Melia assume que sua saída pode incorrer em dificuldades. A sua estratégia tem problemas, pois, mesmo excluindo mãe média, não há como excluir certo tipo de *entia non grata* como números, afinal '2,4' continua sendo mencionado na proposição.

A proposição (b), seria traduzida do seguinte modo:

(b\*) Argle tem tantos dedos quanto Bargle tem de dedos nos pés.

A proposição (c) seria traduzida do seguinte modo:

(c\*) Joe pode ganhar este jogo de xadrez fazendo uma tempestades de peões ao lado do rei, ou trocando as rainhas e chegando a um fim de jogo.

A proposição (d) seria traduzida por:

(d\*) Bill é casto e Joe também é casto.

Outra crítica ao critério de compromisso ontológico, segundo Schafer (2009) e Fine (2009), é que seu uso implica no relativismo ontológico. Teorias diferentes se comprometem com entidades diferentes. A adoção deste critério pode ser feita tanto pelo realista (que tem uma ontologia considerada mais insuflada) quanto pelo nominalista. O critério não é um instrumento que permite fazermos decisões acerca de qual comprometimento é preferível. Tal ferramenta garante que seu usuário possa expressar compromissos ontológicos, expressar com quais entidades a sua teoria está comprometida, mas tal critério não serve para decidir qual é o melhor compromisso ontológico.

Outra característica tida como negativa é o fato de que tanto um nominalista quanto um realista poderão utilizar o critério para expressar com quais entidades sua teoria está comprometida. Mas o instrumental fornecido por Quine não é capaz de demonstrar qual das duas teorias é a melhor. A saída adotada por Quine para esta aparente limitação de seu critério é traduzir sentenças que nos comprometem com universais num vocabulário de primeira ordem. Desse modo, sentenças que expressam compromissos com universais podem ser reescritas de modo a expressar compromissos apenas com particulares. Mas, tal como vimos

no Capítulo 2 de nossa dissertação, uma vez que o nominalista não puder traduzir tais compromissos com universais (como foi o caso das espécies), ele será forçado a aceitar certos universais em sua ontologia.

Apesar das críticas ao compromisso, sobretudo pela dificuldade de decidirmos qual ontologia é a mais adequada, tal ferramenta continua sendo utilizada para expressar compromissos ontológicos. Tudo aquilo que existe pode ser expresso pela lógica quantificacional. Como veremos adiante, Guido Imaguire proporá, ao invés de uma total substituição da ortodoxia quineana dos compromissos ontológicos, uma renovação do critério ao combiná-lo com a teoria da fundamentação ontológica. Esta nova ferramenta, o *critério de compromisso ontológico fundamentado*, terá como vantagem ser um instrumento tanto de expressão quanto de decisão em termos ontológicos. Antes de abordarmos esta nova ferramenta proposta pelo filósofo brasileiro, trataremos dos fazedores de verdade, do princípio da simplicidade e da teoria de fundamentação.

(3) *Fazedores de verdade* [*truth-makers*]. Os usuários desta ferramenta, como é o caso de Rodriguez-Pereyra (2000, p.255; 2002a, p.31; 2002b, p.39), defendem que fazedores de verdade são capazes de resolver o problema dos universais. Armstrong (1989, p.88) também faz uso deste instrumento para resolver o problema dos universais. A teoria em questão afirma que há uma relação entre uma entidade (o fazedor de verdade) que torna verdadeira uma proposição ou várias (os portadores de verdade). Esta relação se dá do seguinte modo:

(FV)  $P$  é verdadeira se, e somente se, existe  $s$  tal que  $s \blacktriangleright P$ . (leia: ‘A proposição  $P$  é verdadeira se, e somente se, existe um objeto  $s$  tal que  $s$  faz  $P$  verdadeira’).

Um exemplo que ilustra (FV): o fato de Kripke ser filósofo torna verdadeira a proposição  $P$  ( $P$ : Kripke é filósofo). A abordagem em questão não deve ser confundida com o verificacionismo. O verificacionismo é uma tese epistemológica e os fazedores de verdade são utilizados em teses ontológicas. O verificacionismo está preocupado em explicar a natureza da verdade em termos da simetria entre a proposição e um fato; ele se preocupa em explicar (dar uma definição) do que é a verdade (BEBEE & DODD, 2005, p.14). Já a abordagem dos fazedores de verdade se dá em termos de existência.

O termo ‘fazedores de verdade’ foi introduzido, nos anos oitenta, no artigo conjunto *Truth-makers* (1984), de Peter Simons, Kevin Mulligan e Barry Smith. O artigo tem como inspiração o verificacionismo de Russell. Podemos afirmar ainda que a teoria dos fazedores

de verdade tem um passado ainda mais distante: já em Aristóteles temos como apontar um prelúdio dessa teoria (cf. *Categorias* 14b 14-22).

Posteriormente à veiculação do artigo *Truth-makers* (1984), vários filósofos fizeram uso desta ferramenta para solucionar o problema dos universais. Rodriguez-Pereyra, em *What is a problem of universals* (2000), é responsável por afirmar que os fazedores de verdade (*truth-makers*) seriam a única solução viável para o problema dos universais. Para ele, fazedores de verdade são particulares semelhantes.

David Armstrong também recorre aos fazedores de verdade para solucionar o problema dos universais. Armstrong disse que *states of affairs* explicam o fato de *a* ser *F*. Ele afirmou, em *Universals: An opinionated introduction* (1989), que *states of affairs* são fazedores de verdade (cf. ARMSTRONG, 1989, p.88). Esta solução é central para David Armstrong, pois *states of affairs*, enquanto fazedores de verdade, são um recurso que o autor utiliza para barrar os regressos ao infinito formulados por Bradley. Segundo David Armstrong, se *a* é *F* é um fato atômico, então não podemos afirmar que há uma relação de fato entre o particular e sua propriedade *F*. A relação só poderá ser feita de modo abstrato. O fazedor de verdade enquanto *state of affairs* é responsável por fazer a verdade de '*a* é *F*'.

Apesar de fazedores de verdade serem utilizados como solução promissora para o problema dos universais, podemos afirmar que o recurso não deixou de sofrer críticas. Há problemas em explicar a relação entre o fazedor e o portador de verdade (RODRIGUES, 2010, p.31). Maximalistas e não maximalistas defendem teses distintas quanto à relação "x faz s verdadeira". Também há divergências quanto à natureza dos fazedores de verdade, e é esta última que tem maiores implicações para o problema dos universais.

Um exemplo de problema envolvendo a caracterização de fazer verdadeiro se dá no debate entre defensores do maximalismo e seus opositores. O maximalismo afirma que, para qualquer verdade (portador de verdade), há algo no mundo (um fazedor de verdade) que a torna verdadeira. Tal postura não implica que haja apenas um fazedor de verdade para cada verdade no mundo. Na perspectiva maximalista vários portadores de verdade podem ter um mesmo fazedor de verdade. Mas as posturas não maximalistas apontam que o maximalismo esbarra na dificuldade de apontar fazedores de verdade para verdades matemáticas, ético-morais ou modais. Outra dificuldade é a seguinte: se toda verdade possui um fazedor de verdade, quais os fazedores de verdade de verdades negativas? Este último problema não é uma dificuldade apenas do maximalismo, ele é uma dificuldade que todas as teorias de fazedores de verdade enfrentam (RODRIGUES, 2010, p.49).

A divergência quanto à natureza dos fazedores de verdade implica dificuldades para sua adoção como solução do problema dos universais. Consideramos que este é o principal problema desta abordagem quando ela é utilizada para resolver o problema dos universais. Haverá respostas diferentes para a pergunta “o que são fazedores de verdade (cf. RODRIGUES, 2010, p.29; IMAGUIRE, 2018, p.35; MCBRIDE, 2009)”. Armstrong (1989) afirma que eles são *states of affairs*; Rodriguez-Pereyra (2000), que são particulares semelhantes; Lewis (2003), que são objetos; Simons *et al.* (1984) e Maurin (2002), que são tropos.

A implicação para esta multiplicidade de respostas acerca da natureza dos fazedores de verdade é que, se tomarmos apenas fazedores de verdade, não temos como decidir por qual ontologia devemos optar, se daremos crédito ao Realismo de Armstrong, considerando que fazedores de verdade são *states of affairs*, ou se daremos crédito ao Nominalismo de Rodriguez-Pereyra, endossando a tese de que eles são particulares semelhantes, ou, ainda, se diremos que as duas respostas anteriores estão equivocadas e que *fazedores de verdade* são, na verdade, tropos (IMAGUIRE, 2018, p.35). Uma vez considerado os fazedores de verdade, seus usos e os problemas que esta teoria enfrenta, iremos tratar do princípio da simplicidade.

(4) *Princípio da Simplicidade*. Outra ferramenta que pode ser usada na solução do problema dos universais é o princípio da simplicidade, também chamado de ‘navalha de Ockham<sup>94</sup>’, ‘princípio da parcimônia’ (SOBER, 1981, p.145), ‘princípio da economia’ e ‘elegância’. Este princípio tem sua fundação atribuída ao filósofo Guilherme de Ockham. Ele costuma ser definido pela máxima ‘não multiplicar entidades sem necessidade’ (SENDLAK, 2018, p.153). Apesar de sua criação ser atribuída ao filósofo medieval, podemos dizer que ele foi expresso anteriormente. Ele já era empregado por filósofos medievais que o antecederam, como é o caso de Escoto e São Tomás de Aquino (SOBER, 2015, p.5-6; BORGES, 2022, p.130). Há evidências para afirmarmos que o princípio da simplicidade tem um passado ainda mais antigo. A sua paternidade costuma ser atribuída a Aristóteles (SOBER, 2015, p.5; BORGES, 2022, p.130; ANGIONI, 2009, p.133-134). A sua menção pode ser encontrada em passagens da extensa obra do Estagirita. Na *Física* (189a14-16) é expresso que é melhor explicar a totalidade dos entes por um número menor de princípios. Em *Do movimento dos animais* (2,

---

<sup>94</sup> A navalha corresponde a um certo tipo de formulação, enquanto que o princípio da simplicidade é mais abrangente, este pode abarcar a navalha. Tomaremos a navalha como espécie do gênero simplicidade. Toda vez que formos tratar da simplicidade nos casos particulares, procuraremos especificar em qual sentido estamos usando a simplicidade.

704b11–17) o fundador do Liceu afirma que a natureza não faz coisa alguma sem um propósito.

Ockham (1985), em seu comentário sobre a *Física* de Aristóteles (*Expositio in Libros Physicorum Aristotelis* livro I, Capítulo 11, § 9), asseverou que ‘a pluralidade jamais deve ser postulada sem que haja necessidade’ e ‘inutilmente se faz mais o que se pode fazer com menos’. Tais passagens não indicam necessariamente que ele fala acerca de uma economia de entidades tal como é referida na máxima ‘não multiplicar entidades sem necessidade’. Elas parecem indicar que o autor trata, no primeiro caso, da economia de princípios intrínsecos à natureza e, no segundo, da economia que a natureza busca ao não produzir efeitos desnecessários.

Posteriormente, Newton, em *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, afirmou que não devemos atribuir demasiadas causas aos fenômenos da natureza (NEWTON, 2017, p.648). E o princípio não está restrito ao campo da Filosofia e das Ciências naturais<sup>95</sup>. O *design* minimalista costuma seguir a máxima do arquiteto alemão Mies van der Rohe: “Menos é mais” (SOBER, 2015, p.1).

Os exemplos acima mostram que o princípio em questão possui diferentes formulações e aplicações em campos diversos do saber ao longo da história e não se reduz à máxima “não multiplicar entidades sem necessidade”. A economia pode ser de princípios, de entidades postuladas ou mesmo simplicidade estética. Os dois modos mais comuns de expressar a simplicidade são (OLIVER, 1996, p.7; PONTES, 2021): 1) Simplicidade metodológico/sintática: o princípio pode expressar que uma teoria com menor número de hipóteses é preferível em relação àquela que postula maior número de hipóteses; 2) Simplicidade ontológica: ela também pode ser um conselho acerca do comprometimento com o menor número de entidades ou ainda tipos de entidades (BAKER, 2022, p.3). A simplicidade no primeiro sentido diz respeito a questionamentos de ordem epistemológica. No segundo sentido suas aplicações são de ordem ontológica. Necessitamos aqui formular de modo mais sistemático as definições supracitadas.

A simplicidade metodológico/sintática será definida do seguinte modo:

**(SM)** Uma vez que duas teorias T1 e T2 têm o mesmo poder explanatório, se T1 possui menor número de princípios básicos e passos explanatórios que T2, é racional optarmos por T1 ao invés de T2.

---

<sup>95</sup> Não é nosso objetivo fazer exegese nem história exaustiva dos casos envolvendo o princípio da parcimônia. Para uma história detalhada do princípio, conferir Sober (2015, p. 4-58).

A aplicação da parcimônia nos dois sentidos que falamos acima (metodológico e ontológico), segundo Baker (2022), necessita da resposta a três questões:

(i) Como se define a simplicidade? [Definição].

(ii) Qual é o papel dos princípios de simplicidade em diferentes áreas de inquérito?  
[Uso]

(iii) Haverá uma justificação racional para tais princípios de simplicidade?  
[Justificação].

Quando respondemos (i), a resposta parece estar mais próxima do sentido ontológico e menos do sentido metodológico/sintático. A resposta de (iii) indica que é mais racional justificar a economia em termos de simplicidade de princípios do que em termos de economia ontológica. Responder (ii) requer que consideremos em qual área do saber estamos atuando e qual modo do princípio vamos adotar, se será o epistêmico (metodológico/sintático) ou o ontológico.

Uma vez que nossa pesquisa é de ordem ontológica (tratamos da ontologia das propriedades), direcionaremos nosso foco para o segundo sentido. O princípio da Simplicidade ontológica se divide ainda em dois: Simplicidade quantitativa e Simplicidade qualitativa (DIETERLE, 2001, p.52; LEWIS, 1973, p.87). A primeira diz respeito à economia quanto ao número de entidades e o segundo quanto ao número de tipos de entidades aceitas numa certa teoria. Iremos defini-las do seguinte modo (BAKER, 2022, p.4):

(**SO<sub>quant</sub>**) Simplicidade quantitativa: Uma vez que duas teorias T1 e T2 têm o mesmo poder explanatório, se T1 se compromete com menos entidades que T2, é preferível optarmos por T1 em vez de T2.

(**SO<sub>qual</sub>**) Simplicidade qualitativa: Uma vez que duas teorias T1 e T2 têm o mesmo poder explanatório, se T1 se compromete com o menor número de tipos de entidades que T2, é preferível optarmos por T1 em vez de T2.

O princípio em termos (**SO<sub>quant</sub>**) foi afirmado por Quine (1963a, p.4). Ele justificou a economia asseverando seu apreço estético por paisagens desertas. Sua pretensão foi defender o minimalismo ontológico contra teorias ontológicas barrocas, como é o caso da teoria de Meinong e a de Platão. Mas, se a justificativa quineana é em termos de apreço estético (juízo de gosto), alguém pode afirmar o contrário e ambas as ontologias estarão em pé de igualdade. Pode ser argumentado, em favor do princípio, que ele é primitivo, que é desejável em

qualquer teoria, que é intuitivamente percebido. Uma vez que o princípio é primitivo, qualquer justificativa seria circular (GENUNCIO, 2021, p.39; SCHAFFER, 2015, p.650).

Russell (2007 [1956], p.221-222) também afirmou o princípio em termos de (**SO<sub>quant</sub>**). Ele justificou que a finalidade do princípio é reduzir problemas que a teoria enfrentaria caso ela fosse mais insuflada. Segundo ele, o monismo em termos ontológicos é preferível em relação a uma ontologia com muitas entidades. No entanto, a economia de entidades pode não implicar redução de problemas. Pode ser o caso de operarmos reduções de entidades e, ainda assim, a teoria incorrer em problemas, pois teríamos menos elementos fundamentais na teoria (ALENCAR, 2015, p. 34; IMAGUIRE, 2008, p.140-141).

A economia em termos de quantidade pode incorrer em outro problema quando comparamos a quantidade de entidades em grandes escalas. Se uma teoria afirma 1,736,549 elétrons e sua rival afirma 1,736,550, qual delas devemos optar? A economia nesse tipo de escala não parece importar tanto (SCHAFFER, 2015, p.646). Lewis (1973, p.87), considerando problemas como este último, defendeu a economia em termos qualitativos. Segundo ele, nós podemos promover acréscimos de entidades particulares desde que a economia em termos (**SO<sub>qual</sub>**) seja feita. O seu Realismo Modal representa pujança em termos de entidades particulares mas é uma redução em termos qualitativos, pois a teoria de Lewis se compromete apenas com particulares e rejeita universais (GENUNCIO, 2022, p. 39; SCHAFFER, 2015, p.646).

A economia em termos de (**SO<sub>qual</sub>**) pode gerar acréscimo da ontologia em termos quantitativos. Um exemplo já dado no texto é o caso de teorias Nominalistas que se comprometem com mundos possíveis para evitar o comprometimento com universais (ver o argumento da coextensão na Seção 1.2 acima). Essas teorias, buscando reduzir sua ontologia em termos qualitativos, rejeitam entidades universais. Mas o comprometimento com *possibilia* e classes (particulares possíveis e particulares atualizados) causa um acréscimo na quantidade de particulares (cf. OLIVER, 1996, p.7).

Outro caso de que a busca por economia num certo aspecto pode gerar acréscimos em outro seria quando a economia metodológico/sintática pode implicar o descumprimento da economia em termos ontológicos. Em certos casos, a adoção de uma ontologia mais onerosa pode significar uma economia do ponto de vista dos princípios explanatórios. Um exemplo é o caso da postulação de um novo corpo celeste para explicar as perturbações na órbita de Urano. A postulação de Netuno feita por Adams e Bouvard, em 1821, e que teve sua existência confirmada em 1846, permitiu que a lei da Gravitação Universal Newtoniana fosse

salvaguardada (BAKER, 2022, p.3; DALMOLIN, 2015, p.1). A implicação deste caso é que a ampliação da ontologia garantiu a economia do ponto de vista da metodologia.

Outro exemplo de problema para o princípio da parcimônia ocorre quando comparamos teorias rivais. Uma pode fazer economia num certo aspecto, mas promover acréscimos em outro. A Teoria de Tropos clássica se compromete com menos tipos de entidades que o Realismo Substancialista: a primeira se compromete apenas com Feixes de propriedades particularizadas, enquanto que a segunda se compromete com substâncias e universais. No entanto, a Teoria de Tropos é mais onerosa em termos quantitativos. No caso de haver duas maçãs que são vermelhas ( $a$  e  $b$  são  $F$ ), o tropista se comprometerá com quatro entidades: a maçã  $a$  (feixe de todos os seus tropos) e o tropo vermelho 1, a maçã  $b$  (feixe de todos os seus tropos) e o tropo vermelho 2. Mas, se observarmos o mesmo exemplo,  $a$  e  $b$  são  $F$ , diremos que o realista aristotélico se compromete com apenas três entidades: maçã  $a$ , maçã  $b$  e o universal vermelhidão que é multiplamente instanciado.

Se compararmos a teoria de tropos e o Realismo de Russell poderíamos afirmar que ambas estão comprometidas com apenas uma categoria fundamental; ambas estão empatadas em termos qualitativos (tipos de entidades). No caso da Teoria de Tropos, a entidade fundamental é o tropo, e qualquer entidade particular seria reduzida a ela. No caso do Realismo proposto por Russell, os particulares estariam reduzidos a feixes de universais. Em termos quantitativos, porém, é fato que a Teoria de Tropos é mais onerosa. Se retomarmos o exemplo  $a$  e  $b$  são  $F$ , o realista de feixes se comprometerá com três entidades a maçã  $a$  (feixe de todos os seus universais copresentes), a maçã  $b$  (feixe de todos os seus universais copresentes) e o universal vermelhidão que é multiplamente instanciado. O tropista, ao explicar o seguinte caso, se comprometerá com quatro entidades: a maçã  $a$  (feixe de todos os seus tropos) e o tropo vermelho 1, a maçã  $b$  (feixe de todos os seus tropos) e o tropo vermelho 2.

Assim, podemos afirmar que o critério da simplicidade ontológica não se mostrou satisfatório como instrumento de escolha. Com qual teoria ficar, com aquela que é mais onerosa qualitativamente ou quantitativamente? A máxima ‘não multiplicar entidades sem necessidade’, seja em termos qualitativos ou quantitativos, se mostra vaga. Quais são as entidades desnecessárias? O que deve ser considerado necessário e o que deve ser considerado como dispensável dentro de uma teoria? Parece que temos que adicionar ao princípio uma cláusula esclarecendo o que deve ser considerado como supérfluo (SCHAFFER, 2015, p.645-646). Isso demonstra que a simplicidade tomada isoladamente não parece ser um bom

critério para decidirmos qual ontologia devemos escolher (ALENCAR, 2015, p.37; DIETERLE, 2001, p. 52-54).

Tendo em vista esses problemas, Alencar (2015, p.37-39) pretende reformular o critério. Segundo ele, o princípio da simplicidade enquanto economia ontológica tomado isoladamente não é capaz de solucionar o problema de qual é a melhor teoria. Quais são as entidades que devemos considerar desnecessárias? O nominalista entende que universais são entidades desnecessárias; particulares concretos são entidades que ele considera necessárias. Já o Realista (o de Feixes, por exemplo) pode afirmar que particulares são desnecessários, uma vez que podem ser reduzidos a universais.

A reformulação de Alencar pretende explicitar quais são as entidades desnecessárias. Ele propõe cortarmos da nossa ontologia entidades inferidas (entidades *ad hoc*) e aceitarmos apenas entidades a que temos acesso imediato. Temos acesso imediato aos particulares, a questão acerca da vermelhidão se dá em virtude da observação de um objeto particular que é vermelho (QUINTON, 1973, p. 258). As entidades deste último tipo são os particulares concretos. Seguindo Rodriguez-Pereyra (2002a, p.211), Alencar afirma que nossa crença na existência dos particulares independe do fato desses particulares solucionarem o problema dos universais. A sua existência é pressuposta no problema dos universais (ALENCAR, 2015, p.38). Já universais são entidades inferidas pelo realista para resolver o problema. Desse modo, ele entende que entidades inferidas são entidades desnecessárias dentro de uma teoria.

A reformulação em questão é feita para favorecer as teorias Nominalistas, pois todas elas pressupõem particulares sensíveis. O *slogan* desta reformulação é: “[...] não multiplique tipos de entidades inferidas ou *ad hoc* sem necessidade” (ALENCAR, 2015, p.38). Segundo essa perspectiva, três requerimentos devem ser considerados (ALENCAR, 2015, p.38-39, p.133-134):

- 1) Rejeitar entidades com localização múltipla no espaço-tempo;
- 2) Rejeitar entidades abstratas;
- 3) Rejeitar entidades inferidas ou *ad hoc*.

Uma vez que falamos da rejeição de entidades abstratas e *ad hoc*, precisamos definir com exatidão que tipo de entidades elas são. Quinton (1973, p.258) afirmou que as entidades abstratas são entidades multiplamente instanciadas. Melia (2005, p.67) considera que entidades abstratas são: universais, classes, *possibilia*, *states of affairs*, assim como tropos. Este tipo de entidade é de natureza metafísica e é inferida para solucionar problemas; segundo

ele, o único tipo de entidade que devemos aceitar em nossa ontologia são aquelas irrepetíveis e de acesso imediato. Rodriguez-Pereyra (2002a, p.212) considera que universais, tropos, *states of affairs* são entidades abstratas que devem ser rejeitadas. Mas ele ressalta que crer na existência de entidades concretas não resolve o problema dos universais; a existência de entidades concretas é um pressuposto que qualquer teoria que busque resolver o problema deve seguir (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.211).

Podemos afirmar que há divergências quanto à natureza dessas entidades tidas como indesejadas. Rodriguez-Pereyra (2002a, p.211) considerou que *possibilia* não são entidades de tipo abstratas. Ele, enquanto um seguidor do Realismo Modal de Lewis, irá afirmar que entidades possíveis são concretas. Tal postura já representa uma divergência em relação à postura de Melia, que toma *possibilia* como entidades abstratas. Um defensor de tropos, como é o caso de Alencar (2015), irá afirmar que tropos são entidades desejáveis na ontologia, pois estes não reprovam no escrutínio acima. Falamos aqui da Teoria de Tropos Clássica (Pura), que se compromete apenas com tropos; há versões que são mais onerosas. Tropos não são entidades multiplamente instanciadas; eles são irrepetíveis. Também podem ser tomados como entidades não abstratas, pois estão no espaço-tempo. Do ponto de vista da reformulação do princípio da parcimônia, porém, a ontologia mais econômica é aquela do Nominalismo de Avestruz. Este último afirma ser apenas dos particulares concretos em sua completude.

(5) *Grounding* ou *Teoria da Fundamentação*. Esta ferramenta aparece em Fine (1994; 2009), Guillon, (2021, p.79), Imaguire (2018, p. 27; 2020) e Schaffer (2009; 2015). O tratamento do problema dos universais por meio da relação de fundamentação surge como uma alternativa às abordagens da análise conceitual e dos fazedores de verdade por ser mais preciso. Ela também é apresentada, sobretudo, como uma crítica ao compromisso ontológico de Quine e seus seguidores. De acordo com o critério quineano, a grande questão da ontologia é ‘o que existe?’, cuja resposta será dada em termos de quantificação: aquilo que existe deve ser valor de uma variável ligada. No entanto, os artigos de J. Schaffer, *On what grounds What* (2009), e de K. Fine, *The question of ontology* (2009), apontam problemas para o critério de compromisso ontológico e propõem uma abordagem em termos de *relação de fundamentação* [*grounding*] como uma solução mais adequada.

Segundo Kit Fine, a questão posta por Quine é apenas acerca do que existe, o que pode e o que não pode ser valor de uma variável ligada. Mas tal abordagem é demasiada trivial. Podemos, seguindo o critério sugerido por Quine, perguntar: ‘Há números?’. Para responder esta questão bastaria que puséssemos qualquer número como valor de uma variável ligada e, caso algum número possa cumprir este papel, então diremos que pelo menos um número

existe. Sabemos que qualquer número pode ser expresso em termos de quantificação. Dessa maneira, o critério de Quine se limita a listar o que existe, mas não explica como o objeto listado existe nem versa sobre a sua natureza.

Para Fine, porém, a questão ‘qual a natureza dos números?’ não é trivial. Esta última vai além de mera quantificação e é um assunto que é fruto de grande debate. Ele considera quais os fundamentos da Aritmética e não apenas o que pode e que não pode ser valor de uma variável ligada. De acordo com Kit Fine, a grande questão da metafísica deve ser a da fundamentação; não é simplesmente dizer quais são as coisas que existem, mas quais entidades são mais fundamentais que as demais. É isso o que também pensa Schafer (2009, p.355). O último afirma que a abordagem quineana implica uma ontologia plana [*flat ontology*]. A proposta de Schafer é uma ontologia que seja ordenada [*ordered*], ou seja, classificar a realidade separando entidades mais fundamentais daquelas derivadas.

Pois bem, apontamos até aqui as críticas ao critério de compromisso ontológico quineano e o motivo de substituí-lo pela *relação de fundamentação*. No entanto, ainda não explicamos o que ela é. A fundamentação ontológica é distinta dos fazedores de verdade e o critério quineano de compromisso ontológico. Ela parte de um fato mais fundamental para um fato derivado; ela é uma relação entre fatos. O compromisso ontológico parte da linguagem para uma entidade. O fazedor de verdade é uma relação entre uma entidade (fazedor de verdade) e uma proposição (portador de verdade). A relação de fundamentação é mais fundamental (e aqui é cabível o pleonasmo) que a de fazedores de verdade: esta pode ser descrita em termos de relação de fundamentação, mas o contrário não ocorre (IMAGUIRE, 2018, p.36). Assim, a relação de fundamentação se dá quando um fato primordial funda um fato derivado, por exemplo:

Existe grãos de areia particulares < Existe um amontoado de grãos de areia (leia: ‘O fato de que existe grãos de areia particulares fundamenta o fato de existir um amontoado de grãos de areia’).

A criação da teoria de *grounding*, atribuída sobretudo a Kit Fine e Jonathan Schaffer, é recente, tendo ocorrido nas três últimas décadas (IMAGUIRE, 2020, p.59). No entanto, há um prelúdio da teoria da fundamentação ontológica nos textos da Antiguidade (CORREIA & SCHNIEDER, 2012). Um exemplo seria a obra de Platão. No diálogo *Eutifron* (10a), Sócrates pergunta ao seu interlocutor: “[...] a piedade é amada pelos deuses, porque é piedade, ou é piedade, porque é amada pelos deuses”. Aristóteles também é reconhecido por ter feito contribuições nessa direção. Outro que costuma ser lembrado é Bolzano, filósofo de língua alemã do século XIX.

Embora haja divergências acerca dessa teoria, há certa ortodoxia acerca das propriedades formais cruciais envolvidas em uma relação de fundamentação ontológica (THOMPSON, 2016, p.2). São elas: *facticidade*, *irreflexibilidade*, *assimetria*, *transitividade*. Estas propriedades já haviam sido formuladas por Bolzano (IMAGUIRE, 2018, p.38; CORREIA & SCHNIEDER, 2012, p.18). Uma listagem mais extensa é fornecida por Imaguire (2020, p.70-76; 2022). Vejamos de modo mais detido cada uma delas e as objeções ocasionalmente suscitadas:

*Facticidade*. Se é verdadeiro que  $A < B$  [leia: ‘ $A$  fundamenta  $B$ ’], tanto  $A$  quanto  $B$  existem. Diremos que o fato de que *Pelé é sul-americano* ocorre em virtude de Pelé ter nascido no Brasil e que tal país está localizado na parte sul do continente Americano. Apesar da relação de fundamentação ser considerada apenas factiva, há filósofos que irão defender a relação contrafactual de fundamentação (IMAGUIRE, 2022, p. 7). Um exemplo de filósofo que faz tal defesa é Kit Fine (2012). É razoável supormos que certos fatos não ocorrem no mundo, mas são passíveis de ocorrer (AUGUSTO, 2019, p.13-14; IMAGUIRE, 2020, p.70). Casos desse tipo seriam: se Pelé fosse mexicano, ele teria nascido na parte norte do continente Americano; se Ulisses existisse, o conjunto unitário de Ulisses existiria.

*Irreflexibilidade*.  $\sim \exists x(x < x)$  [leia: ‘Não existe  $x$  tal que  $x$  é fundamento de  $x$ ], ou seja, nenhuma entidade ou proposição é capaz de fundamentar a si mesma. Se  $A < B$ , então  $A$  é mais fundamental que  $B$ , e  $B$  não pode fundamentar  $A$ . Certos contraexemplos costumam ser apontados quando tal propriedade formal da *fundamentação* é apresentada. O opositor pode dizer que Deus, por ser causa *sui* (causa de si) é fundamento de si mesmo. Mesmo que Deus seja causa de si, isso não implica que Deus fundamenta a si mesmo. Neste caso poderá ser dito que relações de causa não implicam fundamentação. Outra objeção à irreflexibilidade se dá do seguinte modo. A teoria da fundamentação diz que a proposição ‘ $B$ ’ é verdadeira em virtude dela ser fundada no fato  $B$ . Isso implica que, se a proposição ‘ $B$ ’ é verdadeira, o fato de que ela é verdadeira está fundamentado em si mesmo (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2015, p. 11-16). No entanto, pode ser dito que esta objeção depende de certas suposições semânticas controversas (cf. IMAGUIRE, 2020, p.71)<sup>96</sup>.

*Assimetria*.  $\forall x \forall y (x < y \rightarrow \neg(y < x))$  [leia: ‘Para todo e qualquer  $x$  e  $y$ , se  $x$  funda  $y$ , então não é o caso que  $y$  funda  $x$ ’] (AUGUSTO, 2019, p.10). No caso anterior tratamos da impossibilidade da relação de *fundamentação* de um objeto ou proposição consigo mesmo. Já

---

<sup>96</sup> Outra objeção à irreflexibilidade pode ser encontrada em JENKINS, 2011, p.271.

a relação de assimetria trata da impossibilidade de um objeto fundar outro se este outro já funda aquele objeto (IMAGUIRE, 2020, p.71). Do mesmo modo que o teto de uma casa não pode ser construído abaixo de sua fundação, relações simétricas de fundamentação são consideradas impossíveis, pois numa ontologia hierarquizada um fato fundado não pode ser anterior ao fato fundante. Uma objeção em relação a assimetria poderia ser o seguinte caso: consideremos as seguintes proposições como verdadeiras: *A*: ‘A proposição *B* é verdadeira’; *B*: ‘a proposição *A* é verdadeira’. Haveria, então, um caso de fundação reflexiva: *A* é verdadeira porque *B* é verdadeira e *B* é verdadeira porque *A* é verdadeira (IMAGUIRE, 2020, p.71; RODRIGUEZ-PEREYRA, 2015).

Outro contraexemplo à relação de assimetria da fundamentação seria o caso de um mundo possível onde existe apenas um círculo e dois semicírculos. Nesse mundo possível o círculo é fundamentado nos semicírculos que o compõem. A explicação metafísica do círculo se dá em virtude de ambos os semicírculos. Mas a existência dos dois semicírculos se dá em virtude da existência do círculo, os dois semicírculos existem em virtude do círculo. Teríamos assim, um exemplo de fundamentação simétrica. "Uma vez que tudo no mundo-círculo é fundamentado por outra coisa, nada é ontologicamente básico; nada é fundamental" (THOMPSON, 2016, p.6). Imaguire (2020, p.71) fala que este seria um caso de circularidade fundacional.

*Transitividade.*  $(A < B \ \& \ B < C) \rightarrow (A < C)$  [Leia: ‘Se *A* fundamenta *B* e *B* fundamenta *C*, então *A* fundamenta *C*’] (IMAGUIRE, 2020, p.71). Se usarmos um vocabulário informal, a relação de transitividade seria descrita da seguinte maneira: *C*1 é fundamento de *C*2 e *C*2 é fundamento de *C*3, então *C*1 é fundamento de *C*3 (BERNSTEIN, 2016, p.13).

É a transitividade que explica o motivo das relações de fundamentação poderem explicar relações de fazedores de verdade, ao passo que o contrário não pode ocorrer. Fazedores de verdade não são transitivos e a relação de fundamentação é transitiva [adiante apresentaremos objeções à transitividade da fundamentação]. A relação de fundamentação faz com que *C*1 (A bola é bordô) fundamente o fato *C*2 (A bola é vermelha) e *C*2 funda o fato *C*3 (A bola é colorida). Quanto aos fazedores de verdade, o fato *Fa* (a maçã é vermelha) faz a verdade de ‘*Fa*’ (‘a maçã é vermelha’). E, a proposição ‘*Fa*’ faz a verdade da proposição ‘*G*’ (‘Há pelo menos uma proposição’). No entanto, o fato *Fa* não é capaz de fazer a verdade de ‘*G*’ (‘Há pelo menos uma proposição’) (IMAGUIRE, 2018, p.37).

A transitividade da relação de fundamentação também é passível de controvérsias (IMAGUIRE, 2020, p.72; IMAGUIRE, 2022, p.10). Críticas à transitividade podem ser

encontradas no trabalho de Schaffer (2012, p.126-127). O contraexemplo dado por Schaffer consiste no seguinte experimento de pensamento: Suponhamos uma figura circular contendo um dente. Esta figura terá o nome de ‘círculo dentado’. O fato da figura ser um círculo que contém um dente funda o fato dela ser um círculo dentado. Ser um círculo dentado funda o fato da figura ser quase círculo (ela poderia ser quase um círculo mesmo que não tivesse dentes) (IMAGUIRE, 2020, p.72). Mas, possuir dente não funda o fato da figura ser quase círculo. A crítica a este contraexemplo proposto por Schaffer reside no fato dele ser *fundamentação parcial* (LITLAND, 2013, p.22). Também podemos encontrar críticas ao contraexemplo em um artigo de Rodriguez-Pereyra (2015, p.5-9).

*Aridade múltipla à esquerda.* Vários fatos podem fundamentar conjuntamente um único fato. Nas relações de fundamentação, há casos em que um número variado de fundantes fundamentam conjuntamente um fundado. Podemos ter casos com dois fundantes, três e até mesmo infinitos fundantes. Falamos de vários exemplos contendo um fundante. Casos com dois fundantes seriam expressos do seguinte modo:  $A, B < C$ . Um exemplo é o seguinte: Maria tem 53 anos, Joana tem 30 anos  $<$  Maria é mais velha que Joana. Casos com três fundantes seriam expressos assim:  $A, B, C < D$ . Exemplo: A onça pintada é um mamífero, o tamanduá-bandeira é mamífero, o sagui é mamífero  $<$  há pelo menos três espécies de mamíferos. Um caso de fundamentação infinita seria o seguinte: o número 1 é membro do conjunto dos números naturais, o número 2 é membro do conjunto dos números naturais, o número 3 é membro do conjunto dos números naturais (e assim por diante, pois o conjunto dos números naturais é infinito)  $<$  o conjunto dos números naturais é infinito. Há também casos com zero fundantes: se nada fundamenta  $A$ ,  $A$  é que deve ser um fato fundamental (IMAGUIRE, 2020, p.72).

Outra característica da aridade múltipla à esquerda é que ela deve ser considerada num sentido estrito. Podemos afirmar que  $A, B < C$ . Mas é incorreto afirmarmos que o fato conjuntivo  $A \& B < C$ .  $A \& B$  é fundado por  $A, B$  ( $A, B < A \& B$ ), pois o fato conjuntivo é fundado em dois fatos isoladamente.

*Não monotonicidade.* A monotonicidade é uma relação própria da lógica clássica. Uma relação monotônica somente ocorre quando a conclusão  $C$  é derivada de  $A$  e  $B$ : se  $A$  e  $B$ , então  $C$ . Outra característica da monotonicidade é que o acréscimo de premissas nunca reduz o potencial inferencial. Se a conclusão  $C$  é derivada de  $A$  e  $B$ , o acréscimo de qualquer premissa  $X$  não muda o potencial inferencial. Já a relação de fundamentação difere disso. Na relação de fundamentação: se  $A < B$ , então não é verdadeiro que para um  $X$  qualquer,  $A, X < B$ . Nas

relações de fundamentação é necessário que o fato fundante seja relevante na relação de fundamentação (IMAGUIRE, 2020, p.73).

*Necessitação.* A fundamentação é uma relação de necessitação em duplo sentido. Num primeiro sentido: (i)  $A < B \Rightarrow \text{Nec}(A \rightarrow B)$  [Leia: ‘ $A$  fundamenta  $B$ ’ implica que ‘é necessário que, se  $A$ , então  $B$ ’]. A relação de fundação é uma relação de necessitação: se  $A$  funda  $B$ , então em todos os mundos possíveis que  $A$  ocorrer  $B$  também ocorre. *O céu é azul* fundamenta o fato que *o céu é colorido* somente se necessariamente  $A$  é condição suficiente para  $B$ . Devemos salientar que a necessitação também ocorre noutro sentido: (ii)  $A < B \Rightarrow \text{Nec}(A < B)$  [leia: ‘Se  $A$  fundamenta  $B$ , então, em todo mundo onde  $A$  ocorre,  $A$  irá fundamentar  $B$ ; em nenhum caso  $A$  poderia não fundar  $B$ ] (IMAGUIRE, 2020, p.74; IMAGUIRE, 2022, p.6).

Apesar da maior parte dos defensores da teoria em questão sustentarem que a relação de fundamentação é uma relação de necessitação, críticas podem ser dirigidas (IMAGUIRE, 2022, p.6). Leuenberger (2014) e Skiles (2015) defendem que a fundamentação é contingente. O primeiro afirma que certos fatos fenomênicos são fundamentados por fatos físicos, mas não são necessitados por estes (LEUENBERGER, 2014, p.157-161). Outro caso elencado seria o de que propriedades disposicionais são fundadas em propriedades categóricas, mas não são por estas necessitadas (IMAGUIRE, 2020, p.74; LEUENBERGER, 2014, p.161-164).

Além disso, se a noção de fundamentação é uma relação de necessitação, por que não podemos abandoná-la e ficarmos apenas com a teoria modal? A teoria modal também lida com necessitação. Ela nos fornece um operador de necessidade (Nec). ‘Nec  $P$ ’ significa que  $P$  ocorre em todos os mundos possíveis. ‘Nec  $\sim P$ ’ significa que em nenhum mundo possível  $P$  é o caso. Por que, em vez de afirmarmos ‘ $A < B$ ’, não afirmar apenas ‘Nec ( $A \rightarrow B$ )’? Imaguire (2020, p.74) rejeita tal substituição. Segundo ele, a relação de fundamentação é uma relação de necessitação. Porém tal relação é uma necessitação diferente daquela da lógica modal, porque ela é hiperintensional.

*Hiperintensionalidade.* Imaguire (2020, p.74; 2022, p.8) afirma que a hiperintensionalidade é a relação mais importante da fundamentação. Metafísicos contemporâneos, ao buscarem uma noção hiperintensional, chegaram à noção de fundamentação. Kit Fine, em seu artigo *Essência e modalidade* [*Essence and modality*](1994), buscou suplantar a lógica modal pela teoria da fundamentação porque considerou que as relações de fundamentação são mais eficientes que a lógica modal, uma vez que esta é intensional, mas aquelas são hiperintensionais (IMAGUIRE, 2022, p.8-9). A hiperintensionalidade é a propriedade formal

que impede que dois itens modalmente equivalentes sejam substituíveis sob preservação da verdade (cf. IMAGUIRE, 2020, p.75). Mesmo que duas coisas sejam equivalentes modalmente, elas não serão em contextos de fundamentação (IMAGUIRE, 2023, p.622)

O exemplo a seguir é um caso de co-extensionalidade que falha em co-intensionalidade. Consideremos a seguinte proposição: **(P)** ‘Vênus é o segundo planeta da Via Láctea mais próximo do Sol. É possível substituímos ‘Vênus’ por ‘O planeta mais quente da Via Láctea’ e manter a verdade da proposição **(P)**: ‘O planeta mais quente da Via Láctea é o segundo planeta da Via Láctea mais próximo do sol’. Podemos afirmar a co-extensionalidade entre ‘O segundo planeta da Via Láctea mais próximo do Sol’ e ‘O planeta mais quente da Via Láctea’, pois ambas as descrições são co-referenciais (cf. IMAGUIRE, 2020, p.75).

Porém, num contexto envolvendo crenças, a substituição pode falhar. Pensemos o caso **(J)**: ‘José acredita que Vênus é o segundo planeta da Via Láctea mais próximo do Sol’. José pode crer que Vênus seja o segundo planeta mais próximo do Sol mas pode (por desconhecer o fato) não acreditar que Vênus seja o planeta mais quente do sistema solar. Sendo assim, podemos afirmar que, apesar da sua co-extensionalidade, os dois itens não são co-intensionais (IMAGUIRE, 2020, p.75). A teoria de mundos possíveis é capaz de explicar por que dois itens não são co-intensionais. Haverá mundos possíveis em que ‘Vênus’ e ‘o segundo planeta da Via Láctea mais próximo do sol’ não possuem a mesma intensão (ou seja, as duas expressões não são co-intensionais em todos os mundos possíveis).

Mas, haverá casos que teremos co-intensão e co-extensão em todos os mundos possíveis. Por exemplo, em qualquer mundo possível, todo triângulo tem três lados e tem três ângulos. Assim, a teoria de mundos possíveis consegue explicar a distinção intensional entre ‘Vênus’ e ‘O segundo planeta da Via Láctea mais próximo do sol’, mas falha em explicar a distinção entre ‘triângulo’ e ‘trilátero’, pois as propriedades *ser triângulo* e *ser trilátero* são substituíveis em qualquer mundo possível. No entanto, a teoria de fundamentação, por ser hiperintensional, é capaz de explicar a diferença entre essas propriedades. Não podemos substituir *ser triângulo* por *ser trilátero* na teoria da fundamentação. Uma figura é triângulo porque possui três ângulos e não porque é trilátero. E, uma figura é um trilátero porque tem três lados e não porque é um triângulo. Temos aqui uma distinção de fundamentação (IMAGUIRE, 2022, p.9; IMAGUIRE, 2023, p.622).

Há um outro exemplo de hiperintensionalidade considerado menos controverso que o anterior. Mundos possíveis não são capazes de distinguir os fatos de que Sócrates existe e o fato de que o conjunto unitário de Sócrates existe. Em todo mundo possível em que um ocorre

o outro também irá ocorrer. Diremos que ‘Sócrates’ e ‘O conjunto unitário que contém Sócrates’ são expressões co-extensionais em todos os mundos possíveis. Mas, se apelamos para a ferramenta da fundamentação, poderemos explicar que ambos são distintos. Este recurso também torna possível dizermos qual deles é mais fundamental. A existência do conjunto unitário Sócrates depende da existência de Sócrates. O fato de Sócrates existir é mais fundamental que a existência de seu conjunto unitário (IMAGUIRE, 2020, p.76). Desse modo, podemos afirmar que a ferramenta de fundamentalidade não pode ser substituída pela teoria modal.

A teoria da fundamentação possui várias aplicações. Na Ética há uma busca por juízos morais que sejam tomados como fundamentais ou primitivos, por serem fundantes, não necessitam ser fundamentados por algo anterior. Desse modo, podemos afirmar que a teoria da fundamentação pode ser uma ferramenta utilizada na Ética. Um trabalho que busca demonstrar este uso é *Grounding na Ética* (FALQUEIRO, 2020). No artigo de Alyssa Ney *Grounding in the Philosophy of Mind: A Defense* (2016), podemos encontrar aplicações desta ferramenta na filosofia da mente. Há também aqueles, como é o caso de Allori (2022), que defendem o uso desta ferramenta na Metafísica da Ciência. Schaffer (2014) defendeu o uso da fundamentação na epistemologia e na ontologia. Ele afirmou que o laser de Schaffer é um instrumento mais preciso que a navalha de Ockham<sup>97</sup>. A ferramenta de fundamentação também pode ser aplicada na discussão sobre os universais. O Critério de compromisso ontológico fundamentado [*grounded ontological commitment*] proposto por Imaguire (2018) é o exemplo da aplicação da teoria da fundamentação aos universais.

(6) *Critério de compromisso ontológico fundamentado* [*grounded ontological commitment*]. Esta última ferramenta foi formulada inicialmente pelo filósofo brasileiro Guido Imaguire, em *Priority Nominalism* (2018), ao propor um novo tipo de teoria nominalista, o *Nominalismo de Prioridade*. Tal solução é na verdade uma combinação do compromisso ontológico de Quine e a teoria de fundamentação. Segundo Imaguire, o critério de compromisso ontológico de Quine requer melhorias. Tal como dito acima, a falha do critério quineano se deve ao fato de ele ser um critério de expressão de compromissos ontológicos, mas não ser capaz de fornecer ferramentas para a decisão acerca das entidades com as quais devemos nos comprometer.

---

<sup>97</sup> Uma exposição detalhada do laser de Schaffer pode ser encontrada no texto *Parcimônia ontológica e economia teórica* (GENUNCIO, 2022). Críticas ao laser de Schaffer podem ser encontradas nos artigos: *There is no reason to replace the Razor with the Laser* (THUNDER, 2021), *Do not revise ockham's razor without necessity* (BARON & TALLANT, 2018), *The Razor and the Laser* (FIDDAMAN & RODRIGUEZ-PEREYRA 2018); *Why ockham's razor should be preferred to the Laser* (DA VEE, 2020).

Tendo em vista as dificuldades descritas acima, Imaguire buscou fazer revisões no Nominalismo Quineano. Segundo ele, Quine estava correto em sua postura particularista e quanto ao fato de afirmar que *a maçã é vermelha* é um fato bruto e fundamental, mas sua abordagem estava incompleta. Imaguire afirma que Quine estava correto ao dizer que o fato de a maçã ser vermelha é o fim de uma cadeia explanatória. Porém faltou-lhe explicar por que este fato bruto é o fim de uma cadeia de explicação e o que entende por ‘fato bruto’ e por ‘final de uma cadeia explicativa’ (IMAGUIRE, 2021a).

Quine afirma que *a maçã é vermelha* é o “ponto final” de uma cadeia explicativa. Esta resposta parece circular uma vez que *a* possui a propriedade *F* em virtude de *a* ser *F*. Esta interpretação, que afirma a circularidade da solução quineana, foi feita por Armstrong (1978a, p.16). Interpretada dessa maneira, a resposta dada por Quine parece ser construída de forma circular e mesmo grosseira, se comparada com as outras abordagens do Nominalismo listadas por David Armstrong. Parece que o propositor do Nominalismo de Avestruz não pretende dar uma resposta ao problema.

Mas, se fizermos uso do recurso mais recente em matéria de Ontologia, a teoria de *fundamentação*, é possível justificar que a proposição ‘A maçã é vermelha’ é o fim de uma cadeia explanatória, afinal tal proposição está fundamentada [*grounded*] num fato da realidade sensível (a maçã sendo vermelha) e tal fato é o fim, o que fundamenta a explicação. Como, então, o nominalista de prioridades responde à questão: em virtude de que *a* é *F*? Ele responde que é em virtude de nada [*in virtue of nothing*], pois *a* ser *F* é um fato fundamental, é algo que não tem um fundamento (IMAGUIRE, 2018, p.53). Não pode haver o vermelho separado do objeto particular. De mesmo modo, não pode haver carga negativa separada de um elétron

Imaguire afirma, ainda, que certas proposições, como ‘O vermelho é mais parecido com o laranja do que com azul’, trazem dificuldades para o nominalista quineano porque dificilmente são traduzíveis em termos de particulares. No entanto, ele também considera que tais dificuldades não implicam que o Nominalismo de Avestruz deva ser descartado. A teoria pode ser preservada, uma vez que este tipo de proposição, mesmo não sendo traduzível em termos de particulares, pode ser explicada em termos de *relação de fundamentação* (IMAGUIRE, 2018, p.119). Há um fato fundamental pautado em objetos concretos que é capaz de explicar a proposição acima.

Imaguire também considera que a teoria de *fundamentação*, apenas, não é capaz de decidir com qual entidade devemos nos comprometer. Pensemos na proposição *F*: A mulher média brasileira tem 2,5 filhos. Se pensarmos em termos de fundamentação, diremos que a mulher média brasileira é uma entidade que tem por fundamento casos particulares de

mulheres grávidas: casos particulares de mulheres no Brasil < mulher média brasileira. Seguindo esta perspectiva apenas da teoria de fundamentação, poderíamos nos comprometer com dois tipos de entidades: 1) os casos particulares fundamentais (particulares concretos) e 2) a mulher média brasileira (particular abstrato). Imaguire, no entanto, defende que devemos nos comprometer apenas com a entidade fundamental e não com o que se derivou dela (IMAGUIRE, 2021b).

Sendo assim, podemos afirmar que o critério de compromisso ontológico fundamentado [*grounded ontological commitment*], diferentemente daquele proposto por Quine, torna possível, por meio da teoria da fundamentação, justificar compromissos apenas com particulares. O compromisso ontológico fundamentado garante que compromisso com apenas o *particular complexo*, pois estes são a categoria fundamental, são as únicas entidades a que temos acesso imediato. Já entidades derivadas, como *states of affairs*, tropos e universais, podem ser excluídas da ontologia (IMAGUIRE, 2018, p. 40; DEVITT, 2022, p.15).

Temos aqui uma diferença entre a ortodoxia do critério quineano e o que é proposto por Imaguire (CICCARELLI, 2018, p.126; DEVITT, 2022, p.15). O corte ontológico é justificado pela fundamentalidade da entidade e não por um mero gosto estético. Esta inovação proposta por Imaguire tem como vantagem ser capaz de servir como critério de decisão e não apenas de expressão de comprometimentos. Imaguire assevera que tem o Nominalismo de Quine como inspiração; o filósofo brasileiro não nega ser um nominalista que adota a postura do avestruz, enfiando a cabeça embaixo da terra, mas diz fazê-lo para buscar os fundamentos [*groundings*] de seu Nominalismo (IMAGUIRE, 2018, p.24). Enquanto o critério sugerido por Quine afirma que ‘ser é ser o valor de uma variável ligada’, Imaguire (2018, p.89) afirma que ‘ser é ser o valor de uma variável ligada de uma verdade fundamental’<sup>98</sup>.

### **3.3 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS POR ARMSTRONG, RODRIGUEZ-PEREYRA E PEACOCK**

Uma vez que expomos as seis ferramentas utilizadas na abordagem do problema dos universais, resta apontarmos como estas ferramentas são utilizadas pelos filósofos para responder as perguntas concernentes ao problema dos universais. Há várias formulações do problema dos universais e não há consenso de qual delas é a melhor. São várias as questões

---

<sup>98</sup> No original: “To be is to be a value of a bound variable of a fundamental truth”.

(*explananda*) que envolvem diferentes explicações (*explanantia*). As diferentes explicações ou soluções do problema requerem o uso das ferramentas (1) - (6) que falamos acima. Imaguire (2018, p.1) compila cinco questões que costumam ser abordadas na discussão contemporânea dos universais<sup>99</sup>:

(I) Existem universais?

(II) Em virtude de que o particular  $a$  é  $F$ ?

(III) Como é possível que diferentes particulares possam compartilhar a mesma natureza/propriedade:  $a$  e  $b$  serem  $F$ ?

(IV) Como é possível que o mesmo particular possa ter diferentes propriedades:  $a$  ser  $F$  e  $a$  ser  $G$ ?

(V) Como é possível que dois particulares possam ser similares e diferentes ao mesmo tempo:  $a$  ser  $F$  e  $b$  ser  $F$ , mas  $a$  não ser  $G$  e  $b$  ser  $G$ ?

As diferentes abordagens contemporâneas formularam de maneiras diferentes o problema acerca da existência dos universais e não há consenso acerca de qual é a melhor formulação.

(I) A resposta a esta questão depende das respostas às questões (II), (III), (IV) e (V). Todos os filósofos que se dedicam ao problema dos universais consideram esta questão. A questão (I) é existencial, pergunta se o ser dos universais deve ou não ser afirmado.

(II) Esta questão é recorrente na obra de Armstrong (cf ARMSTRONG, 1978a, p.13). Ele costuma perguntar: ‘em virtude de que  $a$  é  $F$ ?’ Ela pede do respondedor que ele forneça uma explicação em termos de fundamentalidade (em virtude de que). Mas por que ele precisa formular o problema em termos de *Um em Muitos* para explicar (II)<sup>100</sup>? Esta questão não necessariamente envolve *Um sobre Muitos*, pois não pergunta ‘Qual o motivo de  $a$  e  $b$  serem  $F$ ?’; apenas uma entidade ( $a$ ) e sua propriedade ( $F$ ) são consideradas. Assim, essa questão parece trazer problemas para a solução armstronguiana. Neste caso temos *Um em Um* e não *Um em Muitos*. O problema está no fato de que o *Um em Um* não parece ser um problema dos universais genuíno, pois não há *Unidade na Multiplicidade*<sup>101</sup>, não há o problema de dois ou mais objetos possuírem a mesma propriedade. A questão envolve apenas um objeto e sua propriedade.

(III) David Armstrong (1978a; 1980) aborda o problema dos universais em termos de *Um sobre Muitos*. Os defensores da teoria dos fazedores de verdade, como é o caso de Rodriguez-Pereyra (2002a; 2002b) e Peacock (2009), cobram do respondedor que ele forneça

---

<sup>99</sup> As três primeiras questões aqui apresentadas foram listadas anteriormente por Paul Gould (2012).

<sup>100</sup> Chamaremos esta questão de ‘*Um em Um*’.

<sup>101</sup> Tomamos emprestada a terminologia ‘*Unidade na Multiplicidade*’ de Alencar (2015, p.36).

soluções para esta questão, assim como (IV) e (V), em termos de fazedores de verdade. Os defensores dos fazedores de verdade como solução para os problemas dos universais afirmam que: Se  $X$  é um fazedor de verdade de ' $a$  é  $F$ ',  $X$  explica ' $a$  é  $F$ '. Isso explicaria (III).

(IV) Esta pergunta foi formulada por Rodriguez-Pereyra, em *What is a problem of universals* (2000). Ele buscou colocar o problema dos universais em termos de *Muitos em Um* e não mais como *Um sobre Muitos*. Esta questão foi criada para colocar o Nominalista de Avestruz em apuros (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.43-47; ALENCAR 2018, p.443; IMAGUIRE, 2018, p.3).

(V) Esta questão foi formulada por Peacock (2009). Enquanto (III) é nomeada como '*Um em Muitos*' e (IV) como '*Muitos em Um*', (V) recebe o nome de '*Similares mas Diferentes*' (IMAGUIRE, 2018, p.84; PEACOCK, 2009, p. 200). Ela também pode ter sua resposta dada em termos de *possibilitadores* (IMAGUIRE, 2018,p.48). A pergunta (V) também foi formulada para ser um obstáculo às soluções do Nominalismo de Avestruz em sua versão clássica (IMAGUIRE, 2018, p.107). A questão levanta dois problemas: o primeiro pergunta a *identidade qualitativa* entre dois particulares,  $a$  e  $b$  que são ambos  $F$  ( $Fab$ ). Porém, ela também questiona o fato de que há propriedades distintas entre estes particulares:  $b$  é  $G$  ( $Gb$ ) mas  $a$  não é  $G$  ( $\sim Ga$ ). Peacock buscou com essa formulação atacar, além do Nominalismo de Avestruz, o Nominalismo de Semelhanças de Rodriguez-Pereyra.

Os filósofos divergem acerca de qual é a melhor formulação dos universais e também divergem acerca de quais ferramentas devem ser utilizadas para solucionar o problema. Os defensores de fazedores de verdade afirmam que as questões (III) - (V) só podem ser explicadas apelando para a teoria em questão: Se  $X$  faz a verdade de  $Y$ ,  $X$  explica como  $Y$  é possível (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002a, p.30). Filósofos como Armstrong (1989, p.88), Rodriguez-Pereyra (2002a; 2002b) e Peacock (2009, p. 186) consideram que as explicações (*explanantia*) dos problemas dos universais devem ser fornecidas em termos de fazedores de verdade.

Imaguire (2018, p.27) considera que a resposta das várias perguntas ou problemas (I) - (V) não é um problema de oferecer fazedores de verdade para o problema ou análise conceitual. Segundo Imaguire (2018,p. 31-32), as respostas das questões (I)-(V) podem ser dadas em termos de compromisso ontológico fundamentado. (I), como é uma questão de existência, pode ser explicada em termos de compromisso ontológico. (II) pode ser explicada segundo a teoria da fundamentalidade. As questões (III)-(V) podem ser explicadas segundo a teoria de fundamentação. Segundo ele, o problema é resolvido em termos de decidir por meio da fundamentação ontológica quais são as entidades fundamentais e expressá-las por meio do

critério de compromisso ontológico. A rejeição de Imaguire aos fazedores de verdade se deve ao fato de que eles podem ser explicados em termos de fundamentação ontológica, mas o contrário não pode ocorrer (IMAGUIRE, 2018, p.28, p. 32, p.46, 48) . Se fazedores de verdade forem cobrados, a resposta pode ser dada em termos de fundamentação, pois fazedores de verdade podem ser expressos em termos de fundamentação.

Apesar das várias discordâncias acerca de qual é a melhor formulação do problema dos universais e de como ele deve ser resolvido, os teóricos concordam que ele é um problema ontológico, um problema acerca de quais são as estruturas fundamentais da realidade (IMAGUIRE, 2018, p.28). Isso não implica que o problema não possa ter consequências epistemológicas. Tal constatação, a de que o problema é de ordem ontológica, parece excluir a análise conceitual da discussão. No entanto, filósofos lançam mão das distinções entre a identidade numérica e qualitativa para resolver o problema. Armstrong e McBride (2002) são exemplos de filósofos que demandam este tipo de análise quando lidamos com os problemas (II) e (III), e Peacock (2009) lança mão desta ferramenta para responder (III), (IV) e (V).

O critério quineano de compromisso ontológico também é aplicado na solução do problema. O uso do critério garante que o nominalista não precise quantificar sob um universal quando analisa questões como (II) e (III). No entanto, tal como vimos acima, o critério também é usado por realistas como Armstrong para expressar compromissos com universais. O argumento do *Um em Muitos* é aplicado de modo a conduzir o nominalista a aceitar compromissos ontológicos com universais. O realista toma como premissas que  $a$  e  $b$  são ambos  $F$  e que  $a$  e  $b$  têm algo em comum. A sua conclusão é que este algo em comum é um universal, a  $F$ -idade, e isso implica compromisso com a realidade dos universais. O nominalista mais austero, como é o caso do nominalista de avestruz, pode apelar para o princípio da simplicidade e afirmar que universais são entidades *ad hoc* e que ele se compromete apenas com particulares concretos.

Uma vez listadas estas perguntas, trataremos das respostas que elas receberam de Armstrong e do nominalismo de avestruz quineano, e trataremos também das respostas que lhes dá o defensor do compromisso ontológico fundamentado.

### 3.3.1 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO ARMSTRONG

O tratamento de Armstrong (1978a) do problema dos universais, o qual apresentamos acima, considerou as questões (I), (II), (III), sendo que (III) é a questão mais importante para

o autor, uma vez que ela expressa o problema em termos de *Um em Muitos* (cf. ARMSTRONG, 1978a, p.11; IMAGUIRE, 2018, p.83; OLIVER, 1996, p.46-47). Apesar das questões (IV) e (V) terem sido formuladas posteriormente aos textos de 1978 e 1989 – a primeira por Rodriguez-Pereyra (2000) e a última por Peacock (2009) – podemos afirmar que a abordagem de Armstrong é capaz de responder essas questões.

(I) Esta questão, uma vez que Armstrong é um realista, será respondida de forma afirmativa. O compromisso com universais resolve não apenas o problema do *Um em Muitos*, expresso pela questão (III), mas também serve para que o filósofo resolva outros problemas, como o de determinar o que são leis da natureza (cf. ARMSTRONG 1983; ARMSTRONG, 1997; DALMOLIN, 2015).

(II) Já que esta questão traz o problema “em virtude de que um particular  $a$  é  $F$ ?”, o compromisso com universais, como a *F-idade*, permite a um realista como Armstrong responder o problema em questão. Esta pergunta será respondida por ele do seguinte modo:  $a$  é  $F$  em virtude do *state of affairs*  $a$  instanciando a propriedade  $F$ . Vemos neste caso que o comprometimento com universais explica em virtude de que um particular tem a propriedade  $F$ . A resposta afirmativa à questão (I) garante que a segunda questão seja respondida.

(III) Armstrong responderá esta questão afirmando que  $a$  e  $b$  são  $F$  em virtude de instanciarem a propriedade  $F$ , o universal *F-idade*. Em outros termos, ele afirma que ‘ $a$  e  $b$  são  $F$ ’ em virtude dos *states of affairs* (I)  $a$  sendo  $F$  e (II)  $b$  sendo  $F$ . Uma crítica pode ser feita quanto à resposta dada por Armstrong em (III). Esta crítica diz respeito à possibilidade de formularmos propriedades-negativas (IMAGUIRE, 2018, p.84). Se podemos formular que  $a$  é  $F$  e  $b$  é  $F$  em virtude de uma *F-idade* comum, por que não podemos afirmar que há uma propriedade negativa comum que implicaria um universal negativo (não-quadratura) entre os particulares Sócrates e uma maçã?

Armstrong responderia que este não é o caso, pois universais têm poder causal (cf. ARMSTRONG, 1978a, p. 22, 42, 56, 75, 131; ARMSTRONG, 1978b, p.23-30; ARMSTRONG 1989, p.19)<sup>102</sup>. Já os chamados ‘universais-negativos’ não têm esse poder. Ele repete várias vezes este argumento contra os seus interlocutores. Devemos também salientar que o próprio Armstrong irá afirmar que, apesar dele ser realista, sua ontologia não implica acrescentar entidades sem necessidade, pois não é qualquer predicação ou *tipo* que implica um universal.

(IV) A questão do *Muitos em Um* não é um forte problema para a teoria armstronguiana. Ela pode ser respondida, tal como pretende Rodriguez-Pereyra, em termos de

---

<sup>102</sup> Sobre o argumento de Armstrong acerca da causalidade conferir o argumento (I) na Seção 1.2 deste trabalho.

fazedores de verdade. Uma vez que ela faz uso de *state of affairs*, então podemos afirmar que  $a$  é  $F$  e  $a$  é  $G$  em virtude dos *states of affairs*  $a$  sendo  $F$  e  $a$  sendo  $G$ ; o particular  $a$  sendo  $F$  faz a verdade de ' $a$  é  $F$ ' e o particular  $a$  sendo  $G$  faz a verdade de ' $a$  é  $G$ ' (PEACOCK, 2009, p.186).

(V) Esta questão não representa um impasse para o realismo de Armstrong, uma vez que ela pode ser respondida apelando para a existência de universais (PEACOCK, 2009, p.201-202). Há um universal comum entre  $a$  e  $b$ , a *F-idade*. Mas há um universal que  $a$  possui, mas  $b$  não possui, a *G-idade*. Os particulares  $a$  e  $b$  têm identidade de propriedade, em sentido estrito, quanto a suas *F-idades*, mas não são idênticas em sentido algum quando perguntamos sobre a *G-idade*. E, também há o fato que  $a$  e  $b$  são numericamente diferentes.

### 3.3.2 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO O NOMINALISMO DE AVESTRUZ QUINEANO

Quanto ao tratamento do Nominalismo de Avestruz, devemos salientar que esta abordagem responde de forma negativa (I). Ela rejeita ter que explicar (II), ou seja, explicar em virtude de que o particular  $a$  é  $F$ . Esta questão indaga sobre o fundamento da predicação. Enquanto a abordagem feita por Armstrong busca um fato fundamental que explique em virtude de que  $Fa$ , o tratamento adotado pelo Nominalismo de Avestruz não pretende explicar que  $a$  é  $F$  em virtude de um fato mais fundamental. O fato de  $a$  ser  $F$  não requer o comprometimento com outra entidade além do  $a$ . Esta resposta, dirá um seguidor da solução quineana, tem a vantagem de fazer com que seu propositor não caia em regressos ao infinito, tal como as outras abordagens, que explicam  $Fa$  em virtude de algo anterior. A abordagem do Nominalismo de Avestruz é o único Nominalismo que não é relacional (ALENCAR, 2018, p.437).

Neste sentido o crítico poderá, tal como fez Armstrong, afirmar que Quine, ou qualquer um de seus seguidores que diz que  $a$  é  $F$  em virtude de  $a$  ser  $F$ , prefere fugir do problema ao invés de explicá-lo.

Como o Nominalismo Quineano responde à questão (III)? De acordo com a formulação original feita por Quine, apenas o critério de compromisso ontológico não é capaz de fazer decisões acerca de qual ontologia seguir, se devemos adotar uma perspectiva ontológica que seja mais econômica ou uma que seja mais exuberante. No entanto, o próprio Quine (1963, p.4) irá afirmar seu despreço estético por ontologias com demasiadas entidades. Ele afirma comprometimento apenas com particulares. Mas como fazer em casos

que forçosamente nos comprometem com universais? Ele sugere que façamos traduções de modo a excluir a menção a uma suposta propriedade comum entre dois particulares. Pensemos o caso de:

(a) Os particulares  $a$  e  $b$  possuem a mesma propriedade (são do mesmo *tipo*)  $F$ -idade. [esta proposição claramente nos compromete com universais].

Esta proposição pode ser traduzida em termos de  $a$  é  $F$  e  $b$  é  $F$ . De modo esquemático podemos dizer que a proposição (a) pode ser traduzida de modo que ela não faça menção a propriedades (OLIVER, 1996, p.55):

(b)  $a$  e  $b$  são ambos  $F$ .

A menção explícita ao universal  $F$ -idade foi excluída, mas o opositor pode insistir que o problema do *Um em Muitos* ainda permanece. A saída quineana será afirmar que (b) pode ser traduzida em duas novas proposições (OLIVER, 1996, p.55):

(c)  $a$  é  $F$ ;

(d)  $b$  é  $F$ .

As questões (IV) e (V) se mostram problemáticas para a abordagem do compromisso ontológico. Como ele pode explicar que um particular pode ter várias propriedades e como explicar que particulares podem ser similares quanto a uma e diferente noutra?

(IV) O Nominalista de Avestruz é posto em apuros quando perguntado sobre fazedores de verdade de  $a$  é  $F$  e  $a$  é  $G$ . Não é possível afirmar que ambos os casos a seguir possuem o mesmo fazedor de verdade:

(F) A bola de bilhar ( $a$ ) é esférica ( $F$ );

(G) A bola de bilhar ( $a$ ) é vermelha ( $G$ );

O nominalista de Avestruz afirmaria que a verdade das proposições (F) e (G) ocorre em virtude do particular  $a$ . Ele dirá que  $a$  é  $F$  e  $a$  é  $G$  em virtude de  $a$ . Mas não podemos afirmar que a mesma coisa é capaz de tornar a bola de bilhar esférica e vermelha. Se considerarmos apenas o particular, parece que ele não é capaz de fornecer, tal como pretendem Rodriguez-Pereyra (2000) e Peacock (2009), fazedores de verdade para a questão (IV). Tal dificuldade está assentada numa ambiguidade da solução do Nominalismo de Avestruz clássica. Não sabemos quando é dito ' $a$  é  $F$  e  $a$  é  $G$  em virtude de  $a$ ' se o particular  $a$  deve ser compreendido em termos de *particular simples* ou *complexo*. Se ele for considerado apenas como simples, não poderá ser fazedor de verdade de sentenças como (F) e (G).

(V) Esta questão parece ser, pelo mesmo motivo que no caso anterior, um impasse para o Nominalismo de Avestruz clássico (PEACOCK, 2009, p.214).

### 3.3.3 COMO RESPONDER QUESTÕES (I)-(V) SEGUNDO O NOMINALISMO DE AVESTRUZ FUNDAMENTADO

(I) Podemos afirmar que na teoria de fundamentação a resposta de (I) depende da resposta de (II). A teoria de *fundamentação* mostra que todas as teorias nominalistas, realistas e tropistas, buscam explicar (II) apelando para um fundamento do fato  $a$  é  $F$ , um fato que é anterior a  $a$  ser  $F$ . A única exceção se dá com o Nominalismo de Avestruz e o Nominalismo de Prioridades proposto por Imaguire (2018). De acordo com Imaguire (2018, p.47), esta última teoria consegue explicar por meio da fundamentação qual é a categoria fundamental da realidade. Os Universais não são entidades fundamentais. Entidades fundamentais são os particulares (IMAGUIRE, 2018, p.40). De acordo com o filósofo brasileiro, uma situação análoga ocorre na filosofia da mente quando os fisicalistas [*physicalists*] pretendem explicar que as entidades mentais são supervenientes em relação aos entes físicos. Há no entanto um sentido fraco e popular de nos referirmos aos fenômenos mentais (IMAGUIRE, 2018, p.47).

(II) O Nominalista de Prioridades dirá que o fato  $Fa$  tem como constituintes apenas o *particular complexo* [*thick particular*]  $a$ .

(III) A resposta dada por Armstrong à questão é feita em termos dos constituintes dos fazedores de verdade enquanto *state of affairs* do fato  $Fa\&Fb$  (IMAGUIRE, 2018, p.103-104). Tal como já dito neste trabalho, o realista afirma que  $Fa$  tem como seus constituintes  $a$  e  $F$ , e  $Fb$  tem como seus constituintes  $b$  e  $F$ . O nominalista de semelhanças afirma que há um fazedor de verdade enquanto uma relação de semelhança que explica o fato  $Fa\&Fb$ . Para este último, o único constituinte de  $Fa$  é o particular  $a$ , e o único constituinte de  $Fb$  é o particular  $b$ , e a relação de semelhança entre ambos torna  $Fa\&Fb$  verdadeiro. O Nominalista de Prioridades também irá responder (III) afirmando que o fato  $Fa$  tem como constituintes apenas o *particular complexo* [*thick particular*]  $a$ , e  $Fb$  tem como constituinte apenas o *particular complexo*  $b$ . Para o Nominalismo de Imaguire  $a$  é vermelho em virtude do particular  $a$  e  $b$  é vermelho em virtude do particular  $b$ . E, ele dirá ainda que não há nenhum ‘componente agregador’ [*glue-constituent*] adicional para explicar  $Fa\&Fb$ .  $Fa\&Fb$  é um fato derivado, fundamentado, em  $a$  e  $b$ . Basta tomarmos o particular, enquanto *particular complexo*, em sua totalidade.

(IV) Esta questão cobra do respondedor, de um ponto de vista dos fazedores de verdade ou do compromisso ontológico, como é possível que um mesmo particular tenha propriedades diferentes. O Nominalismo de Prioridades, tal como na pergunta (III), procurará excluir compromissos com universais apelando para o que é mais fundamental. Ele considera que o fato de  $a$  ser  $F$  e ao mesmo tempo  $G$  é fundado num fato mais fundamental, a saber,  $a$  na sua totalidade. O *particular complexo*  $a$  é o que fundamenta o fato de  $a$  ter diferentes propriedades (IMAGUIRE, 2018, p.104). Se perguntarmos pelo fazedor de verdade de ' $Fa$ ' e de ' $Ga$ ', o nominalista em questão responderá que o fazedor de verdade em ambos os casos é o particular  $a$ . O fato fundamental da existência do *particular complexo*  $a$  fundamenta o fato de  $a$  ser  $F$  e  $a$  ser  $G$ . E, ambos os fatos ( $a$  ser  $F$  e  $a$  ser  $G$ ) são fazedores de verdade de ' $Fa$ ' e de ' $Ga$ '. Sempre que o nominalista de prioridades estiver diante do problema (IV), ele afirmará que:

(a) Sempre que  $x$  é  $F$ ,  $x$  é  $F$  em virtude de ser  $F$  e não em virtude de ser  $G$  e, sempre que  $x$  for  $G$ ,  $x$  é  $G$  em virtude de ser  $G$  e não em virtude de ser  $F$ .

Desse modo, (a) fundamenta o caso (b):

(b)  $F$  e  $G$  são propriedades diferentes.

(V) Tal questão cobra do respondedor que ele seja capaz de explicar como é possível que  $a$  e  $b$  sejam  $F$ , mas que  $a$  seja  $G$  e  $b$  não seja  $G$ . Como é possível que ambos sejam similares e diferentes ao mesmo tempo. Na formulação original de Peacock (2009) nos é dito que há duas bolas de bilhar semelhantes em formato e tamanho, mas que uma bola é vermelha e outra é preta. Esse problema foi feito originalmente para colocar em apuros o Nominalismo de Avestruz em sua versão original. Para responder esta questão, será necessário que analisemos, além de (a) e (b), as seguintes sentenças:

(c)  $a$  é  $F$ ;

(d)  $b$  é  $F$ ;

(e)  $a$  é  $G$ ;

(f) Não é o caso que  $b$  é  $G$ .

Conforme dito acima, a distinção entre propriedades diferentes está fundamentada por **(a)**, o *particular complexo a* é o que fundamenta que ambas as propriedades pertençam ao mesmo particular. Mas agora o problema se coloca em termos de dois particulares que se assemelham quanto a *F* e não quanto a *G*, ou seja *Fa*, *Fb*, *Ga*,  $\sim Gb$ . Este último problema é mais complicado, pois como podemos explicar  $\sim Gb$  sem recorrermos a um *state of affair* negativo? A saída adotada por Imaguire é que as sentenças **(a)** – **(f)** podem ser explicadas sem o apelo a *state of affair* negativo ou qualquer outro tipo de fazedor de verdade negativo.  $\sim Gb$  pode ser explicado de duas maneiras. 1) Ou pela não existência do particular *b*; 2) ou pelo fato de *b* não ser *G*, não ter a propriedade *G*. Uma vez que *b* existe e ele é *F* e não é *G*, então podemos afirmar que a não existência de *b* está excluída e que o fato de *b* ser *F* e não ser *G* explica **(f)**  $\sim Gb$ . Desse modo, podemos afirmar que **(f)** é verdadeira em virtude do *particular complexo b*. E **(d)** também é explicada em virtude do *particular complexo b*. E, **(a)**, **(b)**, **(c)** e **(e)** são verdadeiras em virtude do *particular complexo a*.

Apesar da solução de Imaguire (2018) ser considerada promissora, ela foi criticada por Devitt (2022, p.15-17). O último afirmou que a inovação de Imaguire é um afastamento indesejado [*unwelcome departure*] em relação à ortodoxia quineana. Devitt (1980) afirmou que o uso da paráfrase para reduzir compromissos ontológicos é um recurso desejável. Sempre que pudermos excluir entidades por meio dela, tal procedimento será desejável e não é necessário o uso da fundamentação para decidir qual o melhor compromisso ontológico. (Devitt, 2022, p.16).

Imaguire (2018, p. 29-30), no entanto, considerou que o instrumento da paráfrase é arbitrário. Segundo ele, o critério não é capaz de nos fazer decidir entre compromissos diversos. O exemplo que demos acima é da sentença *S* que se compromete com a entidade *E*. Aquele que considera *E* como entidade indesejada fará uma tradução para excluí-la de sua ontologia. Ele buscará traduzir de *S* em termos de *S\**. A tradução garante que *E* seja excluída de sua ontologia. Qual o motivo de considerarmos o compromisso com *E* dispensável ou aparente? Por qual motivo temos que dar preferência ao compromisso de *S\** e não de *S* (IMAGUIRE, 2018, p. 29-30)? Imaguire considerou tal saída arbitrária. A saída de Imaguire é comparar os fatos expressos em *S\** e *S* de acordo com a noção de fundamentação ontológica e usar o critério de compromisso apenas com o que for mais fundamental (IMAGUIRE, 2018, p. 29).

Devitt, por sua vez, alega que Quine só iria afirmar os compromissos de *S\** e não de *S*, caso ambas as teorias estivessem em pé de igualdade explicativa. Se *S* não oferece qualquer ganho teórico em relação *S\**, então é aconselhável ficar com a sentença que flerta com menos

entidades. Este é, segundo Devitt (2022, p.16), o princípio ockhamista de Quine, um princípio que rege as escolhas das teorias científicas. Devitt prefere a ortodoxia quineana e rejeita a inovadora teoria da fundamentação proposta por Imaguire.

## 4. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou tratar dos problemas relacionados ao tema dos universais envolvendo o Nominalismo de Avestruz e as diferentes respostas que este foi capaz de fornecer aos problemas em questão. O problema que buscamos solucionar foi: como é possível que uma teoria, tida inicialmente como insatisfatória para responder o *Um em Muitos* e depois desafiada pelos problemas *Muitos em Um* e *Similares mas Diferentes*, seja capaz de solucionar de forma razoável os problemas em questão? O objetivo principal de nossa dissertação foi apontar o percurso da discussão dos universais envolvendo o Nominalismo de inspiração quineana. Para cumprir com este objetivo buscamos também apontar 1) as respostas que este Nominalismo traz (ou não) ao clássico problema posto por Platão e 2) as respostas aos novos problemas que foram desenvolvidos na filosofia contemporânea: *Muitos em Um* e o *Similares mas Diferentes*. A hipótese que buscamos defender é que o Nominalismo de inspiração quineana é capaz de solucionar o clássico problema do *Um em Muitos*, assim como as formulações mais recentes, a saber, *Muitos em Um* e o *Similares mas Diferentes*.

Na introdução fizemos um pequeno panorama da discussão dos universais, passando pela Antiguidade grega, o período Medieval e chegamos ao período atual da discussão, apresentamos a formulação clássica tanto do argumento quanto do problema do *Um em Muitos*, feita inicialmente por Platão. Também introduzimos a reformulação do problema e do argumento apresentados por David Armstrong.

No Capítulo 1 apresentamos a retomada da discussão contemporânea dos universais feita por David Armstrong e listamos cada uma das soluções por ele elencadas. Apresentamos também os argumentos que o filósofo australiano apresentou contra cada uma das soluções por ele listadas. Dedicamos uma parte importante deste capítulo aos argumentos de regressão ao infinito. Encerramos o capítulo mostrando que todas as soluções relacionais do problema dos universais sofrem com o problema dos regressos ao infinito. Armstrong buscou com a introdução dos *states of affairs* superar os impasses da regressão, mas tal saída é tida como insatisfatória por apelar à entidades *ad hoc* para resolver o problema. Neste capítulo também foi mostrado que o Nominalismo de Avestruz, por ser não relacional, é a única solução que não cai em regressos ao infinito. Encerramos este capítulo considerando que a solução que parecia a menos satisfatória aos olhos de Armstrong tinha certos méritos em sua abordagem.

No Capítulo 2 apresentamos o texto *Sobre o que há de Quine*, pois foi este escrito que deu início ao que foi posteriormente chamado de ‘Nominalismo de Avestruz’. Além disso,

expomos o compromisso ontológico e o Nominalismo de Quine presentes no referido artigo. Posteriormente falamos da contenda entre Armstrong e Devitt ocorrida nos anos 1980. Com a finalidade de expormos o debate entre Armstrong e Devitt, discorreremos primeiramente sobre artigo de Devitt (1980), que buscou defender o Nominalismo de Quine daquilo que Armstrong escreveu em seus dois volumes de 1978. Posteriormente, discorreremos sobre as respostas de Armstrong ao artigo de Devitt. O filósofo realista afirmou, em seu artigo de 1980, que o Nominalismo de Avestruz era incapaz de excluir compromissos ontológicos com universais. Também foi apresentada a solução de Armstrong para o problema dos universais e para os regressos ao infinito. A solução em questão não difere daquela feita nos dois volumes de 1978. Ele lança mão da teoria dos *states of affairs*.

No Capítulo 3 apresentamos a atualização da discussão após a disputa entre Armstrong e Devitt em 1980. Buscamos mostrar o percurso da discussão posterior, iniciando com a reformulação do problema dos universais feito por Armstrong, em seu livro *Universais: uma introdução opinada* [*Universals: an opinionated Introduction*] (1989), onde ele abandona o clássico problema do *Um em Muitos* e reformula o problema perguntando se a identidade de propriedade entre objetos numericamente distintos deve ser afirmada em *sentido fraco e popular* [*loose and popular*] ou em *sentido forte e restrito* [*strict*]. Entendemos que esta reformulação foi uma prefiguração do problema dos *Similares mas Diferentes*, que foi posteriormente formulado por Peacock em *Qual é o problema do Nominalismo de Avestruz* [*What's wrong with Ostrich Nominalism?*] (2009). A outra formulação que consideramos ser uma questão diversa do *Um em Muitos* é o *Muitos em Um*, formulada por Rodriguez-Pereyra (2002a). Também fizemos uma listagem elencando quais são aqueles filósofos que tomaram partido contrário ao Nominalismo de Avestruz e aqueles que buscaram defendê-lo.

Ainda no Capítulo 3 apresentamos clássicas ferramentas utilizadas pelos filósofos para solucionar os vários problemas dos universais. Listamos seis ferramentas. Quatro delas consideramos ser clássicas (análise conceitual; compromisso ontológico; fazedores de verdade [*truth-makers*]. e o princípio da simplicidade) e duas mais recentes (fundamentação [*grounding*] e critério de compromisso ontológico fundamentado [*grounded ontological commitment*]). Também elencamos as vantagens e desvantagens de cada uma destas seis ferramentas. Posteriormente discutimos como o Nominalismo de Avestruz Clássico, o Realismo de Armstrong e o Nominalismo de Prioridades (uma versão do Nominalismo de Avestruz que faz uso de fundamentação metafísica) respondem às cinco perguntas que aparecem na discussão dos universais.

Esse percurso, feito em três capítulos, permitiu que pudéssemos constatar que o Nominalismo de Avestruz é capaz de responder não só o clássico problema dos universais colocado por Armstrong, assim como os demais problemas. Assim, podemos afirmar que a versão clássica do nominalismo de Avestruz, de Quine e Devitt, com certos ajustes feitos por Imaguire, é uma solução satisfatória para o problema dos universais. Uma vez que não cai em regressão ao infinito e não precisa formular entidades *ad hoc*, como *states of affairs* ou *possibilia*, ela se mostrou uma solução mais econômica que as demais.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, V. P. **Nominalismo e Teoria de Tropos: o estatuto das propriedades**. Rio de Janeiro, 2015. 173 p.. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Lógica e Metafísica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Problemas com o Nominalismo de Classe. **Griot: Revista de Filosofia** 13, nº 1, p. 373–90, 2016.
- \_\_\_\_\_. “H. H. Price, Paradigmas e o Problema dos Universais. **Pensando - Revista de Filosofia** 8, nº 16, 325–41, 2017. <https://doi.org/10.26694/pensando.v8i16.4880>.
- \_\_\_\_\_. Uma análise do Nominalismo de Avestruz. **GRIOT**, v. 18, p. 435-447, 2018.
- ALLORI, V. **Quantum Mechanics and Fundamentality: Naturalizing Quantum Theory between Scientific Realism and Ontological Indeterminacy**. [s.l.] Springer, 2022.
- ALSTON, W. P. Ontological commitments. **Philosophical Studies**, v. 9, n. 1–2, p. 8–17, 1958.
- ANGIONI, Lucas. Comentários. In: **ARISTÓTELES. Física I e II**. Campinas: Unicamp, 2009. p. 65-406.
- ARISTÓTELES. Movement of animals. In: BARNES, J. (Ed.). **Complete Works of Aristotle, Volume 1: The Revised Oxford Translation**. Princeton University Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Metafísica**. Madrid: Gredos, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Categorias**. Tradução, introdução e comentário por Ricardo Santos. Porto: Porto Editora, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Física I e II**. Prefácio, introdução, tradução e comentários de Lucas Angioni. Campinas: Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. Prior analytics. In: **The Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation, One-Volume Digital Edition** Princeton University Press, 2014.
- ARMSTRONG, D. M. Infinite regress arguments and the problem of universals. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 52, n. 3, p. 191–201, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Nominalism and Realism: Volume 1: Universals and Scientific Realism**. Cambridge University Press, 1978a.
- \_\_\_\_\_. **Nominalism and Realism: Volume 2: A Theory of Universals**. Cambridge University Press, 1978b.
- \_\_\_\_\_. Against Ostrich Nominalism: A reply to Michael Devitt. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 61, 1980.
- \_\_\_\_\_. **What is a Law of Nature?** [s.l.] Cambridge University Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. Can a Naturalist Believe in Universals? In: **Science in Reflection**, organizado por Edna Ullmann-Margalit, 110:103–15. Boston Studies in the Philosophy of Science. Dordrecht: Springer Netherlands, 1988. [https://doi.org/10.1007/978-94-009-2957-9\\_9](https://doi.org/10.1007/978-94-009-2957-9_9).
- \_\_\_\_\_. **Universals: An Opinionated Introduction**. Westview Press, 1989.

- \_\_\_\_\_. **A World of States of Affairs**. Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Review of Rodriguez-Pereyra's Resemblance Nominalism. **Australasian Journal of Philosophy** 81: 285–6, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Sketch for a Systematic Metaphysics**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.
- AUGUSTO, R. Fatividade na relação de grounding e o discurso modal. **Revista Aproximação**, n. 12, 1 jan. 2019.
- AUNE, B. **Metaphysics: The Elements**. University of Minnesota Press, 1985.
- AZZOUNI, J. On “on what there is”. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 79, n. 1, p. 1–18, 1998.
- BAGARIA, J. Set Theory. Em: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (Eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring 2023 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2023.
- BARANOVAS, R. Why Kant is a Weak Conceptualist. **Problemos**, v. 95, 2019.
- BARON, S.; TALLANT, J. Do Not Revise Ockham's Razor Without Necessity. **Philosophy and Phenomenological Research**, n. 3, p. 596–619, 2018.
- BAKER, A. Simplicity. Em: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2022.
- BEEBEE, H.; DODD, J. **Truthmakers: The Contemporary Debate**. [s.l.] Clarendon Press, 2005. p. 542–547.
- BEUCHOT, M. **El Problema De Los Universales**. Cidade do México: Universidad Autonoma de México, 1981.
- BERNSTEIN, S. Grounding Is Not Causation. **Philosophical Perspectives** 30 (1), 2016.
- BIGELOW, J. C. **Universais**. 2006. Disponível em: <[criticanarede.com/met\\_universais.html](http://criticanarede.com/met_universais.html)>. Acessado em: 25/11/2020.
- BLACK, M. The Identity of Indiscernibles. In: **Mind**, v. 61, n. 242, p. 153–164, 1952.
- BORGES, W. S. A Navalha de Ockham: um Princípio Lógico de Parcimônia. **Scintilla**, v. 19, n. 1, p. 129–142, 2022.
- BRADLEY, F. H. **Appearance and reality : a metaphysical essay**. London : G. Allen, 1916.
- BRANQUINHO, J., e Imaguire, G. Regressões ao Infinito Em Metafísica. In: **Compêndio Em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**, organizado por João Branquinho e Ricardo Santos, 2013.
- BUTLER, J. **The Analogy of Religion**. Oxford University Press, 2021.
- CALEMI, F. F. **L'argomento dell'uno sui molti. Il dilemma dello struzzo**. 2014. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/CALLDS>>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- CAMPBELL, K. **Abstract Particulars**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- CARGILE, J. On Russell's Argument against resemblance nominalism. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 81, n. 4, p. 549–560, 2003.

- CARROLL, J. W. & MARKOSIAN, N. **Introduction To Metaphysics**. Cambridge: Universal Press, New York, 2010.
- CICCARELLI, V. Book Review: Imaguire, G. Priority Nominalism. **Manuscrito**, v. 42, n. 2, p. 121–137, 2019.
- CLEVE, J. V. Predication Without Universals?: A Fling with Ostrich Nominalism. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 54, n. 3, p. 577–590, 1994.
- CORREIA, F.; SCHNIEDER, B. Grounding: an opinionated introduction. Em: CORREIA, F.; SCHNIEDER, B. (Eds.). **Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality**. [s.l.] Cambridge University Press, p. 1–36, 2012.
- CRANE, T.; FARKAS, K. Necessity. In: CRANE, T.; FARKAS, K. **Metaphysics: A Guide and Anthology**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2004.
- DALMOLIN, Mariana Battistini. **O que São Leis da Natureza Segundo D. M. Armstrong**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- DALY, C. Tropes. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 94, p. 253–261, 1994.
- D'ATRI, A. Introduzione: La Metafisica di D. M. Armstrong. In: Armstrong, D.M. **Ritorno Alla Metafisica**. Tradução, introdução e notas Annabella D' Atri. Milano: Bompiani, 2012.
- DA VEE, D. Why Ockham's Razor should be preferred to the Laser. **Philosophical Studies**, v. 177, n. 12, p. 3679–3694, 2020.
- DEROSSET, L. No Free Lunch. In: HOELTJE, M.; SCHNIEDER, B.; STEINBERG, A. (Eds.). **Varieties of Dependence. Ontological Dependence, Grounding, Supervenience, ResponseDependence**. *Philosophia*, p. 243–270, 2013.
- DEVITT, M. "Ostrich Nominalism" or "Mirage Realism"?. **Pacific Philosophical Quarterly**, 61(4), 433–439, 1980. doi:10.1111/j.1468-0114.1980.tb00031.x.
- \_\_\_\_\_. **Ostrich Nominalism**. 2022. Disponível em: <https://devitt.commons.gc.cuny.edu/wp-content/blogs.dir/1213/files/2022/11/OSTRICH-NOMINALISM.pdf>.
- DIETERLE, J. M. Ockham's razor, encounterability, and ontological naturalism. **Erkenntnis**, v. 55, n. 1, p. 51–72, 2001.
- DURANTE, D. Compromisso Ontológico. Em: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R.; GALVÃO, P. (Eds.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- ENDERTON, H. B. **Elements of set theory**. San Diego: Academic Press, 1977.
- FALQUEIRO, M. C. Grounding na Ética. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- FARIA, D. **Será a semelhança das maçãs vermelhas uma entidade adicional às maçãs?** Argumentos Revista de Filosofia, Fortaleza, ano 5, n. 10, p. 205-216, jul./dez. 2013.

- FIDDAMAN, M.; RODRIGUEZ-PEREYRA, G. The Razor and the Laser. **Analytic Philosophy**, v. 59, n. 3, p. 341–358, 2018.
- FINE, G. **On Ideas: Aristotle's Criticism of Plato's Theory of Forms**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. The One Over Many. **The Philosophical Review**, vol. 89, no. 2, 1980, p. 197–240, <https://doi.org/10.2307/2184648>. Accessed em: 11 Apr. 2022.
- FINE, K. Essence and modality. **Philosophical Perspectives**, v. 8, n. Logic and Language, p. 1–16, 1994.
- \_\_\_\_\_. **The Question of Ontology**. In: David Chalmers, David Manley & Ryan Wasserman (eds.), *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. Guide to Ground. Em: CORREIA, F.; SCHNIEDER, B. (Eds.). **Metaphysical Grounding**. [s.l.] Cambridge University Press, p. 37-80, 2012.
- FREDE, M.; BRUNSCHWIG, J. Les Origines de la Notion de Cause. In: **Revue de Métaphysique et de Morale**, 94e Année, no. 4), p. 483-511 1989.
- FREGE, Gottlob. Fundamentos da Aritmética. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. Sobre o Sentido e a Referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2ª edição. Trad. e Org. por Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.
- GARRET, B. **Metafísica: Conceitos Chaves Em Filosofia**. Tradução Felipe Rangel Eizalde. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GENUNCIO, L.L. Parcimônia ontológica e economia teórica. In: BARBOSA, Eduarda Calado; CID, Rodrigo Lastra org. **Filósofos analíticas contemporâneas**. Pelotas: NEPFIL Online, 2022. - (Série Dissertatio Filosofia). ISBN: 978-65-998644-14. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2022/11/SDF\\_FAC.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2022/11/SDF_FAC.pdf). Acesso em: 28/07/2023.
- GHINS, M. **Uma Introdução à Metafísica da Natureza: Representação, Realismo e Leis Científicas**. Curitiba Paraná: Editora UFPR, 2013.
- GILLIES, D. The Duhem thesis and the Quine thesis. In: CURD, M.; COVER, J. (Eds.). **Philosophy of Science: The Central Issues**. [s.l.] Norton, p. 302-319, 1998.
- GONZÁLEZ-VARELA, J. E. The One over Many Principle of Republic 596a. In.: **Apeiron**, vol. 53, no. 4, p. 339-361, 2020. <https://doi.org/10.1515/apeiron-2018-0086>.
- GOODMAN, N.; QUINE, W. V. Steps Toward a Constructive Nominalism. **Journal of Symbolic Logic**, v. 13, n. 1, p. 49–50, 1947.
- GOMES, E. L.; D'OTTAVIANO, I. M. L. **Para Além Das Colunas de Hércules, Uma História da Paraconsistência**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.
- GOULD, P. The Problem of Universals, Realism, and God. **Metaphysica** 13, nº 2 (outubro de 2012), 2012.

- GREIMANN, D. Contextual definition and ontological commitment. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 87, n. 3, p. 357–373, 2009.
- GUERIZOLI, R. Ockham e a função da abstração. **Philosophos** - Revista de Filosofia, v. 16, n. 1, p. 10–52, 2011.
- GUIGON, G.; RODRIGUEZ-PEREYRA, G. Introduction. In: GUIGON, G.; RODRIGUEZ-PEREYRA, G. (EDS.). **Nominalism about Properties: New Essays**. New York: Routledge, 2015.
- GUILLON, J-B. A Common Sense Defence of Ostrich Nominalism. **Philosophia** 49, p.71–93 2021. <https://doi.org/10.1007/s11406020002145>. Acessado em:29/05/2022.
- GUTHRIE, W. K. C. **History of Greek Philosophy**. Vol. IV e V. Cambridge: CUP, 1975.
- HALE, B. Abstract Objects. In: **Encyclopedia Of Philosophy**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998.
- HORRIGAN, P. G. **Kant and Conceptualism**. 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/45498199/Kant\\_and\\_Conceptualism](https://www.academia.edu/45498199/Kant_and_Conceptualism)>
- IMAGUIRE, G. **Priority Nominalism: Grounding Ostrich Nominalism as a Solution to the Problem of Universals**. Miami: Springer, 2018.
- \_\_\_\_\_. Fundação Ontológica In: IMAGUIRE, G.; CID, R. R. L. **Problemas de Metafísica Analítica / Problems in Analytical Metaphysics**. Pelotas: Editora da UFPel / UFPel Publisher, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Metafísica e Linguagem**. Entrevista concedida a Jonathan Augusto, Thiago Alves. Rio de Janeiro: Podcast do PPGLM/UFRJ, Mar. 2021a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k9hRi8IloIc>> . Acesso em: 29/05/2022.
- \_\_\_\_\_. **Meta-metafísica da Existência**. Palestra proferida no 1º Encontro NuLFiC, Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=NhdaD\\_8LPpo&t=2497s](https://www.youtube.com/watch?v=NhdaD_8LPpo&t=2497s)>. Acesso em: 24/08/2023.
- \_\_\_\_\_. Prioridade Metafísica. In: Ricardo Santos e Pedro Galvão (eds.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2022. Disponível em: <<https://compendioemlinha.letras.ulisboa.pt/prioridade-metafisica-guido-imaguire/>>
- \_\_\_\_\_. Substância e Fundamentalidade no Aristotelismo. In: Levi, L. et alii, **Substância na História da Filosofia**. Pelotas: Dissertatio, 2023.
- JENKINS, C. Is Metaphysical Dependence Irreflexive? **The Monist**, v. 94, n. 2, p. 267–276, 2011.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- KRAUSE, D. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo-SP: Editora Unesp, 2017.
- Kripke, A.S. **O Nomear e a Necessidade**. tradução de Ricardo Santos e Teresa Filipe, Lisboa: Gradiva, 2012.
- KÜNG, G. **Ontology and the logistic analysis of language**. Dordrecht:D. Reidel, 1967.

- LEUENBERGER, S. Grounding and Necessity. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, v. 57, n. 2, p. 151–174, 2014.
- LEWIS, D. **Counterfactuals**. Blackwell, 1973.
- \_\_\_\_\_. New Work For a Theory of Universals. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 61, n. December, p. 343–377, 1983.
- \_\_\_\_\_. **On the plurality of worlds**. Oxford: Blackwell, 1986.
- \_\_\_\_\_. Things qua Truthmakers, in: Lillehammer, H. and Rodriguez-Pereyra, G. (eds). **Real Metaphysics**. London and New York: Routledge, 2003.
- LITLAND, J. E. On Some Counterexamples to the Transitivity of Grounding. **Essays in Philosophy**, v. 14, n. 1, p. 19–32, 2013.
- MACBRIDE, F. The Problem of Universals and the Limits of Truth-Making. **Philosophical Papers**, v. 31, p. 27-37, 2002.
- MAURIN, A-S **If Tropes**. Kluwer Academic Publishers, 2002.
- \_\_\_\_\_. Trope Theory and the Bradley Regress. **Synthese**, v. 175, n. 3, , p. 311–326, 2010.
- \_\_\_\_\_. Tropes. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/tropes/>. Acesso em : 29/11/2021.
- MCDOWELL, J. H. **Mind and World**. Harvard University Press, p. 169–181, 1994.
- MCVEAM, A. Ostriches Do Not Really Stick Their Heads in the Sand. **The McGill Office for Science and Society**, 2017. Disponível em: <https://www.mcgill.ca/oss/article/did-you-know/ostrich-do-not-really-stick-their-heads-s-and>. Acesso em: 11/10/2022.
- MELO, T. X. **O Problema dos Universais como um Problema de Categorização Ontológica**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MELIA, J. On what there's not. **Analysis**, v. 55, n. 4, p. 223–229, 1995. <https://doi.org/10.1093/analys/55.4.223>.
- \_\_\_\_\_. Truthmaking without truthmakers. In: BEEBEE, H; D, J. **Truthmakers: The Contemporary Debate**. Clarendon Press, 2005.
- MOORE, G. E. **Proof of an External World**. [s.l.] H. Milford, 1939.
- MORTARI, C.A. **Introdução à Lógica**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- MULLIGAN, K., SIMONS, P., e SMITH, B. Truth-Makers. **Philosophy and Phenomenological Research** , v. 44, n. 3 , p. 287–321, 1984.
- MUMFORD, S. **David Armstrong**. Philosophy now. Stocksfield U.K: Acumen, 2007.
- MURCHO, D. Metafísica. In: GALVÃO, P. (Ed.). **Filosofia: uma introdução por disciplinas**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- NEY, A. Grounding in the Philosophy of Mind: A Defense. Em: CARL GILLET, K. A. (Ed.). **Scientific Composition and Metaphysical Ground**. [s.l.] Palgrave-Macmillan, 2016.

- NEWTON, Isaac. **Princípios Matemáticos da Filosofia Natural**. Tradução: J. Resina Rodrigues. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- NUNES FILHO, M, L. Categorias Ontológicas In: IMAGUIRE, G.; CID, R. R. L. **Problemas de Metafísica Analítica / Problems in Analytical Metaphysics**. Pelotas: Editora da UFPel / UFPel Publisher, 2020.
- OCKHAM, Guillelmus de. Expositio in Libros Physicorum Aristotelis. In: OCKHAM, Guillelmus de. **Opera Philosophica**. v. 4 e 5. New York: St. Bonaventure University, 1985.
- OBERST, M. Kant on Universals. In: **History of Philosophy Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 335–352, 2015.
- OLIVER, A. The metaphysics of properties. **Mind**, v. 105, n. 417, p. 1–80, jan. 1996.
- ORENSTEIN, A. **W.V. Quine**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- PEACOCK, H. What's Wrong With Ostrich Nominalism?. In: **Philosophical Papers**, v. 38, p. 183–217, jul. 2009.
- PEIRCE, C. S. **Collected Papers**. [s.l.] Harvard University Press, 1931.
- PEROVIC, K. Bradley's Regress. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2017 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2017.
- PLATÃO. Fédon. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 1972.
- \_\_\_\_\_. Parmênides. In: **Diálogos V: Parmênides. Teeteto. Sofista. Político**. (Biblioteca clássica Gredos). Madrid: Editorial Gredos, 1988.
- \_\_\_\_\_. Sofista. In: **Diálogos V: Parmênides. Teeteto. Sofista. Político**. (Biblioteca clássica). Madrid: Editorial Gredos, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Êutifron, Apologia de Sócrates, Críton: Tradução, introdução e notas de José Trindade Santos**. 4ª ed. [s.l.] Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.
- \_\_\_\_\_. **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Filebo**. Trad. Fernando Muniz. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2012.
- PONTES, A. **Considerações sobre Simplicidade**. Youtube, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.co/watch?v=KNExzx1QSeQ&t=4720s>> Acesso em: 24\08\2023.
- PORFÍRIO. **Isagoge: Introdução às Categorias de Aristóteles**. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- PRICE, H. H. What is the relationship between an individual and its characteristics(1953). In: van INWAGEN, P. e ZIMMERMAN, D. W (Org.). **Metaphysics: the big questions**. Oxford, Blackwell, p. 23-40, 1998.
- PUTNAM, H. On Properties. Em: NICHOLAS, R. (Ed.). **Essays in Honor of Carl G. Hempel: A Tribute on the Occasion of his Sixty-Fifth Birthday**. [s.l.] Springer Netherlands, p. 235–254, 1969.

- QUINE, W. V. O. **Word and Object**. Cambridge, Mass.: M.I.T., 1960.
- \_\_\_\_\_. On What There Is. In: QUINE, O.W. **From Logical Point of View**. NEW YORK: Harper Torchbook, 1963a.
- \_\_\_\_\_. Two Dogmas Of Empiricism. In: QUINE, O.W. **From Logical Point of View**. NEW YORK: Harper Torchbook, 1963b.
- \_\_\_\_\_. Reference and Modality. In: QUINE, O.W. **From Logical Point of View**. NEW YORK: Harper Torchbook, 1963c.
- \_\_\_\_\_. A logistical approach to the ontological problem. In: **The Ways of Paradox and other essays**. New York: Random House, 1966a.
- \_\_\_\_\_. Three Grades of Modal involvement. In: **The Ways of Paradox and other essays**. New York: Random House, 1966b.
- \_\_\_\_\_. **Ontological Relativity and Other Essays**, New York, Columbia Un. Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. Relatividade Ontológica In: “**Os Pensadores: Ryle, Strawson, Austin e Quine**”. Tradução: Balthazar Barbosa Filho, Marcelo Guimarães da Silva Lima, Oswaldo Porchat De Assis Pereira da Silva, Andréa Maria Altino de Campos Loparic. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- \_\_\_\_\_. Sobre O Que Há. In: W. V. O. QUINE, A. CHURCH, A. TARSKI, e D. DAVIDSON. **Existência e Linguagem**. 1º ed. Biblioteca de Textos Universitários, n. 116. Editora Presença, 1990.
- QUINTON, A. Properties and classes. **Proceedings of the Aristotelian Society**, New Series, Volume 58, p. 33-58, 1957.
- \_\_\_\_\_. **The Nature of Things**, Routledge, 1973
- RAPHAEL, D. D. Universals, Resemblances and Identity. **Proceedings of the Aristotelian Society**. London, v. 55, 1955, p. 109-132.
- RAYO, A. Ontological commitment. **Philosophy Compass**, v. 2, n. 3, p. 428–444, 2007.
- ROCHA, R. **Nominalismo e Mundos Possíveis**. In: **Coleção XV Encontro ANPOF**, 2013. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/ROCNEM>>.
- \_\_\_\_\_. **Mundos possíveis, propriedades naturais e mereologia: tópicos na filosofia de David Lewis**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2017.
- RODRIGUES, A. Fazedores-de-Verdade. In: **Dois Pontos**. 6. 10.5380/dp.v6i2.14935, Curitiba, 2010.
- RODRIGUEZ-PEREYRA, G What Is the Problem of Universals? **Mind**, vol. 109, no. 434, [Oxford University Press, Mind Association], 2000, p. 255–73, <http://www.jstor.org/stable/2660134>.
- \_\_\_\_\_. Resemblance Nominalism and Russell’s Regress. **Australasian Journal of Philosophy** 79, nº3, p.395–408, 2001.

- \_\_\_\_\_. **Resemblance nominalism: a solution to the problem of universals**. Oxford: Oxford University Press, 2002a.
- \_\_\_\_\_. The Problem of Universals and the Limits of Conceptual Analysis. **Philosophical Papers**, v. 31, n. 1, p. 39–47, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Paradigms and Russell's Resemblance Regress. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 82, n. 4, p. 644–651, 2004.
- \_\_\_\_\_. Grounding is not a strict order. **Journal of the American Philosophical Association**, v. 1, n. 3, p. 517–534, 2015.
- \_\_\_\_\_. Nominalism in metaphysics. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/nominalism-metaphysics/>>
- ROSEN, G.; FALGUERA, J.; MARTÍNEZ-VIDAL, C. **Abstract Objects**. 2021. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/abstract-objects/>>.
- ROSS, W. D. **Plato's Theory of Ideas**. Oxford: Clarendon Press, 1951.
- RUSSELL, B. **Os Problemas da Filosofia**. Tradução Jamir Conte, 1972. Disponível em: <<https://conte.prof.ufsc.br/txt-russell.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. **Why I am not a Christian: and Other Essays on Religion and Related Subjects** (Routledge Classics). 2. ed. London: Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Logic and knowledge** (1956). Nottingham: Spokesman, 2007.
- SANTOS, R. Introdução à edição portuguesa in: Kripke, A.S. **O Nomear e a Necessidade**. tradução de Ricardo Santos e Teresa Filipe, Lisboa: Gradiva, 2012.
- SCHWARTZ, S. O Renascimento da Metafísica In: **Uma breve história da filosofia analítica: de Russell a Rawls**. São Paulo: Loyola, 2017.
- SENDŁAK, M. On Quantitative and Qualitative Parsimony: ON Quantitative And Qualitative Parsimony. **Metaphilosophy**, v. 49, n. 1–2, p. 153–166, jan. 2018.
- SEXTO EMPÍRICO. **Esbozos pirrónicos**. (Biblioteca Clásica Gredos nº179). Madrid, Gredos, 1993.
- SOBER, E. The Principle of Parsimony. **The British Journal for the Philosophy of Science**, Volume 32, p. 145–156, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Ockham's Razors: A User's Manual**. Cambridge University Press, 2015.
- SCHAFFER, J. On What Grounds What. In: David Manley, David J. Chalmers & Ryan Wasserman (eds.), **Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology**. Oxford-UK: Oxford University Press, p. 347–383, 2009.
- \_\_\_\_\_. Grounding, transitivity, and contrastivity. Em: CORREIA, F.; SCHNIEDER, B. (Eds.). **Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality**. [s.l.] Cambridge University Press, p. 122–138, 2012.

- \_\_\_\_\_. **What Not to Multiply Without Necessity**. 2015 Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/SCHWNT-2>>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- SILVA, A. L. B. D. **Platão, o Bem, e a fragilidade da jangada humana: um estudo sobre o símile do Sol da República**. Doutorado em Filosofia—São Paulo: Universidade de São Paulo, 18 jul. 2017.
- SKILES, A. Against Grounding Necessitarianism. **Erkenntnis**, v. 80, n. 4, p. 717–751, 2015.
- SMIT, H. Kant on Marks and the Immediacy of Intuition. **The Philosophical Review**, v. 109, n. 2, p. 235–266, 2000.
- SPADE, P. V. (ed.). **Five Texts on the mediaeval problem of universals: Porphyry, Boethius, Abelard, Duns Scotus, Ockham**. Introdução, tradução e notas: Paul Vincent Spade. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1994.
- \_\_\_\_\_. **History of the Problem of Universals in the Middle Ages: Notes and Texts**. First ed. Bloomington: Indiana University, 1995.
- SZABÓ, Z. G. Nominalism. In: LOUX, M. J.; ZIMMERMAN, D. W. (Eds.). **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford University Press, 2005.
- THOMASSON, A. L. **Ontology Made Easy**. Oxford-UK: Oxford University Press, 2015.
- THOMPSON, N. Metaphysical Interdependence. Em: JAGO, M. (Ed.). **Reality Making**. [s.l.] Oxford University Press, p. 38–56, 2016.
- THUNDER, S. There is no reason to replace the Razor with the Laser. **Synthese**, v. 199, n. 3–4, p. 7265–7282, 2021.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. v. I, parte I. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- TUGBY, M. Mirage Realism Revisited. In: Calemi F (ed.) **Metaphysics and Scientific Realism: Essays in Honour of David Malet Armstrong**. Berlin, Boston: De Gruyter; , p.13-30, 2016. <https://doi.org/10.1515/9783110455915-002>.
- VLASTOS, G. The third Man argument in the Parmenides. **Philosophical Review**, v. 63, n. 3, p. 319–349, 1954.
- \_\_\_\_\_. Reasons and Causes in the Phaedo. **The Philosophical Review**, v. 78, n. 3, p. 291–325, 1969.
- WAGNER, S. J. Quine’s Holism. **Analysis**, v. 46, n. 1, p. 1–6, 1986.
- WEINBERG, S. Unified Theories of Elementary-Particle Interaction. In: **Scientific American**, v. 231, n. 1, p. 50–59, 1974.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus** (edição bilíngue). 3. ed. EDUSP, 2001.
- WOLTERSTORFF, Nicholas. **On Universals: An Essay in Ontology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.